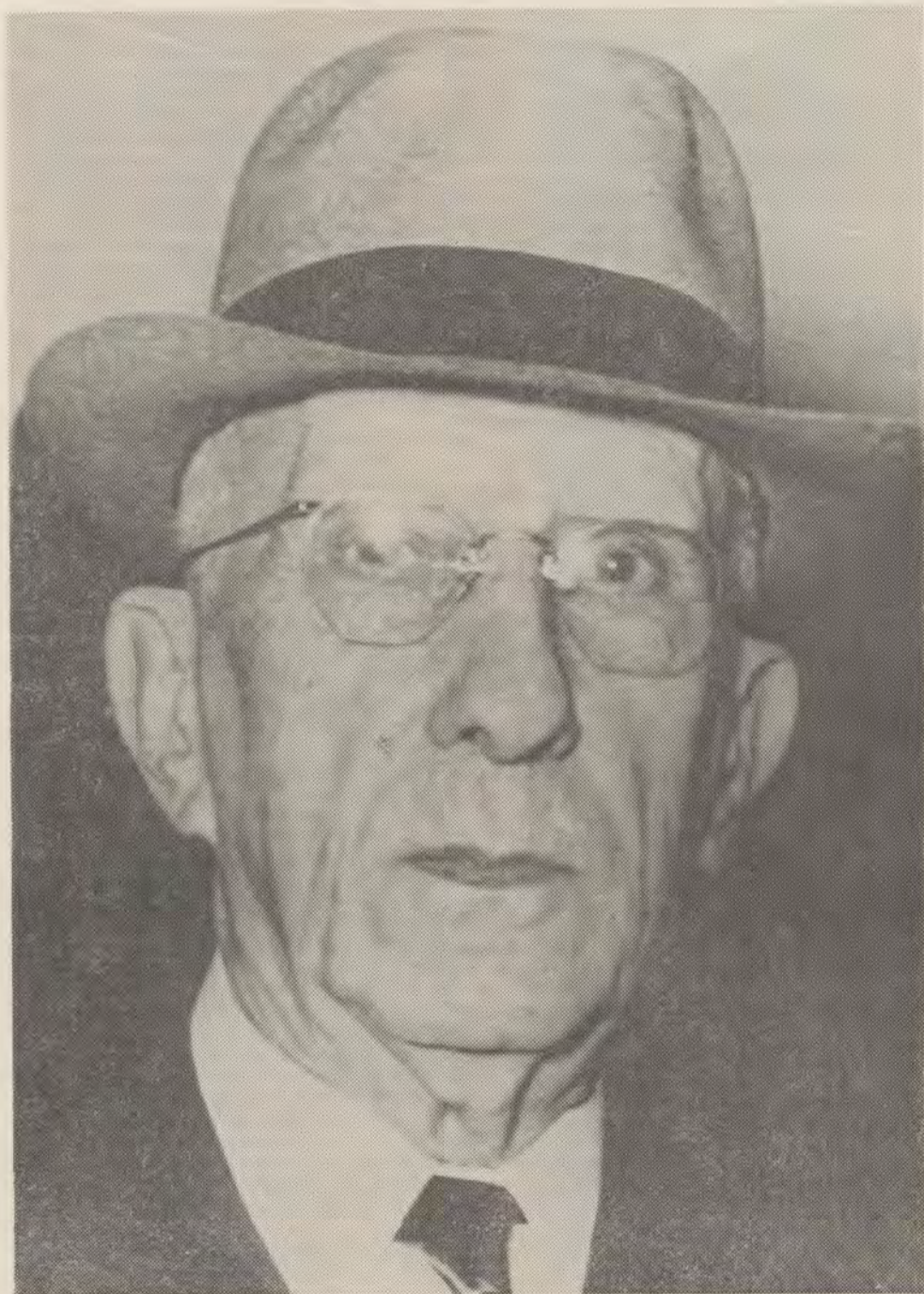




CENTENÁRIO DO PRESIDENTE
ARTHUR DA SILVA BERNARDES

CENTENÁRIO DO PRESIDENTE ARTHUR DA SILVA BERNARDES



1875 - 1975

Pelo Decreto n.º 17.001, de 21 de fevereiro de 1975, o Governador Rondon Pacheco instituiu Comissão Especial, com a incumbência de organizar e fazer cumprir, no Estado, programa comemorativo do centenário de nascimento do Presidente Arthur da Silva Bernardes. A Comissão ficou assim constituída: Prof. Clóvis Salgado — Presidente, Ministro Abgar Renault, Dr. José Carlos Campos Christo, Prof. Orlando Magalhães de Carvalho, Dep. João Nogueira de Rezende, Dep. Cyro Maciel, Prof. Paulo Campos Guimarães.

Em 31 de março, a Comissão submeteu à apreciação do Governador Aureliano Chaves, que o aprovou, o programa oficial das comemorações, desdobrado em dezesseis projetos, os quais vêm sendo cumpridos à risca.

Promovidas espontaneamente por outras entidades, públicas e privadas, numerosas homenagens vêm enriquecendo sobremodo o programa oficial, numa demonstração inequívoca e eloqüente de apreço e admiração ao grande brasileiro.

O ponto alto foi a solenidade cívica do dia 8 de agosto, data do centenário, diante do Palácio da Liberdade, presente o mundo oficial, com hasteamento das Bandeiras do Brasil e de Minas Gerais, desfile militar e discurso do Governador Aureliano Chaves, transmitido para todo o País. Às 10 horas, missa solene, celebrada pelo Arcebispo Metropolitano, Dom João Recebispo Metropolitano, Dom João Recebispo Costa.

O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais abriu a série das comemorações, realizando, de 19 a 23 de maio, ciclo de cinco conferências, sobre a vida e a obra do homenageado, pronunciadas por Carlos Vaz de Melo Megale, Antônio Augusto de Melo Cançado, Clóvis Salgado, Ozanan Levindo Coelho e Paulo Pinheiro Chagas, as quais foram transcritas nos Anais da Assembléia Legislativa, a requerimento do Dep. Lúcio de Sousa Cruz.

Em Viçosa, terra natal do preclaro estadista, as homenagens foram altamente expressivas. No programa da disciplina curricular Estudo de Problemas Brasileiros, três aulas foram ministradas na Universidade Federal de Viçosa, por Tarcísio Gomide, Clóvis Salgado e Edgard de Vasconcelos Barros. No dia 5 de agosto, em solenidade cívica, presidida pelo Governador Aureliano Chaves, a UFV manifestou seu alto apreço a seu fundador, pela palavra de Abgar Renault e do Reitor Antônio Fagundes de Souza. A Prefeitura promoveu em julho série de conferências, nas quais se fizeram ouvir Rondon Pacheco, Juscelino Kubitschek, D. Oscar de Oliveira, Arthur Bernardes Filho e Orestes Quêrcia.

A Universidade Católica de Minas Gerais, por intermédio da Faculdade de Ciências Humanas de Ponte Nova, fez realizar, naquela cidade, a II Se-

mana de Estudos Históricos de Ponte Nova focalizando o tema: "Arthur Bernardes e os Problemas Brasileiros".

Em Diamantina, a convite da Faculdade de Odontologia, falou o Deputado Cyro Maciel.

No dia 6 de agosto, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais realizou sessão especial, com discurso de Cyro Maciel, Jorge Carone Filho, Carlos Eloy e Arthur Bernardes Filho.

Em 7 de agosto, o Congresso Nacional, em sessão especial, solidarizou-se com as comemorações, pela palavra dos Deputados João Nogueira de Rezende, Aécio Cunha, Jorge Ferraz e Bento Gonçalves; e dos Senadores Magalhães Pinto e Itamar Franco.

O Secretário de Estado da Educação Prof. José Fernandes Filho, baixou portaria recomendando que todos os estabelecimentos estaduais de ensino promovessem festividades cívicas, no dia 8 de agosto, focalizando a vida e a obra de Bernardes. Juntamente com a portaria, o "Minas Gerais" publicou nota biográfica, redigida por Paulo Campos Guimarães.

A todos os Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais a Comissão solicitou participação nas comemorações enviando-lhes exemplar da nota biográfica. Numerosas prefeituras responderam ao apelo, promovendo sessões especiais, conferências e artigos na imprensa local. Em São Sebastião do Paraíso, no salão nobre do Forum, proferiu conferência Eugênio Klein Dutra.

Em Belo Horizonte, o Prefeito Luiz Verano baixou decreto, referendado pelo Secretário de Estado da Educação, Orlando Vaz Filho, considerando data cívica o dia 8 de agosto, a ser comemorada pelos escolares.

Na data centenária, o "Estado de Minas" publicou caderno especial dedicado a Bernardes, fartamente ilustrado e com preciosa colaboração.

No dia 10 de agosto, no Caraça, depois de celebrada missa pelo lazarista, Padre Tobias, foi afixada à entrada do histórico Colégio de Irmão Lourenço, hoje reduzido a ruínas gloriosas, placa de bronze com estes simples dizeres: AQUI ESTUDOU ARTHUR DA SILVA BERNARDES 1887 - 1889. No ato, falou o Gen. José Carlos Campos Christo.

Este Suplemento, integrante do programa oficial, encerra conferências e discursos pronunciados nas comemorações realizadas e artigos escritos especialmente para ele.

A Comissão, mediante cuidadosas pesquisas, está coletando discursos e outros pronunciamentos escritos do Presidente Arthur Bernardes, para publicá-los em volume próprio, a ser largamente distribuído às altas autoridades do País, intelectuais e entidades culturais, encerrando, assim, as comemorações programadas.

PROFISSÃO DE FÉ NACIONALISTA

ARTHUR BERNARDES

(Discurso na Câmara dos Deputados, em 2 de setembro de 1952)

Senhor Presidente, inscrevi-me como orador do expediente para dirigir algumas palavras à Nação e aos meus nobres colegas. Agora que está praticamente solucionado o caso do petróleo, deixo esta Câmara e passarei a ocupar-me exclusivamente da direção do meu Partido, nesta Capital, onde continuarei vigilante na defesa dos interesses nacionais.

Desejo declarar, ainda uma vez, à Nação, que não sou nem nunca fui contra ninguém pessoalmente, e muito menos contra qualquer país estrangeiro. Sou, sim, e sempre fui, fervoroso e perseverante, a favor do Brasil.

Em mais de cinquenta anos de atividade política, em Governo de Município, o do Estado e no da República, e também no Parlamento, procurei defender sempre os legítimos interesses brasileiros.

Como político de personalidade e idéias próprias, fui duramente atacado, de todos os modos, por meus adversários, que não ousaram chamar-me de comunista ou criptocomunista, devido às minhas conhecidas convicções católicas e ao meu notório amor a este País.

Nunca me incomodei com os ataques que me foram dirigidos por advogados e "testas-de-ferro" nos "trusts" ou do capital estrangeiro, mas considero oportuno o momento para reafirmar, não àqueles interessados, mas, sim, à Nação Brasileira, que seria insensato fosse um político de responsabilidade contrário a um determinado país, e muito especialmente contrário ao nosso grande vizinho do Norte. Oponho-me, sim, e continuarei a opor-me firmemente, enquanto Deus me der vida e forças, contra a ingerência, na vida brasileira, dos "trusts" de qualquer nação que pretenda apoderar-se das nossas riquezas, seja diretamente, seja servindo-se de intermediários.

Dentro mesmo dos Estados Unidos, os "trusts", especialmente os da energia elétrica e do petróleo, procuraram intervir na vida da nação americana, conforme ficou sobejamente provado em apurações feitas, principalmente em relatórios de Comissões do Senado Norte-americano, amplamente divulgados naquele país e na imprensa brasileira.

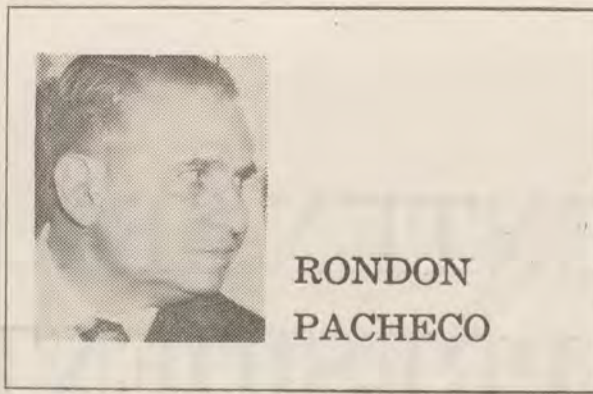
Ora, se nos Estados Unidos da América, com uma organização superior à nossa, os "trusts" intervir na vida do país, enfrentando o governo e utilizando-se de todos os processos, por que não empregarão os mesmos métodos de ação no Brasil ou em outro país considerado subdesenvolvido? Ninguém de boa-fé poderá pô-lo em dúvida.

Não sou também contrário à "assistência puramente técnica" das nações mais adiantadas. O Brasil contribui anualmente com cerca de dois milhões de dólares para as Nações Unidas e seus organismos e agências especializadas, não nos fazendo portanto, nenhum favor aquelas organizações, inclusive o Banco de Reconstrução Internacional, em fornecer-nos o necessário auxílio para o desenvolvimento econômico do nosso País.

Mas, o que sempre desejei, e nisso fui e sou intransigente, é que o planejamento, a orientação, a defesa das nossas riquezas naturais e de sua propriedade fiquem a cargo exclusivo dos brasileiros. Quando julgarmos necessário, solicitaremos a assistência técnica ou o financiamento de planos por nós mesmos elaborados e que consultem exclusivamente aos nossos interesses. Não podemos admitir que os "trusts" ou pseudotécnicos se apoderem das nossas riquezas ou dos nossos cargos de direção que devem competir exclusivamente aos nacionais.

Essa orientação precisa ser continuada e devemos esperar que o seja em bem da Nação.

Não quero, porém, terminar, Senhor Presidente, sem antes agradecer a V. Exa., aos seus dignos companheiros da Mesa e a todos os nossos colegas a indulgência com que aqui me ouviram e trataram a um colega que consagrou toda a sua vida ao serviço da Nação.



RONDON
PACHECO

UM ESTADISTA

Agrada-me sobremaneira vir à Cidade de Viçosa e prestar o tributo de minha admiração à memória de Arthur da Silva Bernardes que, há um século, aqui nascia.

É um tributo de que me considero tanto mais devedor quanto, no curso de minha vida pública, tive a oportunidade de experimentar e viver, no Governo de Minas Gerais, todo um conjunto de problemas e de situações que requerem do governante aquele espírito de decisão, aquela visão distante, aquela aceitação dos desafios diante dos quais Arthur da Silva Bernardes soube dar vulto à sua personalidade de estadista.

Assim, para quem teve a honra de governar o Estado de Minas Gerais e de representar o povo mineiro, a homenagem que presto à memória do homem que dirigiu os destinos de nossa terra reveste-se também do caráter de depoimento. A problemática mineira no quadriênio 1918-1922, embora diferente em seus detalhes e até mesmo diversa em sua essência da problemática de 1971-1975, oferece o mesmo quadro de dificuldades na fixação de critérios e na tomada de posições. Então, como nos dias de hoje, existia a responsabilidade de manter e de defender a importância política, social, econômica, geográfica e territorial de Minas Gerais no seio da Federação. E o dever, antes mesmo que a responsabilidade, de fazer Minas Gerais presente e ouvida nos Conselhos da República.

Arthur da Silva Bernardes soube marcar-se nas páginas da História pelo acerto com que respondeu aos desafios, às vezes áspersos, da conjuntura assim emoldurada. O pulso forte da decisão nele não significava o mero exercício do poder, o uso gratuito da autoridade, a presença da chefia sem motivações. Sua visão de estadista alcançava o futuro, desvendava-o, dava-lhe o escudo de uma certeza de quem não podia e não queria transigir com uma verdade nem sempre ao alcance de todos.

Mais do que o juízo dos contemporâneos e muito acima das controvérsias de um período de governo, são as perspectivas da História que se encarregam de acentuar na personagem histórica do governante as suas características de estadista. E as perspectivas da História de Minas e do Brasil deram a Arthur da Silva Bernardes dimensões que hoje e no futuro resguardam a independência, a soberania, a integridade territorial e a autodeterminação do povo brasileiro no contexto de sua organização nacional e na sua projeção entre as nações civilizadas.

(Foi feita uma exposição de improviso sobre a ação administrativa do Presidente Bernardes)

Homem do Município, em Viçosa, seu berço natal, iniciou a trajetória de sua vida pública. Chefe do Executivo Municipal, demonstrou o tino dos bons administradores e, ao mesmo tempo que preparava o caminho do progresso da comunidade, deixava seu nome inscrito no rol daqueles em que o povo poderia depositar sua confiança e suas esperanças.

Eleito para as lides parlamentares e legislativas da Câmara Estadual e, depois da Câmara Federal, demonstrou tato na condução dos assuntos do plenário e competência na elaboração dos estudos e pareceres das comissões.

Convidado por Bueno Brandão para gerir a Secretaria das Finanças, empregou-se a fundo em solucionar os problemas da pasta. E o fez com lealdade e a eficiência de quem, contribuindo para um esforço governamental, realçava o mérito do Chefe do Governo e realizava a sua própria projeção como personalidade a serviço da causa pública.

Além da remodelação do regime tributário, da reestruturação da Secretaria e da série de providências normativas para o equilíbrio orçamentário do Estado, é fora de dúvida que teve participação direta na elaboração da Lei n.º 546, de 27 de setembro de 1910, a chamada Lei Bueno Brandão, que referendou como Secretário de Estado das Finanças. Esse diploma legal, incorporado por Viveiros de Castro como padrão no Direito Administrativo Brasileiro, merece referência especial. Trata-se da primeira providência com sentido de planejamento global realizada no Estado e visava o saneamento básico das cidades mineiras. Em outros termos, atualizados, poder-se-ia dizer que o Estado, atuando como um Banco de Desenvolvimento, realizava empréstimo a longo prazo aos Municípios para a realização, com prioridade, de redes de esgoto e abastecimento de água. Em prioridade subsequente, os recursos repassados poderiam, atendidos os primeiros, ser aplicados em geração de eletricidade e na iluminação pública das cidades.

Os resultados da Lei n.º 546 foram, a médio e longo prazo, de positivas repercussões econômicas e sociais na vida das cidades mineiras. O índice de mortalidade, notadamente a infantil, caiu verticalmente em todas elas. O ingresso na era da eletricidade, naquela longínqua década dos anos 10, impulsionou de tal modo o desenvolvimento urbano que as receitas do Estado nas áreas

municipais foram incrementadas em montantes jamais alcançados. Os percentuais da receita tributária passaram a significar não somente a rentabilidade social do investimento feito pelo Estado, mas também, em termos financeiros, a virtual amortização dos empréstimos concedidos às municipalidades. Os resíduos dos débitos passaram a ter significação cada vez menor, até que a Constituição Mineira de 1946, de que tive a honra de ser um dos signatários, os extinguiram de vez pelo perdão.

Se, na voz da História, como de justiça, o mérito dessa lei coube a Bueno Brandão, que lhe empresta o nome, assinalo que parcela desse mérito pertence ao Secretário das Finanças de então, Arthur da Silva Bernardes, o mentor de sua aplicação prática.

Presidente do Estado no quadriênio 1918-1922, sua vocação de estadista fez com que se voltasse para o binômio agricultura e transportes. O sistema ferroviário foi fortalecido e ampliado. As feiras agropecuárias levavam estímulo e exemplo. Os hortos florestais antecipavam muito mais a visão de futura carência do que mesmo a formação de técnicos para imediato aproveitamento. A marca do estadista revelava-se na sua visão longínqua e antecipava aquilo que viria a ser o dado básico da ecologia.

Presidente da República, a soberania nacional nele teve o defensor intransigente e, para mantê-la na sua integridade histórica, legado de nossos maiores, lutou e venceu tanto na frente interna como na frente externa.

Enriqueceu o patrimônio do ensino superior em Minas Gerais com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, hoje a Universidade Federal. A propriedade industrial obteve estatuto legal próprio e adequado. O bom relacionamento entre empregados e patrões teve início com a criação do Conselho Nacional do Trabalho.

A vida lhe reservou ainda a oportunidade de várias lições de coerência, de fidelidade à República e de coragem política. Nos momentos de crise ou quando não exercia qualquer cargo legislativo ou executivo, sua voz foi ouvida e acatada pelos que nela depositavam a confiança de patriotas. Hoje senadas as paixões e alongadas nas perspectivas da História, suas qualidades de Estadista ganham a atualidade pelas quais os objetivos permanentes da Nação Brasileira se confundem com as profeções de Arthur da Silva Bernardes. Deixo, assim, à sua memória o preito de minha homenagem.



GOVERNADOR
AURELIANO
CHAVES

BERNARDES VISTO POR JACKSON

Já se disse que "os grandes homens de ontem são as ruas de hoje... Ninguém sabe quem foram, mas todos sabem onde são..."

Não poderia provar-vos se a afirmação é verdadeira, embora eu próprio só muito tempo depois tenha descoberto a verdadeira imagem e identidade da Marquesa de Alorna, que já há quarenta anos, é nome de rua simpática ao lado da minha Avenida do Contorno, aqui em Belo Horizonte...

Em relação, porém, a Arthur Bernardes, o que se pode asseverar é que, se ninguém sabe, nesta Capital, onde esteja situada a rua com seu nome, todos nós sem embargo sabemos quem ele foi, quem ele é, quem ele sempre será nos anais de Minas e do Brasil.

Com efeito, o que o tempo cruí tem inflingido de ingratidão a tantos outros, ao estadista de Viçosa só tem, ao contrário, produzido o efeito salutar de focalizar-lhe as verdadeiras dimensões, numa perspectiva em que as componentes — distância, posição e ângulo — nos conduzem à saudade de sua compostura, à admiração de sua altitude moral, à alegria de vê-lo sempre a serviço da Pátria.

É indispensável que se assinale, com efeito, que toda a propecta vida de Arthur Bernardes foi consagrada ao bem deste País.

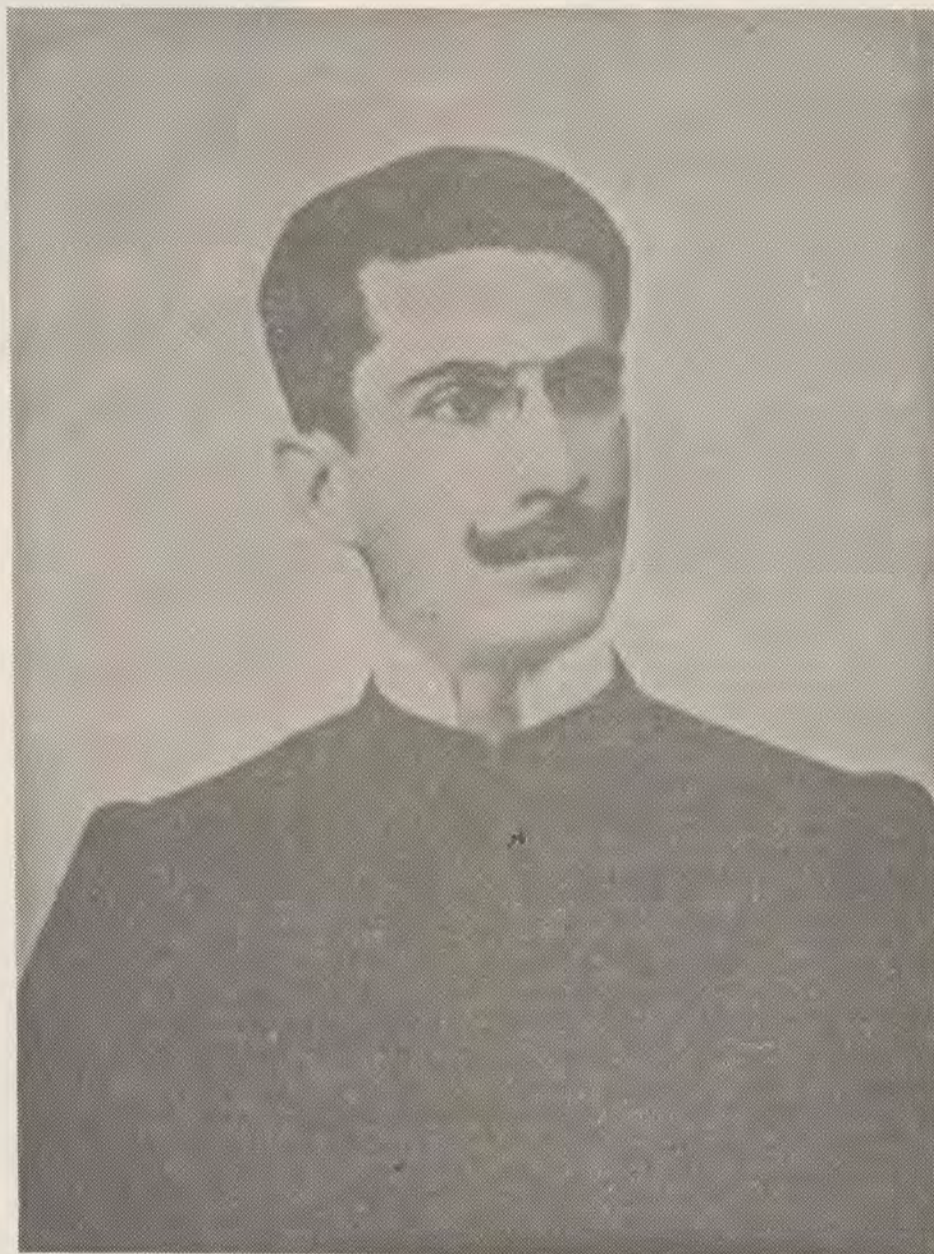
De caixeiro a Presidente da República; de guarda-livros de aldeia a saneador da moeda nacional restituindo-nos o câmbio ao par, a despeito de todas as despesas que rebeliões armadas e ambições impatrióticas desencadearam onerando o Tesouro e sobresaltando os espíritos; de Vereador — Presidente da Câmara Municipal, galgando todos os degraus da vida política entre nós, Arthur Bernardes, símbolo do Partido Republicano, foi antes de tudo um "repúblico", como diria o Padre Antônio Vieira.

De fato, servindo à gente simples de Coimbra no balcão de uma "venda" — com então se dizia — ou advertindo, carinhosamente, o seu amigo João Braz da Costa Val, então Presidente da Câmara Municipal de Viçosa, sobre a indispensabilidade de jardins públicos em todos as cidades porque, "sem eles, ou com eles maltratados, a cidade valerá 50% menos" — o que entremostrava, sem ênfase pré-fabricada, o admirável Administrador era a sua preocupação primordial de ser sempre útil, de servir e nunca de servir-se, e de estar presente, sempre participando, fosse dos grandes eventos como igualmente dos pequeninos acontecimentos da vida quotidiana de sua terra e de seu povo.

É certo que na gaveta de sua escrivaninha foi encontrada uma folha de papel com esta observação, aparentemente uma autocensura, mas em verdade uma oculta lição que poderemos facilmente extrair, em seu louvor:

— "O fim do homem é Deus, para o qual devemos preferentemente viver. Eu, porém, vivi mais para a Pátria, esquecendo-me Dele. A Ele devemos contas do que aqui fizemos de nossa vida, e eu a tive longa. Receoso de não poder resgatar minha falta no pouco tempo que me resta, apesar de Sua infinita Misericórdia, peço aos meus amigos, correligionários e brasileiros de boa-vontade que me ajudem a supri-la com sua prece."

Ora, Bernardes foi sempre fiel à sua Fé, do berço ao túmulo. Conseqüentemente, aos miúdos fatos de seu dia-a-dia de cidadão, como aos extraordinários feitos de sua fascinante aventura de Político, é-nos lícito apor, como exergo e como explicação, o verso inesquecível do Monge-Poeta Dom Marcos Barbosa: "Varredor que varres a rua, tu varres o Reino de Deus."



Arthur Bernardes quando se formou em Direito, em 1900

Realmente, em tudo e por tudo o líder que Minas deu ao Brasil cumpriu um mandamento, que na Lei Divina é o segundo, mas muito semelhante ao primeiro: — Amando a Pátria extremadamente, e a Pátria é a Nação, é Povo, é gente, não estaria Bernardes obedecendo, cristãmente, a um preceito divino segundo o qual devemos amar o próximo como a nós mesmos.

Ora, o patriotismo de Arthur Bernardes não se entretencia de palavras apenas, mas de atos sobretudo de civismo, de provas de dedicação, de gestos de desassombro, de decisões e atitudes francas, irrevogáveis.

Nem sempre temos nós, no muado, oportunidade de praticar façanhas de que as turbas se admirem, mas temos todos os dias oportunidade de provar que não somos fracos, covardes, omisso, demissos.

A Bernardes sucedeu este prodígio: realizou ações de profunda bravura em prol do Brasil, e ao longo de seus 80 anos de existência nunca deixou, a cada manhã e a cada ocaso, de provar que não era medíocre!

Por isso mesmo quem mais admiraria Arthur Bernardes seria uma outra figura humana que, sem ser militante político, encarnava entretanto todas as virtudes de que Deus enriquece o estadista de Viçosa.

Refiro-me a Jackson de Figueiredo, o poeta, o romancista, mas acima de tudo pensador profundo que Sergipe revelou ao Brasil.

Como dizia Jackson, lembrando Malebranche: — Não só "os apaixonados apaixonam" para os desvios, os declives, os malefícios, as destruições;

também a energia apaixonada se canaliza para as grandes construções do espírito e do coração em todas as áreas de atuação humana.

Daí, no caso de Bernardes — é Jackson ainda quem fala — daí, a firmeza e a majestade, a segurança e as inspirações cívicas de seu "Manifesto à Nação" quando do incrível episódio das "Cartas Falsas" que quiseram atribuir-lhe.

Foi então que Jackson de Figueiredo teve mais esta afirmação que é a síntese da vida e da obra de Arthur Bernardes: "Está em maus lençóis a inveja quando se vê reduzida a combater num homem o orgulho de fazer o bem".

Aí está: o extraordinário líder fez de sua vida toda um exercício ininterrupto de bem-querer à sua terra e à sua gente.

E quando perguntaram a Jackson as razões totais de seu "declarado Bernardismo", ele as alinhou em três itens:

I — O Sr. Bernardes representa, politicamente, neste momento (e estamos em 4-12-1921) as forças vivas da Nação.

II — O seu nome foi apresentado por uma Assembléia de caráter tal que se me afigura um meio político capaz de suprir as falhas de nossa própria organização democrática.

III — Não conheço um só ato da vida do Sr. Bernardes que mereça condenação de homem realmente amante do seu País.

Nem julgue alguém, mal-avisadamente, que o admirável pensador sergipano, honra a glória do laicato católico brasileiro, incensasse Arthur da

Silva Bernardes porque — como andaram insinuando na época acesa daquelas paixões político-partidárias — porque desejasse a recompensa futura de algum Ministério ou de algum Banco...

— "Não se assustem os que tanto parecem estimar a minha humilde labuta intelectual: não pretendo explorar as minas do Morro Velho nem negociar a Rede Sul-Mineira... Não conheço pessoalmente nem o Sr. Bernardes nem o Sr. N'lo Peçanha."

Mas, filósofo social, psicólogo arguto e jornalista sagaz, mesmo sem ter tido o privilégio de assistir à boa administração de Arthur Bernardes como os mineiros já haviam assistido, em todos os postos de comando que até então tivera — Jackson prognosticou a vitória da sua candidatura, baseado fundamentalmente na ténpera de franqueza e lealdade do político — embora não subestimasse "a auréola de malabarista e a autoria de um mau livro" que se atribuíam ao Sr. Nilo Peçanha...

Falei em "ténpera" e lembrei muito a propósito, porque Bernardes ficaria famoso em virtude de sua atuação patriótica no episódio da "Itabora Iron", como também se antecipou ao "slogan" — O Petróleo é Nosso — como igualmente proclamava, com veemência: "Integremos a Amazônia para não a entregarmos a aventureiros."

A cosmovisão de Bernardes era integral: — tanto cuidava de que a agricultura fosse metodizada e modernizada em todo o Brasil, para o que preconizava uma Escola, como a de Viçosa, em cada Estado, como paralelamente procurava amparar o operário, dando estabilidade aos ferroviários após 10 anos de trabalho, na conformidade do Decreto 4.682, que assinou em 24 de janeiro de 1923, ao mesmo tempo que criava o Conselho Nacional do Trabalho (Dec. 16.027, de 30-4-1923) em que se previa até a Previdência Social, como a temos agora.

E não é sua também a primeira legislação referente a férias na forma do Decreto 4.982, de 24-12-1925, regulamentado pelo Decreto 1.749, de 30-10-1926?

Final, enumerando nessas rápidas pinceladas apenas algumas das preocupações marcadamente humanas e solidárias do estadista de Viçosa, ativemo-nos muito de indústria nos atos e decisões em que Arthur Bernardes comprovava, com destemor profético, o acerto com que se houvesse o líder católico Jackson de Figueiredo ao retratá-lo no livro "A Reação do Bom-Senso".

Com efeito, além de sanear nossas finanças e proteger nosso comércio e indústria, seu olhar de "Raio X" — como já se disse dele — se voltou com toda a solicitude para a causa e as coisas do ensino, notadamente prático.

Eram seguramente as diretrizes da Encíclica "Rerum Novarum", de Leão XIII, que o norteavam.

Sobrepairando a todas as tempestades que tentaram sacudir os alicerces de seu governo de "Ordem e Progresso", a estatura consular de Bernardes o conduzia a assumir as mais corajosas posições perante o seu Povo e sua Terra.

Por isso, quando acabou de gravar no frio papel aquele grito de cristão que guardara em seu "bureau", os seus lábios de velho guerreiro estariam pronunciando a frase consoladora de Paulo Apóstolo a Timóteo:

"Combati o bom combate, acabei a maratona, guardei a Fé."

E ele que pedia desculpas por não ter feito todo o Bem que quisera, sem dúvida alguma receberá para sempre o solene veredicto de uma coroa de louros. "Serenos, aguardando em seu jazigo a Justiça de Deus na voz da História."

HAVEIS DE compreender a emoção de que me acho possuído ao ocupar esta tribuna na oportunidade da comemoração do centenário do nascimento de Arthur Bernardes, uma das maiores personalidades do Brasil.

Falar neste ambiente, impregnado de sua pessoa e onde se respira uma aura de civismo, trilhar convosco, por instantes ainda que fugazes, uma rota de recordações, focalizando o estadista ilustre cuja memória celebramos, é desses momentos que tanto me falam ao coração, e de que nunca por certo me esquecerei.

Quero dizer-vos, meus bons amigos, que nesta hora me sinto em casa, nesta atmosfera mineira tão minha, tão nossa, particularmente rodeado de pessoas cuja amizade constitui para mim um título.

Laços poderosos prendem-me à casa de Arthur Bernardes.

Vem-me à lembrança a excelsa figura de Dona Clélia, a esposa admirável, a mãe amantíssima, modelo cívico da mulher mineira. Ela foi para Bernardes o apoio inflexível, e nos transeios difíceis, a estrela de seus triunfos.

Dona Clélia, além da esposa, representou na vida do grande Presidente o papel reservado às influências discretas e decisivas. Fora das atividades oficiais, consagrou-se ao lar, dando-lhe contornos de uma casa no gosto de Minas: ensinando e educando os filhos as virtudes inapagáveis de nossa gente.

Rendo à exemplar senhora, à Dona Clélia, toda a homenagem de uma admiração sincera.

Sem ela, estou certo, Bernardes não teria encontrado nos passos cruéis que a política reserva, a força para sobrepor-se aos temporais.

Na hospitalidade de vosso acolhimento, vivo uma dessas comemorações consagradoras, convosco identificado no culto ao mesmo homem e à sua memória. A oportunidade ensaja-me desfrutar por alguns bons momentos da companhia de Artur Bernardes Filho, a quem aprendemos a chamar de Arturzinho, com ele integrando-se toda a expressão afetiva de Minas, porque Bernardes Filho honra o pai, prosseguindo numa vocação bem alta, a trajetória daquele que lhe deu a vida.

Político dos mais finos do País, integralmente mineiro, Deputado Federal, Senador da República, Vice-Governador de Minas, Bernardes Filho mantém intacta a velha chama, o mesmo amor pela causa pública, e pelos postos que exerceu, no Parlamento ou como Ministro de Estado, deixou a marca de sua inteligência, de seu preparo como profundo conhecedor dos problemas que teve de enfrentar.

Vejo em Arturzinho uma das mais peregrinas inteligências do País, desses homens necessários, cuja palavra, lastreada pelo saber e pela experiência pesa na balança das grandes decisões.

Qualidades de caráter, predicados de cavalheirismo, formam-lhe o arcabouço moral, temperados no calor que lhe transmitiu a casa paterna.

Tendo-o entre meus maiores e melhores amigos, vejo nele uma das reservas morais de Minas, preciosa e rara, que se impõe pela grandeza de seus gestos.

Meus amigos, não venho pronunciar um discurso, nem proferir uma conferência de labores literários ou essência estética que pudessem levar-nos a instantes de pura emoção intelectual.

As minhas naturais deficiências serão compensadas pelo tema que abordo, na única coisa que posso dar sobre o exemplo de Bernardes: um testemunho. É bem simples, para que fale toda a espontaneidade, bem objetivo para que se resguarde a máscara grandeza de um homem que é motivo e que é ao mesmo tempo figura legendaria.

Na civilização de Minas o lugar de Bernardes resplende com uma luz tão penetrante, que ainda não se apagou. Brilha como restos de um grande sol dobrando à fatalidade do acaso. Marca-os a projeção definitiva de sua personalidade.

Bernardes, pela sua imagem hipnotizadora, catalizava, impressionava e diante dele ninguém se manteria indiferente.

Nesta simpática Cidade de Viçosa recebeu o primeiro sinal do chamado para a vida pública, num desses encontros consigo mesmo que só podem ser explicados pelas vocações poderosas.

Um desafio que iria imprimir-lhe outros rumos, levando-o do balcão de uma casa comercial à Presidência da República.

Abrçando a política, quase como uma imposição misteriosa, revela-se o homem exato para o cargo.

No seu Estado projeta-se com uma coloração nitidamente nacional e dois serão os ofícios que o ocupam e o orientam: o estudo e o trabalho.

Se está no presente, o olhar perscrutador vaga pelo futuro e retira do passado as lições da experiência.

Ao deixar a cidade natal para os vãos que o levarão à suprema chefia da república, nenhum problema brasileiro lhe é desconhecido. Menos o assusta o volume de qualquer dificuldade.

Tenho certeza de que nas páginas de nossa História não se encontrará dedicação maior, agindo em função da coletividade, porque tem dela uma concepção sagrada, encarando-a com vigilância escrupulosa, e própria de um arconte ateniense que se punha, pelas noites afora, em vigília, meditando numa decisão melhor para a cidade estendida, nos mármore e na beleza, sob a imortalidade da Acrópole.

Os homens que se distinguem no cômputo das lideranças, devem por vezes esquecer-se de si mesmos para manter intactos os ideais que os impulsionaram, afirmando-se por uma autenticidade de que retiram a força de suas atitudes.

A ascendência de Bernardes sobre os contemporâneos, que se amplia pelo presente, contaminando gerações, nasceu de condições pessoais e peculiares, de uma soma de fatores, múltiplos que o fizeram realçar-se na impenetrável cidadela da política mineira das primeiras décadas do século.

Sua palavra tinha efeito extraordinário, valendo como aval de causas e o povo a acatava tranqüilo e confiante. Em 1932, por entre as incertezas da Revolução Constitucionalista, manifesto com que se pronuncia, é um rastilho que incendeia, espalhando-se, pondo em ebulição energias estagnadas e bem me lembro de que o povo repetia as palavras que se liam escritas nos muros, nas paredes das casas de Belo Horizonte: "Quanto a mim fico com São Paulo, porque para São Paulo se transportou a alma cívica do Brasil."

Nada de quixotismo, nada de uma frase solta aos ventos bravios da Mantiqueira.

Quando de Arthur Bernardes recordações inolvidáveis que nos dias tempestuosos que me surpreenderam infundiram-me coragem, revivendo no meu espírito as lições de estoicismo que sugere o seu modelo.

Curiosas as circunstâncias em que o destino traçou o nosso encontro. Vim a conhecê-lo num dos momentos cruciantes de sua áspera campanha. Numa época, deixai-me repetir, em que jamais, até então, tinha sentido a menor atração pela política.

Se àquele tempo alguém me houvesse inquirido sobre o quadro político de meu País, a nada teria sabido responder.

Todavia eu trabalhava nos Telégrafos, o único meio de comunicação existente, captando pelas madrugadas compridas e frias de Belo Horizonte, as mensagens que os sinais consignavam e que pela minha função deveria receber, e interpretar. Pude, assim, assistir, numa posição privilegiada, à odisséia que Bernardes teve de enfrentar, transpondo com maestria e desabusada firmeza as ciladas que os adversários armavam pelo caminho.

Tudo que vinha dos quadrantes da Pátria, naquilo a que hoje chamaríamos de guerra de nervos, passava pelas nossas mãos. Havia notícias que gelavam, narrando resistências encarniçadas à sua candidatura, e tão árduas que pareciam trazer uma sentença fulminadora.

Lembro-me de que nós, senhores daqueles segredos, tínhamos instruções rigorosas para guardar sigilo tumular. O que, contudo, ninguém conseguia era que dominássemos as emoções, o suspense natural. Imperceptivelmente, fui evoluindo para um interesse político que se concentrava na pessoa de Bernardes, cada dia ele se revestia de proporções impressionantes, como genuíno expoente, um desses destinos escolhidos, fadados, por isso mesmo, a modificarem a História.

Bernardes triunfou: foi eleito, empossou-se, governou e passou o governo a seu sucessor.

Quanto a mim, continuei no meu trabalho, formei-me em Medicina, identificado tão-somente com a minha profissão.

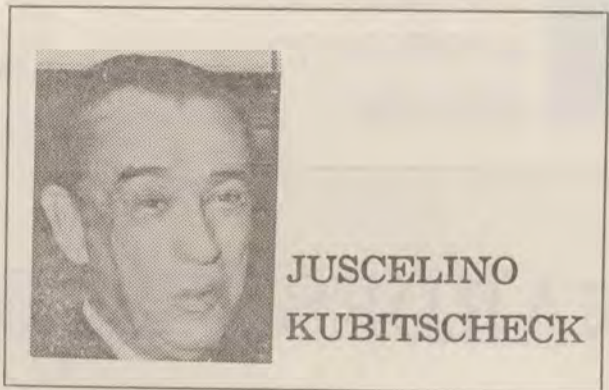
No entanto, não poderia adivinhar o que me reservaram as curvas do inevitável e vi-me, afinal, envolvido na política.

Até hoje indago aos quiromantes em que linha de minhas mãos se inscrevia a minha rota. A verdade foi que a ela não pude escapar.

Nunca, em tempo algum, imaginei que um dia me visse alçado às posições que atingi.

O primeiro degrau foi uma cadeira de deputado federal.

Nesta condição, numa sessão do Centro Mineiro do Rio de Janeiro, em que Bernardes iria falar, também ele deputado federal, em 1936, vim a conhecê-lo, vendo-o de perto, admirando-lhe o porte impecável e a linha imutável de seu estilo.



JUSCELINO
KUBITSCHKEK

TESTEMUNHO DE ADMIRAÇÃO

Discorreria sobre o tema que constituiu a tecla de toda a sua pregação: a defesa do potencial econômico do Brasil, representado pelas riquezas naturais, seu mundo mineral, o reino de suas reservas produtoras.

Seu ponto-de-vista, que Gilberto Amado, em suas Memórias, exalta e aplaude, opunha-se à desabrida exportação de matérias-primas, que deveriam ser reduzidas e aproveitadas no Brasil, não só por proporcionar-nos maior mercado de trabalho, senão e sobretudo para que dela tirássemos proveitos imediatos e mais rendosos, iniciando assim o processo de nossa industrialização.

Coube-me saudá-lo. Se minha palavra, então tateava, vacilante e tímida, expressava-me com singeleza dizendo o que realmente sentia, como se revisse a época em que operava como telegrafista, conseguindo transmitir as sensações que a luta acesa em torno da candidatura Bernardes produziam em mim.

Nem eu perdera de todo o vezo provinciano, não de todo afeito ao Rio e a seus hábitos tentaculares.

Falei, isto o principal. Narrei a situação em que me fora dado travar conhecimento de sua pessoa, a admiração que me despertavam as atitudes firmes e serenamente assumidas.

Contei no meu discurso em palavras repassadas de respeito, a seqüência dos episódios que então me empolgaram. Ao terminar, Bernardes veio cumprimentar-me, tratando-me com sua proverbial fidalguia, sua atenção cavalheiresca. Data daí a nossa amizade que nos manteria unidos, que o tornaria um dos suportes de minha ascensão, trazendo-me, na eleição para governador de Minas, o peso decisivo de seu prestígio, a inestimável colaboração do PR que decidiu de minha vitória e marcou a minha escalada na difícil conquista da Presidência da República.

Poucos dias antes de sua morte, eu tinha estado com ele e acertáramos a sucessão em Minas. Por sua sugestão se firmara o nome de Bias Fortes, o que eu, mesmo depois de sua morte, integralmente respeitei. Voava para Poços de Caldas a fim de visitar o Governador Balbino, da Bahia, quando leve a notícia do infausto acontecimento. Ordenei ao piloto que mudasse de

rumo, me levasse ao Rio, onde no Palácio Tiradentes, perante as maiores autoridades da República e do povo lhe prestei, em nome de Minas, a homenagem do nosso último adeus.

Bernardes, tendo exercido apenas por quatro anos, com sua atenção insistente desviada para a manutenção da ordem, o governo da República, naquele período de efervescência, realiza obras de mérito, imprime à sua administração um ritmo dinâmico, efetiva a reforma da Constituição, reclamada de há muito pelas necessidades nacionais, visando a ajustá-la a uma realidade flagrante.

A mudança da Capital para o plano central é uma de suas preocupações e se não foram as agitações que lhe perturbaram o quadriênio, quero crer que a esse objetivo teria dado maior ênfase, tonificando o dispositivo esquecido da Lei Maior.

Por isso dirige-se ao Congresso Nacional em Mensagem de 3 de maio de 1925 e o faz nestes termos:

"Imperiosa necessidade da mudança da Capital da República.

Outra medida que a experiência exigia é a mudança da Capital da República, em boa hora prevista pela Constituição da República. Os poderes públicos, para uma atuação proveitosa no País, precisam de uma atmosfera de completa liberdade moral, de grande serenidade de espírito e de perfeita tranqüilidade de ação, isenta de preocupações locais, e de solicitações de classes que em seu proveito, podem, mesmo involuntariamente causar danos ao interesse geral da Nação. Não foi por outro motivo que o senso prático dos fundadores da grande república Norte-americana colocou a sede de seu governo em uma cidade de pequena população, não agitada pela intensidade da vida dos grandes centros comerciais e industriais. O Rio de Janeiro, cidade populosa, cosmopolita, centro industrial do País e seu grande empório comercial, tem uma vida tumultuosa e agitada, de vantajosa influência na vida econômica do Brasil, mas de preponderância inegável na orienta-



Retrato de Arthur Bernardes na galeria do Palácio da Liberdade

ção dos governos, assim por vezes impedidos de atender aos interesses e necessidades mais gerais do nosso vasto território. Urge, pois, realizar a mudança da Capital da União, entregando ao Distrito Federal a ampla autonomia que a Constituição lhe outorga e elevado à categoria de Estado. É certo que a situação financeira do País não permite ao Governo construir agora a nova Capital, a expensas da União. Parece no entanto que não lhe seria difícil, embora solução para o futuro, se por editais, publicados, dentro e fora do País, capitalistas fossem convidados a apresentar propostas naquele sentido, mediante pagamento de concessões de luz, água, esgotos, viação e terrenos na futura Capital, consoante os termos de um projeto em andamento no Senado."

Nenhuma síntese mais cristalina do que estas sábias palavras, pela lucidez dos conceitos, pela objetividade das considerações, seria capaz de justificar a vitoriosa Brasília que com arrojo e fé no Brasil, logramos plantar em plena selva, no coração do País, como a acolher as lições dos maiores de que Bernardes se tornara tão lídimo intérprete.

Nesta mensagem, espelhando uma das mais autênticas imposições da geopolítica, vê-se não ser Bernardes o espírito xenófobo, inimigo do estrangeiro, como à primeira vista delinham adversários inconformados que não viveram aquela época.

O desencontro dos pontos-de-vista pontua vitalidade nos regimes democráticos.

Bernardes jamais foi um homem de atitudes repentinas, de posições graciosas e nele a preocupação nacional primou sobre todas as outras.

Tudo na sua vida destila uma lição digna, impregnada do amor à terra em que nasceu. Exatamente por esse fator, próprio dos homens sinceros, que mais do que tudo a si mesmos respeitam, ninguém até hoje pôs em dúvida a lisura de seus princípios.

Tendo deixado a Presidência da República, bem moço, longe portanto da idade dos ócios saudosistas, depois de ter fielmente cumprido o quadriênio, nada mais natural que buscasse na paz serrana destas bucólicas paragens os despreocupados vagares de patriarca feliz.

O contrário, porém, se dá: tran-

sato o quadriênio, ao invés de egoisticamente recolher-se para compor suas memórias, que teriam admirável sabor literário, vamos encontrá-lo ativo, participando febrilmente da política. Percorre as cidades, faz discursos, enfrenta praças, não se lhe escapa, sob o mínimo ângulo, qualquer assunto nacional. Nem foge dos problemas. Enfrenta-os, estejam em Minas, ou em qualquer parte do território brasileiro. Esmiúça-os cuidadosamente, passa noites em claro, pesa, mede, examina as soluções.

Como Presidente da República ou senador ou deputado federal, já no fim de sua luminosa carreira, mantém acendrado amor ao trabalho, o hábito da disciplina e como repouso mergulha nos clássicos ou apanha na estante para o regalo exigente de seu espírito o velho Tácito contanto a história de Roma, de sua época.

Ao responder numa cidade mineira a um jovem advogado que começou a saudá-lo com um verso de Virgílio, Bernardes se entusiasma e ao chegar a vez de agradecer, completa de memória a citação poética e erudita.

Sua preocupação com a massa trabalhadora é total, incansável, e à sua iniciativa se deve uma das primeiras leis de fundo social no Brasil, estabelecendo condições mais propícias para a aposentadoria.

No estudo dos problemas, despe-se das cores partidárias, dá as costas aos interesses particulares e os soluciona como exige o bem público.

Um pouco hermético, era, no entanto, ameno no trato, atencioso no cumprimento dos deveres sociais e tem da amizade a concepção medieval e cavalheiresca.

Definitiva na nossa recordação, sua figura emerge no tempo, conservando invariáveis as mesmas coordenadas que lhe plasmaram a vontade férrea e não se perde porque atrás de seus ensinamentos se enfileiram gerações que buscam um rumo, uma orientação.

Não era messiânico, mas aceitava a predestinação, imbuído da missão que lhe foi reservada, para vivê-la em toda a sua significação.

Bem me lembro do desvelo com que na Câmara dos Deputados tratava a sua correspondência, a lhanza com que recebia, o carinho que dispensava à juventude.

Meus amigos,

Venho de uma região de mineração que atraiu os homens que acima de tudo amavam, por vocação e destino, a aventura, aqueles que por ela deram as costas ao litoral engrossando monções de esperança, procurando localizar além das montanhas as pedras que fascinavam na lenda colorida do eldorado.

Nada os deteve: nem cursos caudalosos, nem os perigos escondidos, nem a hostilidade dos espigões. Padeeceram a febre das sessões, sem que nada lhes quebrantasse o ânimo.

Quanto mais a cordilheira guardava as minas, mais fervia a audácia naqueles espíritos atrevidos.

Possivelmente este desapego pela vida, a tenacidade na luta, produziam um homem imaginativo, para quem o perigo não existia.

Por isso talvez Diamantina conheceu o fausto, teve palácios luxuosos, uma sociedade que arrancaria de Saint-Hilaire exclamações incontidas de admiração.

Só não sabia que a riqueza das bateias não fica, se esvai, cobiçadamente.

Tinha razão o velho adágio ao afirmar que "mineração não passa de ilusão", porque cessada a garimpagem, Diamantina viveu um período áspero, salvando-se mercê da fibra de seus filhos, do amor à terra, às suas noites de poesia e de amor, da legenda do seu venerando casario.

A própria geografia castigava-nos, a nós, diamantinenses, naquilo que se referia à agricultura, não de todo favorável, sofrendo dos rigores das geadas, sem meios de comunicação, sem mercados consumidores.

Não há dúvida de que tais deficiências foram supridas por contêrreos dotados de talento, unidos pelo amor comum à velha cidade.

Paulo Pinheiro Chagas, homem de talento, de letras, escritor de grande mérito, orgulho por certo de nossa literatura, soube com precisão diferenciar o homem das regiões de mineração do homem da Mata.

São diferentes quanto ao modo de encarar problemas, de assumir atitudes e de firmar orientações objetivas.

Bernardes reflete essa prodigiosa diversificação do mineiro. Tendo nascido nesta encantadora cidade, uma das jóias da Mata, favorecida pela cultura do café, aqui evidentemente as condições de vida seriam mais fáceis que as de Diamantina.

A cultura do café cedo produziria uma elite social, ativa, conservadora e progressista, que não demoraria disputar à Zona do Centro e ao Sul de Minas a hegemonia política do Estado, dirigida por homens que conseguiram dar a Minas uma posição de relevo na Federação. Bernardes à frente das correntes dominantes, seria necessariamente a expressão de uma política que invés de estática assumiria feição agressiva.

A Mata densamente populosa, embora padecesse, como todas as outras regiões do Estado, da falta de estradas, iria fatalmente comandar o PRM, escola de lealdade, tradição e de disciplina que o povo na sua maliciosa crítica apelidara de Tarasca.

Se os homens da planície são mais comedidos, sobra-lhes arrojio para enfrentar os percalços e por isso essa ténpera rígida de Bernardes jamais permitiu que ele recuasse ou evitasse a luta.

Para a concatenação desta palestra, quis focalizar alguns aspectos fundamentais da vida do ilustre estadista.

Wilson, Professor de Direito Internacional da Universidade de Princeton, na ilusão de uma paz justa, anunciou ao Congresso Americano, em quatorze itens, os seus princípios, sobretudo para pôr fim à monstruosa catástrofe que ensangüentava a terra.

Fundava-se a Sociedade ou Liga das Nações.

O Brasil, signatário do Tratado de Versailes, era membro originário daquela Sociedade.

O Senado Americano não aprovou o Tratado. O Brasil, ao contrário, ratificou-o, tornando-se membro permanente.

No episódio relativo à admissão da Alemanha, o que importaria para o Brasil, na sua saída do Conselho Permanente, com inegável diminuição de nosso prestígio, Bernardes não tergiversou, abandonou a Sociedade das Nações, num gesto que o País unanimemente aplaudiu.

Afrânio de Mello Franco, com seu talento e a finura de grande diplomata, em discurso memorável, explicou, em palavras indelévels, os motivos do Brasil.

O tempo deu a Bernardes integral razão.

Nunca se apagará da minha memória a atitude de Bernardes quando assomou a tribuna da Câmara para condenar, enfrentando incompreensões, o Instituto da Hileia Amazônica.

Sua posição intransigente na defesa de nossos recursos minerais é um

dos capítulos mais emocionantes de sua biografia.

Se na adolescência, pequeno seria o número de educandários, certo andaram-lhe os pais ao enviá-lo ao Caraça, porque ali, além da "pedra fundamental", de sua cultura humanística, como diria Nabuco no primoroso livro "Minha Formação", Bernardes iria receber as primeiras lições de disciplina, da necessidade de metodizar o encadeamento de atos e de atitudes indispensáveis ao triunfo de uma vocação.

O Caraça é um destino, uma mentalidade ou quase direi, um estado de espírito. Entendeu como nenhum outro sodalício de ensino, a vocação ordeira de Minas, as suas coisas arranjadas, um instinto agudo da evolução, dentro das possibilidades ambientes.

Ali dentro vivia a alma de Minas nos seus anseios morais e estéticos. Ali se ensinava a cultura clássica, orientada pelo contato direto com o grego e com o latim, tentando a velha filosofia de Sócrates, o idealismo de Platão ou a lógica de Aristóteles. Aprendia-se a amar, sem metáforas ou metonímias, a Pátria na sua eternidade e na perpetuidade de seu destino.

O isolamento fazia com que o homem se voltasse para a terra, para a sua geografia, conseqüentemente para seus problemas.

No século passado já se sentiam os efeitos da Revolução Industrial no Brasil, mas o País, acordado do interregno monárquico não passava de uma área agrícola e alguma indústria insignificante e rudimentar.

Jamais condenei a monarquia e o longo império do segundo Pedro. Pelo que se fez, sobra um saldo positivo. Desbaratou-se o caudilhismo, manteve-se a unidade territorial, criou-se o exército e formou-se uma das maiores marinhas de guerra de então.

Lamento que a monarquia não tivesse ido um pouco mais além, abolido em 1822 o trabalho escravocrata e tentado um surto industrial.

O Brasil nasceu republicano e federalista. Nossas Capitânias Hereditárias revelaram o gênio colonizador do lusitano, estabelecendo a maior civilização tropical da terra.

A divisão da colônia em capitânias não impediu que se desenvolvesse o sentido nacional, nativista nas suas origens, que logo explodiu nas lutas contra todos os invasores.

A predestinação de Bernardes consistiu em se transformar num ideário, numa filosofia de normas e de princípios.

Bernardes absorveu o nativismo porque mergulhado no estudo da História compreendeu que o nativismo precedeu, como respaldo, a formação da consciência nacional.

Nativistas do Norte, do Nordeste, do imenso litoral, do Rio de Janeiro, com contingentes descidos da Capitania de Minas, nativistas do Rio Grande do Sul repeliram os invasores e plasmaram a Pátria, resguardando-a, defendendo-a, enquanto os paulistas a ampliavam.

Nada me parece tão ridículo quanto comparar o Brasil dos primeiros anos da República, ainda na placidez da bela época, com o Brasil que começou a surgir depois da primeira grande guerra, quando os problemas universais aqui repercutiam com ênfase e ímpeto.

E foi esse Brasil ansiosamente nervoso que veio às mãos de Bernardes e coincidia com o momento mais arrogante das potências europeias, com a Liga das Nações distribuindo protetorados sem qualquer respeito pelos interesses dos povos atingidos.

Ninguém ousará negar o que fizeram as chamadas grandes potências: desrespeitaram soberanias, retalharam países, intervieram audaciosamente, apoderaram-se das melhores fontes produtoras de suas riquezas.

A História aí está, é só abri-la.

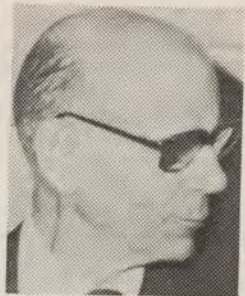
Este foi o tempo de Bernardes e ele compreendeu a situação reinante e soube defender princípios que correspondiam à realidade. A realidade internacional.

Bernardes foi contra a exportação desordenada de nossas matérias-primas, latente no seu espírito, desenhando-se ante os olhos, o esgotamento de Minas, vendo sair o seu minério, o seu manganês, nada deixando em contrapartida.

Regozijo-me de ver que todas as suas idéias, a doutrinação sistemática, tomaram corpo, apesar da atoarda com que em vão quiseram calar-lhe a voz.

Senhores, não vos prometi um perfil de Bernardes, mas o testemunho de uma admiração, o relato de uma simpatia imensa que se converteu em duradoura amizade.

Viajando convosco, andando por regiões a que só os sentimentos conduzem, encontro aqui em Viçosa, nas festividades deste centenário, aquilo que Bernardes soube tão bem precisar e diante de sua inclita figura palpita agradecido o coração de Minas e palpita também a alma cívica da Pátria agradecida.



ABGAR
RENAULT

ELE VEIO PARA SER GRANDE

Esse que, há um século, vinha à luz no pequeno Distrito de Viçosa de Santa Rita, fundado em torno da ermida de Santa Rita de Cássia, com o nome de Santa Rita do Turvo, chegava com proporções para ser grande.

A paisagem política do Brasil trouxe as suas dimensões intelectuais e morais, engrandecendo-a e imprimindo-lhe os seus traços pessoais, fundos e incisivos, e as suas raras formas e expressões de grandeza.

Não apenas o seu Estado natal — a sua cara Minas, como gostava de chamar-lhe — senão também o Brasil se enriqueceu com seu pensamento e sua ação, que nunca perderam a altitude do sentido público, ao fio dos longos anos de toda uma vida por inteiro dedicada à política e à administração.

Os homens que deparam em seu caminho a sua vocação — e encontrá-la e reconhecê-la é muito menos comum do que geralmente se imagina; ela facilmente se confunde com as nossas habilidades e aptidões — os que a deparam e a seguem, criam um grupo de valores morais que se transforma em núcleo da resistência à sua degradação e uma linha oposta ao amesquinamento ou deformação do ideal — único sentido capaz de infundir futuro e grandeza aos atos humanos que dão nascimento aos corpos sociais ou lhes consolidam a existência e lhes propiciam a duração.

A passagem do tempo criou distância histórica para um julgamento. Esse julgamento coincide com os conceitos mais altos dos que mais de perto o conheceram e com ele conviveram longamente, e serve de corrigir as apressadas opiniões de circunstância que tão facilmente se formam acerca dos homens públicos, em especial os homens de Estado.

Na descoragem, na falta de profundidade intelectual, na desnudez moral da vida pública do Brasil de então, a figura de Arthur da Silva Bernardes assomava com os atributos essenciais de um símbolo. Que símbolo encerrava a sua vida? Que segredo tornou possível a esse homem sóbrio e grave manter a sua autoridade pública, através de trinta anos de ausência do poder, com a mesma estatura, o mesmo tonus, a mesma intensidade vital? Por que não perdeu nunca a sua palavra a severa tonalidade de sabedoria, conselho, advertência e orientação, que a caracterizava? — Duas virtudes cruciais exprimiram a sua personalidade e, a nosso ver, aclararam e explicam melhor que tudo a sua força sem contraste, que viveu e dominou enquanto lhe ardeu a chama alta e nobre do destino: — o sentido público da sua existência e a fidelidade ao que elegera como seu ideal.

Pela primeira dessas virtudes, ausentou-se de tudo quanto fosse restrito ou privado e consagrou-se moral, intelectual, física, totalmente ao coletivo, ao geral, ao Estado, como instrumento de criação larga e circular e, com a cegueira providencial dos verdadeiros homens públicos, jamais enxergou a mesquinha das traficâncias de qualquer interesse que servisse ao seu mundo individual. Tudo nele foi elevado e grande, porque tinha as suas dimensões, e essas dimensões eram públicas e profundamente nacionais. Esta a sua primeira lição herdada ao Brasil: não pode haver, não há realmente grandeza onde o sentido das cousas e dos interesses públicos se contamina e esvai em miúdas e ralas cogitações de natureza doméstica, ou seja, particular.

Pela segunda daquelas virtudes — a fidelidade ao ideal — nunca se desviou Arthur Bernardes da sensibilidade do seu caminho, de uma linha pura e inflexível, que apontava mais no sentido da altura do que no sentido do horizonte; queremos dizer — buscava a direção ética antes de buscar a direção do que está próximo ou é imediatamente utilitário.

Nele, o político não excluía a convivência contínua com o homem que tinha uma austera bússola moral. Cuidamos que para Arthur Bernardes a política não era, como se diz vulgarmente, com um travo de "Il Príncipe" de Machiavelli, a arte do possível. Esse pensamento haveria de

afigurar-se a ele amoral, pois nada mais é do que uma válvula de escapamento para o oportuno excluir, no exame e solução dos problemas da vida pública, notadamente na área política, de tudo quanto seja residuo ou empeco de índole ética. Demais disso, a definição é inepta: nada define, visto como, não apenas a política, mas tudo quanto é próprio do homem é contingente e está limitado pelo possível. Ao revés, a política é muito mais a arte do impossível ou do inesperado do que a arte do possível. Apraz-nos imaginar que Arthur Bernardes corrigiria tal definição desta maneira: a política pode ser a arte do possível decente, do possível que não se alongue da esfera da moral.

A conjunção dessas duas forças é que fazia arder-lhe na figura de homem público uma constelação de valores que compunham rara personalidade nos quadros da vida política brasileira de todos os tempos, personalidade que, reconhecendo a convocação do destino, deliberadamente abandonou tudo mais que não respondesse à voz interior; e, na encruzilhada das hesitações que a vida possivelmente lhe antipôs, elegeu o caminho, o seu caminho, o caminho que era, para ele, o único, por ser a via da sua vocação, o rumo do seu destino. Os atalhos, as veredas, os trilhos, as curvas, os divertículos, tudo, enfim, que não levasse retamente ao foco de atração vislumbrado ainda no começo da grande escalada, tudo quanto pudesse desviar-lhe o passo — e sabemos como a vida é mestra de seduções e desvios — foi posto de lado com a decisão fria e calculada dos que sabem aquilo para que vêm. Sentia lúcida e profundamente que "tudo o que não é destino é frivolidade". E ele foi, por excelência, o antípoda do frívolo. O *homo ludens* não encontrou nele nenhuma expressão. Esse vinco da sua personalidade, que lhe foi, a nosso ver, essencial, tão essencial como um traço físico, não foi ainda apontado, segundo nos parece, por nenhum daqueles que lhe têm estudado a figura dentro da área em que iniciou e concluiu a sua ação pública.

É evidente que o intelecto tinha de ser importante substância na composição dessa personalidade. Nela, porém, ao contrário do que acontece comumente, o intelecto, que era, por natureza, de elevado nível e mais se elevou graças aos elementos adquiridos no estudo e na meditação, não foi mais poderoso do que o caráter. Equivaliam-se e vieram propiciar, desde cedo, a existência de infrangível equilíbrio entre o moral e o intelectual, imprimindo a todos os atos de Arthur Bernardes, dos menores aos mais importantes, e a todas as suas manifestações de sentimento, da alegria à tristeza, da tranquilidade à cólera, certa medida justa que não ia jamais além da linha de demarcação imposta pela sua vontade. O equilíbrio poderia ser delicado, mas não se alterava. Eis aí mais dois traços fundamentais da sua personalidade — a medida e a contenção.

Essa constelação de virtudes ele a pôs em uso exclusivamente para uma extensa, intensa e infatigável ação pública, e é provável que tenha sido esse esforço contínuo que lhe comunicasse até o último instante esse vigor, tão feiamente chamado ageracia pela ciência médica, vigor que não envelhece nem mesmo sob os cabelos brancos.

Parece-nos difícil distinguir o administrador e o político; um existia por causa do outro, um existia para o outro, e completavam-se para criar, pela conjunção de elementos dispares na sua natureza, um só instrumento de ação em busca do bem geral.

É admissível que o seu poder de criação política se tenha, a muitos olhos, afigurado mais colorido, em razão de sua maior riqueza de aspectos e de episódios geradores de comoção, que em geral atingem a área da política; não foi, porém, mais forte, nem mais importante, nem mais frutuoso do que o seu poder de criação como administrador; e uso essa palavra com o alcance mais amplo que se pode comunicar-lhe. Um exemplo consiste na ação nacionalista de Artur

Bernardes, que foi política no sentido de haver visado um levante da consciência nacional em defesa das nossas riquezas naturais; não foi apenas política, todavia; por via reflexa, foi também administrativa e abriu caminho novo na administração brasileira, e, por intermédio desta, em toda a nossa vida social. E quem diz social está, necessariamente, a dizer econômica e financeira. Essa ação nacionalista era política até o ponto em que implicava uma vigorosa atitude em face de problemas do Brasil, que encontrava a sua forma de exprimir-se na pregação e no debate e não dependeu do exercício de posto administrativo para cumprir-se.

Convém assinalar traço vivaz do nacionalismo de Arthur Bernardes: não era nenhuma aversão ao estrangeiro; era amor ardente ao que é nacional e indomável disposição para a sua defesa. Esta notável Universidade, orgulho do nosso País, que lhe nasceu das mãos por volta do ano de 1920 como Escola de Agricultura, aí está para provar a nossa afirmação. Confiou-lhe a organização, instalação e direção a um especialista norte-americano. Arthur Bernardes não era um nacionalista. Disse-lhe uma vez que, tendo lido a notícia de haver jorrado petróleo em Nova Olinda, logo imaginei o júbilo que o possuía; disse-me: "Obrigado!", e teve os olhos úmidos de alegre emoção patriótica.

A sua fortitude de ânimo, a sua franqueza direta, clara e crua, a sua autoridade inflexível, quer no governo, quer fora dele, a sua longa e funda experiência da causa pública e, acima de tudo, a sua honradez, intocável ainda para os adversários mais injustos e cruéis, foram armas constantemente usadas contra o deperecimento de um Brasil devorado pela incompetência e pela imoralidade administrativa, tragado pelo vórtice da inflação, devastado pelo gasto do supérfluo e do suntuário, carcomido pelo desprezo do que é profundo e essencial para a fundação das grandes nações, de um Brasil que se decompunha, dia-a-dia, de cima para baixo e de baixo para cima, sem força de aglutinação capaz, na esfera administrativa, de dominar e despedir a ineficácia que enfraquece e desagrada. A sua voz, que se ergueu, tantas vezes, na Câmara Federal, para clamar contra a dilapidação do nosso futuro, comovia, demovia e triunfava.

A sua presença viril e a sua bravura indobrável a todos impunham a sua convicção de que o Estado e, conseqüentemente, os seus conteúdos não se situam nitzecheanamente além do bem e do mal, como pensam muitos, esquecidos de que essa doutrina perigosa não pode, como assevera Karl Mannheim, ser monopolizada pelo Estado, pois muitos grupos sociais também a reivindicam e freqüentemente dela se apropriam.

O seu passado e a sua experiência de administrador, iniciada na sua cara Minas, como Secretário das Finanças do Governo Bueno Brandão, asseguraram à Nação, quando Arthur Bernardes lhe assumiu a Presidência, dois atributos capitais do homem de Estado — competência e honradez.

Foi-lhe o poder um continuado exercício de ascese.

É de Woodrow Wilson, o grande Presidente dos Estados Unidos, este aforismo: "A função é a medida do homem".

O político foi, a nosso ver, tão grande como o administrador. E o fundamento dessa afirmativa não o identificamos como virtuosidade no proceder entre os homens e com os homens, que em muitos políticos é uma forma enganosa de prestidigitação. Aliás, a razão por que Arthur Bernardes foi grande político não é tão simples e clara: é, antes, complexa, apresenta-se sob a forma de unidade e síntese, exige análise crítica e não é de fácil formulação.

Os elementos, em maior proporção, na síntese que o exprimia foram, a nosso ver, os enumerados a seguir. O conhecimento dos homens,

das suas qualidades e das suas fraquezas tinha de ser — e, de fato, foi — o primeiro elemento que tornou possível a Arthur Bernardes realizar-se como grande político. De feito, a política tem por matéria-prima essencial esse conjunto incerto, variável, evasivo e difícil que é o ser humano. Como poderia o oleiro modelar o barro sem conhecer-lhe a consistência, a plasticidade, a força de aglutinação ou a tendência à desagregação? Não será a política, antes de tudo, uma arte de congregar? Ora, Arthur Bernardes sabia sempre com que matéria-prima lidava sentia-a rapidamente, decompunha-lhe os elementos e ficava logo senhor dos pontos susceptíveis de fendas. Não se enganava, e os homens inúmeros com que lidou, conheceu-os intimamente. Mas, o conhecer os homens e seus pontos quebradiços não é bastante para assinar-lhes tarefas em conformidade com o seu temperamento e a sua capacidade numa área tortuosa como a da política; é, por igual, imprescindível convocá-los, reuni-los, amalgamá-los para as ações de conjunto, que exigem freqüentemente massa de manobra una e firme.

Outro elemento, talvez não avaliado com justiça entre os que prestam altos serviços ao político, é a imaginação, havida sumariamente por faculdade de sonho e devaneio, quando se trata, em verdade, de valiosa força criadora.

É a imaginação, realmente, que, em meio as dificuldades, às trapaças, à escuridão, à surpresa e à desordem, consegue acender a lâmpada, iluminar o caos e sugerir a única solução, às vezes. A vida política é um jogo arbitrário de combinações, e, no momento em que se exaurem as possibilidades de combinações novas, surge o perigo da incompreensão, da clivagem nas rochas mais duras, da desagregação, da desordem e das soluções que desbordam dos quadros normais onde se desenrolam os atos políticos e a vida das instituições. Então, tudo corre o risco de perder-se, se a imaginação não se acende ou desfalece e deixa de rasgar, com a sua espada de luz, a clareira que atrai, conduz e leva a salvo.

Arthur Bernardes era um imaginoso. Não há grande político sem imaginação e lembra-me, ainda hoje, que, na última vez em que com ele conversei, precisamente três dias antes da sua morte, relatou-me tudo quanto imaginava como solução política para Minas. Tive a impressão de que ouvia a descrição de fatos acontecidos e não que viriam a acontecer, tal a força criadora de que a imaginação é dotada, e disse-lhe: — “Uma das suas armas políticas mais poderosas é a sua imaginação, que admite, inclui, prevê, combina e arma o futuro”. Fitou em mim o olhar penetrante e disse-me em voz discreta, como se não estivéssemos sós: — “Você é o primeiro que me diz isso”. A minha observação tinha fundamento e agradara-lhe.

Característica igualmente impressiva dessa figura extraordinária foi a sua capacidade de comando. Arthur Bernardes foi, acima de tudo, aquele que, assim na administração como na política, sabia comandar, aquele a quem não era possível deixar de obedecer. Tinha o dom de ordenar. Nenhuma palavra além das estritamente necessárias, nenhuma palavra que não fosse única; nenhum circunlóquio; tudo claro, direto e eficaz, quer falasse por escrito, quer oralmente. A sua palavra de comando tinha por arquétipo isto de Koestler: “Só com laconismo é possível administrar”, aforismo que pode, sem prejuízo de sua adequação, ser alterado para: “Só com laconismo é possível comandar”. Como chefe, sabia, a um só tempo, ser duro e tolerante, transigente e inabalável, consoante o que se achasse em jogo: tolerante em tudo quanto era acessório; duro e inflexível em matéria de princípios, isto é, em tudo quanto estava ligado à honradez, à austeridade, ao bem público.

A tormentosa campanha eleitoral de 1921 a 1922 e as dificuldades civis e militares de todo o seu período governamental consagraram-lhe a bravura pessoal e o ânimo cívico.

A sua presença era a presença moral do chefe. O porte varonil, o olhar de comando, o gesto raro e medido, a voz pausada e profunda, tudo sugeria o comandante. Bem pudera ter dito, como Bonaparte: “Raras vezes desembanhei a minha espada. Venci as batalhas com os olhos”. O sentido da afirmação do Corso é que a sua presença influiu em seus comandados e o seu olhar dominava o quadro bélico, e eram, assim, mais importantes do que a sua espada e o seu uso. Por outras palavras: é o caráter, acima de tudo, que cria o chefe. Se a esse aparelhamento moral se alia, como em Arthur Bernardes, o aparelhamento intelectual, temos o grande chefe, que influi, decide, faz, constrói e pacifica, forma dedicações definitivas, numa palavra — comando.

Quer administrador, quer dirigindo a luta política, Arthur Bernardes foi principalmente o chefe, a sua vida foi, sobretudo, a expressão visível e contínua do seu estilo de chefe, do seu claro estilo de chefe — exato, límpido, incisivo e irresistível.

Rematava a harmoniosa composição profundo sentimento religioso católico, apostólico romano.

Ele é hoje uma tradição que durará e deverá ser sempre objeto de culto cívico, pois a tradição não implica parada e estagnação ou, para citar o famoso aforismo de Chesterton: “Tradition does not mean the living dead, but the dead alive.”

O túmulo que se fechou a 23 de março de 1955 para a vida, abriu-se para a imortalidade, pois a própria morte — e só a morte — imortaliza aqueles que viveram sempre além da hora que passa, em fuso horário diferente do que é válido para a mesquinhez do individual e do quotidiano apenas, e ela própria inscreveu em seu vazio o justo epitáfio: Este que, há cem anos nascia no pequeno Distrito de Vila de Santa Rita do Turvo, veio para ser grande, foi grande, e não será esquecido, porque viveu para duas categorias que duram: — a sua terra e o seu povo.



CLÓVIS
SALGADO

PERSONAGEM DA HISTÓRIA

Para falar nesta veneranda casa, onde a História se cultivava com o rigor e a austeridade do método científico, é mister usar-se a linguagem fria e neutra da razão, deixando lá fora as palavras calorosas e efusivas do sentimento e da emoção. Os fatos hão de ser analisados à luz de uma crítica lúcida e imparcial, que os possa situar, com justeza, no contexto histórico em que se processaram. Essa neutralidade crítica, essa visão racional e objetiva dos fatos só poderá, no entanto, operar na perspectiva do tempo. Os contemporâneos, envolvidos nos acontecimentos, engajados, muitas vezes, em facções, nunca terão a isenção requerida pela correta apreciação das ocorrências. Só o tempo, trazendo à cena novas gerações, não comprometidas, e esvaziando os acontecimentos de seus aspectos secundários e enganosos, permitirá que a verdade surja em plenitude, incontestável, com o selo da autenticidade histórica.

No caso do Presidente Bernardes, a falta de perspectiva é evidente. Os vinte anos decorridos após sua morte, ainda não apagaram as chamas das paixões desencadeadas contra o seu agitado quadriênio. Muitos de seus amigos incondicionais e também de seus adversários declarados, continuam vivos e irredutíveis em suas posições. A personalidade forte e as convicções firmes, que nortearam a ação política do Presidente, haveriam de cavar um profundo fosso entre ele e seus contestantes. Fosso escavado por lutas sangrentas, e mantido aberto pelos princípios que animavam as facções, o tempo ainda não pôde, de todo, preencher-lo. De todo, não, mas em parte sim. A justiça da História já reconheceu a honestidade de propósi-

tos dos contendores, nas revoltas militares de 1922 e 1924. Os erros cometidos, de um e outro lado, não o foram por motivos subalternos. Ao contrário, as razões superiores, pelas partes invocadas, justificavam a disputa inglória e lamentável.

As famosas cartas falsas, como tais, posteriormente reconhecidas, no começo, foram por muitos consideradas verdadeiras. As paixões cegavam os espíritos de homens de boa-fé. A oficialidade jovem, generosa e brava, ofendida em seus bríos, levantou-se em armas para defender o que acreditava ser a honra do Exército. Historicamente, ou seja, em suas conseqüências danosas, as cartas falsas funcionaram como se verdadeiras fossem. Por seu lado, o Presidente Epitácio Pessoa (1922) e, depois, o Presidente Bernardes (1924) entendiam de seu indeclinável dever a defesa da autoridade legalmente constituída e a manutenção da paz e da ordem pública. A revolta dos tenentes, marcada para sempre pelo sangue dos heróis do Forte de Copacabana, não encontrou ressonância no seio do povo nem apoio nos comandos militares. Por isso, teria de fracassar, perdendo-se na aventura inconseqüente da coluna Prestes. Ninguém, entretanto, deixou de reconhecer, à rebelião dos tenentes, o sentido de honra e dignidade, a que a juventude inexperiente e confiante dava um toque de contagiante simpatia.

Já se aproxima um acordo geral no julgamento daqueles discutidos episódios, dos quais meio século nos separa. Dos revoltosos se conhece o gesto fidalgo, no derradeiro momento: para acompanhar o corpo do Presidente à última morada, uma coroa com expressiva mensagem: “Os revolucio-

nários de 1922 homenageiam o Presidente Arthur Bernardes”.

O quadriênio tumultuado, cumprido com energia e sacrifício, em nome dos superiores interesses da Nação e da legalidade, bastaria para garantir ao Presidente Bernardes, uma posição de relevo na História da República. Outros fatos, entretanto, falam mais alto e com maior eloquência da sua militante vigilância cívica, em favor dos supremos interesses da Pátria Brasileira. Esforços e lutas, coerentemente desenvolvidos, ao longo de três décadas, sem esmorecimentos e sem medir sacrifícios, todos eles concentrados na defesa de nossos recursos naturais, em nome de um nacionalismo clarividente e sadio, dão-lhe a áurea de um autêntico personagem de nossa emancipação econômica.

Personagem e símbolo de uma definição nacionalista, que, à época, se tinha tendência a atribuir, pejorativamente, aos países menos desenvolvidos, mas que, hoje, se vê adotado pelos mais desenvolvidos, na defesa da economia de cada um.

“Nacionalismo, proclama Bernardes, quer dizer afeição à Pátria. E só essa afeição à nossa terra é que nos pode levar ao sacrifício de defender-lhe os santos interesses...” A base profunda de sua atitude nacionalista é, pois, um entranhado amor à Pátria, amor à terra natal. Mas nunca ficou em atitude contemplativa, satisfeito com a exaltação dos primores de nossa natureza e de nossa gente. Temperamento de lutador, espírito objetivo e realista, haveria de passar do pensamento à ação, pois a Pátria tinha “santos interesses a defender”.

Esses interesses, após a conquista da independência política, teriam de ser os da nossa emancipação econômica. Elevado ao patamar das grandes decisões, o sentido da responsabilidade, marca inconfundível de seu caráter, haveria de mostrar-lhe, claramente, que o nacionalismo como regra de conduta política, teria de definir-se também economicamente. Reservar os recursos naturais do País para a obra de seu desenvolvimento apareceria, desde logo, como o primeiro postulado dessa definição.

É por demais conhecido o episódio da sua recusa em assinar o contrato de Itabira Iron, para exportação de minério de ferro. Reconhece-se, hoje, a justeza de sua enérgica decisão. Mas, à época, e durante muito tempo, os grandes interesses contrariados apontavam-no como jacobino provinciano, espírito tacanho e retrógrado, colocado como obstáculo à marcha do progresso de seu Estado.

Empresa estrangeira firmara com o Governo Federal, em 1920, contrato para a exportação do rico minério de ferro de Itabira, com numerosos privilégios e favores. Para sua efetivação, seria, entretanto, necessário celebrar outro contrato com o Estado de Minas Gerais, ao qual se pediam novas vantagens. Entre estas, a de reduzir o imposto de exportação da tonelada de minério, de 3.000 réis para 300 réis, durante 40 anos. No contrato se dizia que a Itabira Iron poderia montar altos fornos para produção de aço. Como se vê, cláusula facultativa, a critério da concessionária, Bernardes quis torná-la obrigatória, garantindo a instalação de uma usina siderúrgica no Vale do Rio Doce. A concessionária recusou-se, demonstrando assim, que a sua intenção verdadeira era apenas exportar minério, sem qualquer compensação.

Considerando o projeto exploração de tipo colonial Bernardes vetou-o. Para tanto, era preciso coragem cívica e despreendimento pessoal, eis que o projeto tinha a aprovação do Governo Federal, e a essa altura, Bernardes já era candidato à Presidência da República. Resultado da clarividente e patriótica resistência do Presidente de Minas, foi a possibilidade de mais tarde se explorar com técnica e administração brasileiras, as fabulosas jazidas de Itabira, em favor apenas do Brasil. Essa exploração, entre numerosos benefícios, já nos deu ex-

celente ferrovia até Vitória, o maior porto de exportação de minério do mundo (Tubarão) e cerca de 700 milhões de dólares por ano.

Vê-se que o nacionalismo do Presidente de Minas era bastante objetivo, nada ideológico, sem jacobinismo, sem radicalismo e sem prevenções contra o estrangeiro. Queria apenas que das combinações de ordem comercial resultassem vantagens materiais para o Brasil. E fora também prudente como governante. Aquela taxa de 3.000 réis não era arbitraria, fora-lhe sugerida pelo grande Geólogo Gonzaga de Campos, que a julgava perfeitamente suportável.

Sendo o minério-de-ferro abundante no País, seria possível usá-lo nas trocas comerciais, à guisa de moeda, até que nosso parque fabril estivesse aparelhado para exportar somente aço e produtos acabados. Posição de nação amadurecida, que acredita na própria capacidade para viver, crescer e afirmar-se.

De modo diferente, apresentava-se a questão do petróleo por volta dos anos quarenta.

Durante muito tempo, discutiu-se se havia, ou não, petróleo no Brasil. Alguns geólogos, nacionais e estrangeiros, afirmavam, com base em pesquisas notoriamente insuficientes, que no Brasil não podia haver petróleo. A maioria dos brasileiros, entretanto, acreditava, não apenas na existência do óleo negro, mas também na sua abundância. Por que estranho processo geológico, os 8.500 mil km² do território brasileiro teriam sido excluídos do clube dos países petrolíferos? Sem contar a plataforma submarina de nossa imensa costa atlântica. A questão era pesquisada e perfurada os campos mais propícios. Foi assim que o petróleo brotou nos canaviais de Malaripe, em 1939, despertando alegria e entusiasmo no coração dos brasileiros. Mas, por outro lado, despertou também a cobiça das grandes empresas petrolíferas, gigantes sempre à espreita das boas oportunidades de dilatar os próprios impérios. Passaram a pleitear concessões de prospecção, lavra e refino do ouro-negro que viessem a revelar. Para obter tais favores, a tática era sempre a mesma: não tínhamos capitais para arriscar, na prospecção; nem técnica para extrair o petróleo do subsolo; nem capacidade para as complexas operações de refino. Confiar tais operações, complexas e onerosas, às mãos dos brasileiros, seria protelar, sem limites, a mobilização e a utilização de energia tão preciosa para o nosso desenvolvimento.

No grupo dos que acreditavam na capacidade dos brasileiros estavam os *nacionalistas*, cada vez mais numerosos; do lado oposto, os *entreguistas*, brasileiros mal informados ou de má-fé, aliados suspeitos dos estrangeiros. Para maior confusão, os *comunistas* entraram em cena, com dupla finalidade: atrasar o progresso do País, pois não acreditavam na nossa diligência para captar o petróleo; e criar dificuldades aos Norte-americanos, afastando-os dos poços petrolíferos brasileiros e ainda propagando a sua ganância e má-fé em relação aos subdesenvolvidos. Unindo-se aos nacionalistas, com o slogan — *o petróleo é nosso* — tinham em vista, também, indispor essa corrente com a opinião pública, sabidamente anti-marxista.

A manobra de intimidação não impressionou a Bernardes, que já tinha posição definida, como capitão das hostes nacionalistas. Empreende, então, o destemido lutador, vigorosa campanha esclarecedora da tribuna parlamentar, pelas colunas dos jornais, nos salões de conferências e nos palanques dos comícios. Campanha que acaba por empolgar o País.

O Clube Militar, que o havia combatido tenazmente, em seu quadriênio presidencial, abre-lhe as portas para uma histórica conferência, no dia 7 de abril de 1948. Eis o núcleo de seu pronunciamento: “O Brasil tem enorme dívida externa e interna a resgatar, responde por um vasto território que reclama meios de transporte em vias

ferreas, rodovias e rotas aéreas; transportes marítimos e ferrovias; portos e bases aéreas, com as respectivas aparelhagens; saneamento no interior; alfabetização de milhões e milhões de brasileiros com pouca eficiência no trabalho por não saberem ler nem escrever; mecanização e adubação das lavouras, tudo isso formando uma série de graves e dispendiosos problemas, para cuja solução encontrará recursos nas fontes de lucro do petróleo. Um País, assim onerado de tantos encargos e responsabilidades não tem o direito de usar de liberalidades em favor de estranhos. Só a lembrança do estado de penúria em que, nos campos, vivem as abandonadas massas que trabalham e produzem, sem pão e sem vestuário, dispensa-nos de encarecer o que representa o valor do petróleo para a economia brasileira.”

Bernardes considera a exploração de petróleo altamente lucrativa. Quer que todo esse lucro reverta em benefício do progresso do Brasil. Comove-se ao contemplar as populações pobres do interior, abandonadas, sem assistência, sem escola e sem saúde. Afirma que os lucros petrolíferos, se ficarem nas mãos do governo irão redimir essa gente sofridora. A visão da prosperidade, que o petróleo irá trazer, não é do Estado forte e rico, mas a do povo assistido, protegido e promovido. Quer segurança e bem-estar para todos os brasileiros.

Aponta, ademais, para a segurança nacional, o perigo de entregar-se tanta riqueza a mãos estranhas. Por toda a parte, onde o petróleo jorra abundante, explorado por meio de concessões, a regra é a intranquilidade política, a luta entre as facções, as guerras civis, com sucessivas deposições de governo. Depois de anos de insegurança e guerras internas, certos países se viram forçados a revogar as concessões, incorporando o patrimônio das empresas estrangeiras, passando o Estado a explorar diretamente as jazidas petrolíferas. Tais desapropriações se vêm fazendo com protesto dos interessados e, eventualmente, com disputas sangrentas. Melhor seria evitar esse desfecho, estabelecendo-se o monopólio estatal do petróleo.

É nesse sentido a pregação do grande arauto do povo, pregação que iria criar, no seio das populações, um forte sentimento nacionalista, traduzido na incisiva proclamação: a Petrobrás é intocável. De fato, o estatuto proposto pelo Presidente Vargas e remetido ao Congresso, foi denunciado por Bernardes como entreguista. Na subscrição inicial, o Governo se reservava maioria de ações, mas já ao primeiro aumento de capital, a subscrição se tornava livre, podendo o controle passar às mãos de empresas estrangeiras. Numerosos parlamentares juntaram suas vozes à de Bernardes, tornando o projeto inviável. Novo estatuto foi então elaborado, aprovado pelo Congresso e sancionado por Vargas, instituindo a Petrobrás como monopólio do Estado. De fora, ficavam apenas os postes de venda ao público e umas poucas destilarias, de pequeno porte, já instaladas.

Os anos se passaram. A Petrobrás instalou-se pela extensão do País e até fora dele. Construiu impressionante frota de petroleiros. Instalou destilarias ao longo da costa e no interior distante. Abasteceu o País de produtos destilados. Demonstrou sua capacidade técnica e administrativa. Especializou geólogos para os serviços de campo. Lançou-se à pesquisa sistemática de novos poços, no continente e na plataforma marítima. A descoberta de ricas jazidas ao longo da costa de Campos, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, e na desembocadura do Amazonas, são a viva demonstração de que o País, tornar-se-à autosuficiente em matéria de petróleo, confirmando-se a fé inabalável daqueles pioneiros que perfuraram os primeiros poços de Candeias.

A solução encontrada abona tese socialista: a estatização das indústrias de base. Bernardes, no entanto, declarava-se um liberal, conservador-evolucio-

nista. Não fora ele filho da conservadora Minas Gerais, crescido na Religião do Caraça, educado no ambiente jurídico de Ouro Preto e do Largo de São Francisco, e arregimentado nas fileiras do tradicional Partido Republicano, propagandista da Federação e da República. Em 1945, quando se cuidava da organização de partidos nacionais, diria do seu: “Nós do Partido Republicano não somos caturras ou infensos a reformas e, sobretudo, às reivindicações sociais. Resistiremos, entretanto, às pretensões temerárias, demagógicas, frutos da incompreensão, da ligeireza ou da má-fé”. “A política é o domínio da evolução, da adaptação, da atualização. Um partido político não pode fugir, por isso mesmo, sob pena de se tornar uma simples reminiscência histórica, ao influxo das aspirações novas, em suma, ao espírito de renovação e de progresso”.

Com tais idéias, profundamente arraigadas no pensamento, respeitando religiosamente as tradições políticas e culturais do Brasil, Bernardes nunca consideraria a solução nacionalizante como uma diretriz da política-econômica. No caso da Petrobrás foi uma solução circunstancial, isolada, sem pretensão de transformar-se em norma.

Nos dias de hoje, quase todas as nações do terceiro mundo tomam o caminho da estatização das indústrias básicas, da produção de energia e da exploração dos recursos minerais. Saltam aos olhos os riscos, para a liberdade humana, de uma tal orientação. Na medida em que o Estado expande suas atividades econômicas, tornando-se industrial, banqueiro, siderurgista, produtor de energia, de transporte e de comunicações, além de regulador do mercado interno e externo, em igual medida irão se retirando os empresários particulares, incapazes de competir com a poderosa máquina do Estado. A democracia é o regime do poder partilhado, da pluralidade dos centros de poder, no qual as forças econômicas e sociais, estando nas mãos de muitos, poderão de certo modo, contrabalançar o imenso e esmagador poder do Estado intervencionista. A confiança de Bernardes na benemerência do Estado era moderada, ia até um certo ponto, mas nunca seria total, capaz de aconselhar a transferência de todo poder ao Estado, para regular nossas vidas. Ao contrário, para ele, o Estado era a sociedade organizada em benefício de seus membros. O Estado deve servir ao indivíduo, e nunca, o indivíduo ao Estado. O inverso seria a monstruosidade do Estado totalitário, absorvente de todas as iniciativas, senhor das vontades, nova divindade criada pelo homem para ser seu próprio senhor.

O nacionalismo de Bernardes era a visão do estadista que contempla a Pátria na dimensão infinita do tempo. Alienar os recursos naturais básicos seria o mesmo que comprometer o futuro da Nação que, tudo indica, será de grandeza e fartura. Essa visão abrangente dos problemas fundamentais, como que excluía as minúcias, o cotidiano. Não entrava em seu pensamento a idéia de nacionalizar todas as empresas estrangeiras. Em muitas delas via cooperação sincera para o nosso desenvolvimento. Empresas integradas na economia do País, com seus capitais, sua técnica de trabalho, suas patentes, seu pessoal administrativo. Essas seriam sempre bem-vindas. Não havia, pois, jacobinismo nem chauvinismo em sua pregação e em suas decisões, mas uma orientação lúcida e sadia, que chegava até o nível das negociações e da transigência, se tanto fosse considerado favorável ao País.

O caso da Hiléia Amazônica inscreve-se em uma outra ordem de considerações. Petróleo e recursos minerais são depósitos do subsolo. Carregá-los para fora poderá empobrecer-nos, mas não nos retirará um centímetro quadrado da nossa superfície territorial. No episódio da Hiléia Amazônica estava em causa nossa soberania sobre imensa extensão de terra,

quase a metade do solo pátrio. E se há algo por que nos devemos bater com bravura e morrer sem hesitar é a integridade do solo sagrado da Pátria.

A Amazónia que Pedro Teixeira revelara ao mundo e Portugal conservara intacta para o Brasil, é um mundo de terras quase impenetráveis, pela densidade das florestas, a invasão das águas e a praga dos insetos e das doenças tropicais.

Inspirado pela UNESCO, o Brasil firmara, com todos os países da Bacia Amazônica, o Tratado de Iquitos, pelo qual se criava o Instituto Internacional da Hileia Amazônica. A intenção declarada era o estudo das riquezas potenciais da região, tendo em vista a oferta de soluções técnico-científicas aos países interessados. Nada mais racional, pois que o Instituto iria trazer cientistas de alto valor, recrutados pelo mundo afora. Entretanto, tendo vindo a exame e ratificação do Congresso Nacional, Bernardes descobriu-lhe secretas intenções, denunciando-o à Nação como atentado à sua soberania e ameaça à sua integridade territorial. Na sessão de 13 de fevereiro de 1950, declara com patriótica veemência: "O Instituto da Hileia não é caso de ninguém, nem é questão partidária, mas nacional! É o Brasil em causa! Rendo graças ao Criador por viver ainda e poder denunciar esse perigo à Nação, a tempo de se poder conjurá-lo na votação do plenário!" "Aprovar o Convênio é consumir o desmembramento da Amazônia, ferir a soberania brasileira e separar do Brasil mais de um terço de seu território." A denúncia corajosa, lúcida e patriótica de Bernardes fez com que o plenário negasse ratificação ao documento comprometedor de nosso futuro.

Pouco depois, o descortino e a energia de um governo, erguia a nova capital no centro geográfico do País. Brasília era o marco da conquista do Oeste desconhecido, da Amazônia fabulosa. Sem perda de tempo, estradas imensas começaram a ser rasgadas em plena floresta-tropical, para a definitiva integração nacional daquelas terras cobiçadas. Mais uma vez, a visão clara do estadista evitara grave lesão ao patrimônio pátrio, mantendo íntegro o imenso território que herdamos de nossos maiores e que nos cumpre transmitir aos nossos descendentes, na sua inteireza e soberania.

Porque procuram as nações pobres proteger vigorosamente as economias nacionais contra o avanço dos países expansionistas? É que, ensinava Bernardes, nenhum país ajuda outro de graça. É a advertência de Rui Barbosa, aos Bacharelados de 1921, da Faculdade de Direito de São Paulo. Está registrada no final da famosa "Oração aos Moços": "Agora, o que a política e a honra nos indicam é outra coisa. Não busquemos o caminho da volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemmo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas."

O ideal seria que todas as Nações do Mundo se entendessem em torno de alguns princípios básicos, entre os quais, a proscricção da guerra como meio de dirimir as questões surgidas entre elas. Tentativas dessa natureza já se têm promovido mais de uma vez. A Liga das Nações, convocada após a I Guerra Mundial, e a Organização das Nações Unidas, reunida após a II, são mostras eloquentes da aspiração de paz da humanidade inteira. Lamentavelmente, não puderam cumprir seus pressupostos básicos. Mas permaneceram como ideal a ser atingido. Até lá, teremos de resguardar nossa economia nacional, defendendo-a com coragem cívica, honestidade de propósitos e sacrifício da própria vida, se a tanto nos indicar a honra nacional.

Esses nobilitantes deveres morais foram uma constante na vida e na preleção do grande Presidente. Defendeu, com incomparável galhardia, aqueles princípios e aqueles sagrados interesses que entrevia ameaçados, nas



Bernardes, Presidente de Minas, e o Rei Alberto, da Bélgica, em 1922

questões que vinham a seu conhecimento e decisão.

Atuando, durante mais de meio século, com admirável coerência, em postos-chave ou em virtude da indiscutível liderança política que exercia, não apenas no âmbito de seu partido, mas também no seio do povo, Bernardes tornou-se o chefe, e, depois, o símbolo da resistência nacionalista. Era tão sincero nessa convicção, considerava tão fundamental para o futuro do País resguardar seus recursos naturais, que não hesitou em subir os degraus do Catete, para cumprimentar o Presidente Vargas, tradicional inimigo, quando da assinatura da lei da Petrobrás. Nesse gesto estava toda a grandeza do homem que põe, acima das paixões pessoais, os sagrados interesses da Pátria. Tinha ele um profundo sentimento de dever para com o Brasil, a que se julgava com a indeclinável obrigação de servir, com todas as suas forças, até o fim.

Em 1945, deposto Vargas, iniciou-se vigoroso movimento popular de redemocratização, do qual Bernardes foi um dos comandantes, apesar de seus 70 anos bem vividos. A facção que, de longa data, vinha combatendo a ditadura, achou por bem adotar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Em 1924, o Tenente Eduardo Gomes, pilotando avião precário, tinha partido de São Paulo para bombardear o Catete. Uma pane no motor obrigara-o a descer a meio caminho. Conhecedor do episódio, Bernardes preferiu esquecer-lo, pois a maior tarefa, no momento, seria restabelecer o Estado de Direito, banindo a ditadura que já durara quinze anos. Estadista de larga visão, sabia o Presidente distinguir o

essencial do acessório. O nome não importava tanto. O essencial seria convocar a Constituinte e votar uma Constituição democrática. Eduardo Gomes não venceu, tão enraizado se achavam os beneficiários da ditadura. Mas o princípio vingou. A Constituição de 46 foi elaborada e promulgada, entrando o País em fase de grande labor construtivo.

É dessa fase de seus últimos dez anos de vida, a luta no Parlamento e nos comícios, pelo monopólio estatal, do petróleo e pela rejeição do Tratado do Instituto Internacional da Hileia Amazônica. Quando os amigos o procuravam, para que se poupasse, abandonando a atividade política, reagia com enérgica recusa, apontando as ameaças que pairavam nos céus da Pátria. Como abandonar a luta, quando tantos problemas permaneciam insolúveis e outros se agravavam? Via-se como um soldado a serviço da Pátria, em circunstâncias adversas, que não lhe permitiam abandonar o posto. Sua vocação seria, até o último alento, o serviço público, a permanente devoção aos superiores interesses da Nação.

Os seus irredutíveis adversários diziam dele que era um fanático, que se julgava um predestinado, um iluminado, vindo ao mundo para salvar o Brasil. Tanto é difícil aos mediocres, aos de alma vazia, admitir a grandeza de outrem. A tendência é medir o semelhante pela própria estatura, não acreditando que alguém possa devotar-se, de corpo e alma, a uma nobre causa, sem qualquer interesse pessoal, desprendidamente. Mas assim era com o Presidente Bernardes, e por isso mesmo, reunia em torno de si, admiradores sem conta, patriotas sinceros, correligionários que acreditavam na sua

palavra de comando, cuja reta intenção nem os adversários ousaram por em dúvida.

São passados vinte anos de sua morte. Dois estudos biográficos sobre ele se publicaram:

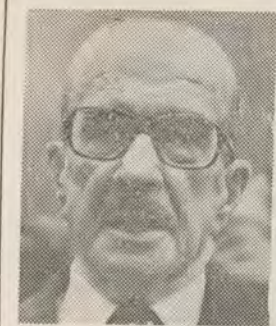
— Paulo Amaro — Bernardes, o Estadista de Minas, na República, 1964.

— Bruno de Almeida Magalhães — Bernardes, Estadista da República, 1973.

São valiosos subsídios para obra mais alentada, onde o personagem possa surgir de dentro da moldura da História. Por ora, podemos dizer que era ele mais do que o estadista preocupado com o futuro da Pátria e o bem-estar de seu povo. Era um homem de fé, que acreditava na essência divina do ser humano, criatura de Deus, aqui posta para servi-lo e louvá-lo. Sentindo aproximar-se a morte, quis resumir, em poucas palavras a suma de seu pensamento, a última mensagem aos brasileiros: "O fim do homem é Deus, para o qual devemos preferentemente viver. Eu, porém, vivi mais para a Pátria, esquecendo-me Dele. A Ele devemos contas do que aqui fizemos de nossa vida, e eu a tive longa. Receoso de não poder resgatar minha falta no pouco tempo que me resta, apesar de Sua infinita misericórdia, peço aos meus amigos, correligionários, e brasileiros de boa-vontade que me ajudem a supri-la com sua prece".

Com tanta grandeza interior e tantos serviços prestados à coletividade, Bernardes venceu a fatalidade da morte, perpetuando-se na memória das gentes e na gratidão da Pátria.

(Conferência no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, no dia 21 de maio de 1975.)



ARTHUR
BERNARDES
FILHO

MEU PAI

Já nem saberia vos dizer da minha emoção e do meu reconhecimento pelas palavras, repassadas de generosidade, com que vem de ser evocada a memória de meu pai pelos nobres deputados.

Elas me são tanto mais caras porque partidas desta tribuna ilustre, com seus foros Egrégios, e de onde, há algumas décadas, o homenageado de hoje partiu para um longo itinerário. No entanto, por mais que o destino o elevasse às culminâncias do poder, nunca deixou de exaltar as raízes natais, como se vê deste trecho de discurso, que pronunciou aí por 1929, em agradecimento a uma homenagem: "A Minas disciplinada e ordeira, no trabalho pertinaz e fecundo de seu nobre povo; a Minas pacífica e digna, de cujo seio brotam as fontes morais da vida cívica, em que é sempre possível, haurir novas forças, abeirando-nos da austeridade sadia do lar mineiro, onde pereneamente se cultuam a família, a religião, a Pátria, o dever, a memória sagrada das gerações que se foram, que ajudaram a fundar e organizar a Nação; à brava gente mineira, à sua colaboração preciosa e decisiva na obra cada dia acelerada e acrescida da nossa civilização; a Minas de hoje — guarda fiel e continuadora das tradições mais rútilas de nossa História, na afirmação cada dia mais vigorosa de sua florescente atualidade, irmanada e confundida na sua evolução com a Pátria Brasileira, na mais perfeita e absoluta identificação de ideais; ao Estado de Minas, da poderosa irradiação desta hora, fiéis todos nós ao lema — "à grande Minas num Brasil maior" — a Minas Gerais, senhores, nas realizações magníficas do presente, no esplendor de seu futuro".

Ora, quando meu pai cerrou os olhos para sempre, nossa dor e nossa tristeza só encontraram lenitivo na saudade, pela evocação dos quadros e dos cenários de sua vida, junto da família ou longe dela. Estou a vê-lo, fosse em Viçosa, Belo Horizonte, São Paulo ou Rio de Janeiro, com a riqueza de sua trajetória, marcada pelo zelo aos seus, e que se desdobrava, através de uma perfeita comunhão de sentimentos, no devotamento à causa pública. Como que revejo o seu perfil, sempre nítido, com as mesmas linhas, sem curvas e sem reticências, no lar ou fora dele, tendo como pano de fundo suas lutas pelo bem coletivo.

Muito embora houvesse tido que enfrentar a adversidade para conseguir estudar e formar-se em Direito, nunca lhe arrefeceu o ânimo na realização de seus propósitos. Daí a sua longa jornada, com a incorporação de muitas vitórias, sempre identificado, de corpo e alma, com os graves problemas de sua província e de seu País. No correr de uma vida que conheceu momentos gloriosos, manteve-se fiel à modéstia de suas origens. Quando estudava no Caraça, foi obrigado a interromper os estudos por falta de recursos, empregando-se como caixeiro em pequenos estabelecimentos comerciais, primeiro em Coimbra, distrito de Viçosa, e depois na Cidade de Rio Branco, onde chegou a ser guarda-livros da casa, por sua conduta e boa caligrafia. Ainda na mocidade, ingressou num batalhão patriótico, ao tempo da campanha de Canudos, quando parecia que a República corria risco. Em 1897, escreve no jornal ACADEMIA um artigo em comemoração da data da libertação dos escravos. Para cursar a Faculdade de Direito de São Paulo, torna-se revisor do Correio Paulistano e lecionou Latim e Português no Instituto de Ciências e Letras.

O destino haveria de levá-lo de ve-

reador da Câmara Municipal de seu município à Presidência da República, tornando tão curta a distância entre Viçosa e o Catete. Até porque ele chegaria à suprema magistratura da Nação ainda moço, com apenas quarenta e sete anos de idade, depois de haver exercido outras funções de relevo como as de membro desta Casa, Secretário da Fazenda, Deputado Federal, Governador do Estado de Minas. Mais tarde, após haver cumprido o seu mandato presidencial, seria eleito Senador da República. Um natural constrangimento me impede de pôr em relevo a grande obra administrativa e política que levou a cabo nessas diversas etapas de sua carreira e que o credenciaram ao mando supremo.

Atenho-me à figura humana do homem, para lembrar a sua imagem — aquela que me ficou na memória e no coração — de pai, esposo e amigo. Severo e discreto, cordial mas sem intimidade, era sempre igual a si mesmo, assim na vida privada como na vida pública. Ao lado de minha mãe que era, permiti que vos diga, uma das razões de sua força, cuidou da educação dos filhos, incutindo-lhes os grandes ensinamentos da honra, do dever, da caridade. Mais do que as palavras, educava a família nos exemplos de sua vida. Austero, sem intransigência; simples, sem afetação; honesto, sem alarde. Nunca lhe percebi o desânimo, nem mesmo naquelas horas de tormenta, de descargas de ódios e de ultrajes, tão frequentes em seu revolto itinerário. Como que o revejo, andando com as mãos entrelaçadas às costas; ou então, no escritório, debruçado sobre os livros ou, ainda, a escrever seus trabalhos e discursos, numa letra caprichada, com aquela sólida cultura humanista, em que forjara a personalidade. De resto, nele coincidiam as virtudes do homem e do cidadão. Falando do povo era como se falasse de alguém de sua maior intimidade, ao jeito dos antigos patriarcas que faziam da família o prólogo da Pátria.

Ao tomar uma decisão, fazia-se de pronto acatado porque a sua vontade, nascida do desinteresse pessoal, era quase sempre o eco das aspirações populares. Por isso mesmo, dele se poderia esperar o que se escreveu do estadista francês: enquanto ele não tivesse falado, sentia-se que as grandes coisas não haviam sido ditas.

Homem de uma fé profunda, era católico praticante, sempre a nos encarecer a prática dos deveres religiosos, como a primeira razão moral do comportamento. Em seu sistema, não era uma simples abstração a trilogia famosa: Deus, Pátria e Família. Como se tivesse o pressentimento do fim próximo, escreveu, horas antes da morte, uma mensagem, inacabada por sinal, e que encontramos sobre sua escrivaninha. Apesar de já divulgada, vale a pena transcrevê-la para conhecimento desta Casa: "O fim do homem é Deus, para o qual devemos preferentemente viver. Eu, porém, vivi mais para a Pátria, esquecendo-me dele. A ele devemos conta do que aqui fizemos de nossa vida, e eu a tive longa. Receoso de não poder resgatar minha falta no pouco tempo que me resta, apesar de sua infinita misericórdia, peço aos meus amigos, correligionários e brasileiros de boa-vontade que me ajudem a supri-la com uma prece".

A austeridade, a dignidade, a simplicidade dos costumes, como era de vezo nesses antigos estadistas, faziam em meu pai as vezes de uma segunda natureza. Definiam sua maneira de ser, seu estilo de vida, sua filosofia política, o

fundo ético de seu civismo. Costumava mesmo dizer que o vigor de sua autoridade — que o susteve em horas amargas do destino nacional — não provinha do apoio da maioria do povo e das Forças Armadas, mas estava nele próprio, nos fundamentos morais de sua formação e da de sua família, em cuja probidade e compostura em vão resvalava a fúria dos inimigos, dos demagogos, dos iconoclastas.

Com a solerte cumplicidade de escribas pagos, cuidou-se de desfigurá-lo, procurando criar-se a imagem de um homem violento e rancoroso. Era, no entanto, cordial e ameno, sensível e sincero, violentado em seu temperamento pela má-fé cínica do ódio político. Em 1945, quando da queda de Getúlio Vargas, ficou deveras preocupado com a sorte de Gustavo Capanema, que fora Ministro da Educação do ditador. A hora era de pânico, propícia às vinditas. Meu pai então lhe telefonou para dizer que fosse acolher-se em nossa casa, onde estaria a coberto de eventuais vexames. Não guardava o menor ressentimento de Capanema que, como Secretário do Interior, em 1932, mandara prendê-lo, ao ensejo da Revolução Constitucionalista. Do mesmo modo, anos mais tarde, apoiaria a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República, colocando o interesse nacional acima de quaisquer considerações de ordem pessoal. Esquecia os agravos do antigo adversário, o bravo soldado que, na Revolução de 24, tripulara um avião, na tentativa de bombardear o Palácio do Catete, só não o conseguindo por haver seu aparelho caído na Serra do Mar, na Cidade de Cunha.

Esse nobilitante passo na sua velhice excelsa, amadurecida no fragor das lutas e na consciência do dever cumprido, cedo conduziram-no a ampliar sua admiração pelo Brigadeiro idealista e evangelizador, tornando-se seu amigo e transmitindo a minha mãe e seus filhos o mesmo sentimento de estima e apreço.

Teria procedimento igual com Getúlio, a quem sempre combatera, procurando-o para defender o monopólio estatal do petróleo, então na ordem-dia. De resto, pagava também por terceiros. Foi o caso do Almirante Protógenes Guimarães que, durante a campanha presidencial, definira-se ao lado de meu pai. Chegara mesmo a desfilar o Batalhão Naval, em frente do Correio da Manhã, o inimigo impietoso e cruel, como que a demonstrar vivo o apreço em que a Marinha de Guerra tinha o candidato. Pois um dia, tarde da noite, já na Presidência da República, o General Santa Cruz, Chefe da Casa Militar lhe dá conta da prisão, em um prédio da Rua Acre, de militares ali encontrados em conspiração contra o governo. O seu chefe era muito precisamente Protógenes Guimarães. Um tanto aturdido, meu pai manda buscar o preso ilustre:

— Senhor Almirante, estou em que me deve uma explicação. Ainda tenho bem viva a sua solidariedade em horas difíceis. Em que mudei eu, que lhe fiz eu para que o senhor se atirasse contra o meu governo?

— Nada, Senhor Presidente, retrucou Protógenes, atônito pela inesperada interpelação. Mantenho o apreço e o respeito em que sempre o tive. Meu problema é dentro da própria Marinha, desentendido que estou com o seu Ministro.

Não obstante, meu pai foi sempre o alvo preferido de quantos nunca puderam suportar os sentimentos do brio e

da altivez. Ainda não houve neste País alguém tão caluniado e tão perseguido. Já nada direi do insulto e das injúrias, das intrigas e da difamação com que procuraram feri-lo durante a campanha presidencial. Mas recordarei que a baixa politicagem de alguns e o rancor de outros, nunca desceram tanto como nos atos praticados para retirar seu nome de logradouros públicos, hospitais e outras instituições, como se não passasse de um réprobo quem encanecou no serviço do seu País. Em 32, quando deportado pela ditadura, depois de frustradas tentativas de assassiná-lo em Viçosa, Barrão de Mauá e Ilha do Riço, passaram ele e minha mãe pela provação de assistir, de bordo do vapor, que se afastava, o tiroteio que tive de travar com os asseclas da polícia política, no cais do porto, quando caí ferido, duas vezes baleado. Após o golpe do 10 de novembro de 1937, quiseram novamente exilá-lo. Ele se encontrava, a esse tempo, em Minas, na nossa Fazenda de Vau-Assu. A intimação de se preparar para seguir rumo ao exílio, manda um recado peremptório ao ditador: só morto partiria para o estrangeiro. Diante de sua enérgica atitude, recuaram os beleguins. Permaneceu preso, durante dois anos, em Vau-Assu, tendo a fazenda por menagem e ficando proibido de receber visitas. Vingaram-se em mim, deportando-me para a Europa, de onde só pude retornar, dois anos depois, em plena Segunda Guerra Mundial.

A perspectiva do tempo traz novas reflexões sobre episódios que se foram. Tal o caso das cartas falsas, cavilosamente atribuídas a meu pai, no intuito de incompatibilizá-lo com as Forças Armadas. A dura realidade é que elas produziram seu efeito. Pouco importa houvesse sido provado à sociedade, através dos mais modernos recursos da peritagem, que tudo não passava de uma farsa grosseira. Pouco importa que mais tarde um dos falsários chegasse a confessar a fraude.

Tudo em vão. As conseqüências foram trágicas para a Nação. Os dois 5 de julho, em 22 e 24, inspiraram-se também no maldadado caso. Por isso, quando meu pai assumiu as rédeas do governo, encontrou o País em estado de sítio, que as circunstâncias fariam viger durante quarenta e oito meses, muito embora, a despeito de inúmeras prisões, nunca fossem violados os direitos civis e as garantias constitucionais, funcionando livremente a Justiça e o Parlamento, com os discursos de uma oposição aguerrida divulgados diariamente pela imprensa.

Havido como homem forte da ordem e da lei, meu pai iria crescer ainda mais na adversidade. No fundo, era um revolucionário, no sentido mais nobre da palavra. Assim, em 30, integrado na Aliança Liberal e depois na Revolução que, sem o seu apoio, estaria destinada ao fracasso, não obstante os nomes ilustres que a engrandeceram, a começar por Antônio Carlos e Olegário Maciel. Assim, outra vez, em 32, chefiando em Minas a Revolução Constitucionalista, com que São Paulo se pusera em armas contra a ditadura. Olegário Maciel, então à frente do governo do Estado, se comprometera a não atacar São Paulo, limitando-se a defender as nossas fronteiras, como se lê em uma carta de Venceslau Brás ao velho Presidente, recentemente dada a lume pelo historiador Hélio Silva, que a desentranhou do arquivo de Getúlio Vargas. Mas Olegário, contra toda a expectativa, recuou do propósito inicial. Diante disso, com o nosso colapso militar — a Força Pública do Estado e a tropa

federal aquartelada em Minas, mantendo-se fiéis ao Governo Provisório — só restou a meu pai atirar-se à luta, à frente dos correligionários do Partido Republicano Mineiro, e de um punhado de bravos oficiais das Forças Armadas que em Viçosa se achavam para tomar destino e assumirem a chefia do levante nos pontos já designados. Sua frase — quanto a mim fico com São Paulo porque para São Paulo se transportou a alma cívica do Brasil — se incorporou à História. O levante dos municípios mineiros estava, contudo, destinado ao fracasso. A prisão de Assis Chateaubriand e de meu cunhado José Domingues Machado, em Rio Branco, com a apreensão de documentos comprometedores; minha detenção, tarde da noite, na mesma cidade aonde me levava missão bem temerária; o noticiário das estações de rádio de São Paulo, indicando os Municípios de Minas, que já teriam pegado em armas, no preciso momento em que as circunstâncias aconselhavam o adiamento; a interceptação, em Ubá, de outras instruções, tudo isso conduziria o movimento ao desastre. Entregando-se voluntariamente à polícia, que o perseguia, para evitar maiores sofrimentos aos amigos, meu pai avocou, no inquérito instaurado, a total e exclusiva responsabilidade de tudo. Novamente em 37, lançava-se contra o Governo, apoiando a candidatura de Armando de Sales Oliveira. Em 43, assinando o Manifesto dos Mineiros, trazia-lhe o prestígio do seu nome e de suas lutas.

“A história de Napoleão é certamente a mais ignorada de todas as histórias”, escreveu Léon Bloy. Pois estas palavras se ajustam à vida de meu pai. Na verdade, nunca um homem foi tão deformado pela calúnia, pela solécia. A fé púnica de seus detratores usou de todas as mentiras e de todas as vilezas para desfigurá-lo, na vã tentativa de torná-lo odioso. Tudo debalde porque o povo madrugou no apoio ao líder que trazia insculpida no próprio caráter a predestinação do gênio político. Realmente como não ver em Bernardes um alto momento dos destinos nacionais? Faço *tábula rasa* desses atributos e daquelas virtudes que lhe formam a personalidade marcante, compondo a figura histórica de quem, com sua severidade e seu panache, foi, não raro, a última instância da ordem civil. Prefiro ater-me a um fato deveras sugestivo. É que Bernardes emerge de nossa evolução política, como um marco, um ponto-de-partida. Era um homem do passado na medida em que sua formação começada no velho Caraça, tinha algo de clássico e ia beber nos exemplos da antiga virtude republicana, feita de singeleza e austeridade. E era um homem do futuro, sempre se atualizando e sempre se renovando, pela intransigente defesa das idéias, dos propósitos e da problemática do desenvolvimento econômico. No governo de Minas, faz a mais profunda renovação política ainda havida, entre nós, abrindo caminho para essa geração de estadistas, que surgem a partir dos anos dezoito. Presidente da República, empenha-se numa cruzada pela elevação do caráter nacional, apelando para as autoridades estaduais no sentido de que em todas as escolas de ensino primário se institua a educação moral, cívica e social da mocidade.

Um traço de sua personalidade que merece ser rememorado nesse augusto recinto foi a sua constante preocupação com a juventude, especialmente com a educação moral das gerações que despontavam. Em telegramas circular aos Presidentes de Estado ele revela a sua preocupação com os moços das escolas ao sugerir “a consagração em todas as escolas brasileiras, de ensino primário, de um dia da semana para a educação moral e cívica — principalmente moral dos nossos jovens patricios.”

Referindo-se a esse telegrama na notável Conferência que pronunciou no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Paulo Pinheiro Chagas, com a magia da sua palavra, se espraia em reflexões sobre o texto, dá-lhe os coloridos do seu talento e do seu gênio literário, para afirmar que Bernardes “procurava criar a harmonia entre o mundo moral e o mundo político, cuidando educar as novas gerações no amor das virtudes cívicas.”



Os dois Arthur Bernardes —
pai e filho — em Viçosa

O problema social também fora objeto da sua permanente atenção. A Legislação surgida depois de 30, não é obra exclusiva da ditadura que, apenas, reeditou preceitos de leis já existentes, fazendo-o entretanto desordenadamente, e emoldurando-as com as cores próprias do interesse político e da demagogia da época.

As linhas mestres da Legislação Trabalhista, datam da Presidência Bernardes de 1922 a 1926, e não do período discricionário de após 30.

A estabilidade dos ferroviários após 10 anos de serviço, foi instituída em 24 de janeiro de 1923, pelo Decreto n.º 4.682; a 30 de abril de 1923, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, para organização do Trabalho e da Previdência Social, quanto a horário, remuneração, contratos coletivos de trabalho, conciliação e arbitragem, acidente de trabalho, seguros, aposentadorias e créditos. E ainda pelo Decreto n.º 4.982, de 24 de dezembro de 1925, foram instituídas férias a empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, regulamentado pelo Decreto n.º 1.749, de 30 de outubro de 1926.

Mas, o que acima de tudo empresta conteúdo e dimensão à severa figura desse homem de Estado, é o seu na-

cionalismo, já posto à prova na Presidência de Minas pelo combate viril ao monopólio e aos privilégios pretendidos pela Itabira Iron e continuado mais tarde no Parlamento, através da luta pela Petrobrás e contra o Convênio da Hiléia Amazônica. Este mereceu uma acurada conferência que fez no Clube Militar, começando por mostrar que cerca de três milhões e meio de quilômetros quadrados daquelas florestas da Bacia Amazônica pertenciam ao Brasil. Aceitar o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica era submeter-se à tutela da Unesco, com a renúncia pelo Brasil da soberania daquela região, para partilhá-la com outras nações. Meu pai foi o verdadeiro líder da estatização do petróleo, firmemente apoiado por duas forças que sempre o tinham combatido: o “tenentismo” e o comunismo.

Ora, essa permanente preocupação com as novas gerações, e com os temas nacionalistas bem define o teor de sua filosofia política, feita de meditação e profecia. Já era nacionalista há mais de meio século. Tudo a mostrar que ele tinha um pensamento pós-datado em relação ao seu tempo. Como se fosse um contemporâneo dos dias atuais, quando o nacionalismo é a suprema razão dos povos, em quaisquer regimes e em todas

as latitudes. É que em Bernardes há que se ver um divisor de águas, separando duas épocas. De um lado, o homem antigo, inspirado nas recordações da Inconfidência, com suas reações nativistas; e do outro, o homem moderno, apegado ao monopólio estatal, com sua prerrogativa.

Senhor Presidente, percebo que já me vou alongando mais do que seria razoável. É que a vida de Bernardes, aqui lembrada em tão belas palavras, pelos oradores que me precederam, desdobra-se ao jeito de uma experiência perene, que se renova a cada momento. Em nome de minha família trago a esta ilustre Assembléia Legislativa os protestos de nossa gratidão pela homenagem que vem de ser prestada à memória de meu pai. E vós me relevareis, senhores deputados, se de algum modo me excedi no seu elogio. Se o fiz, foi em razão de uma atitude subconsciente, partindo da premissa de que ele teria de ser visto por mim como um exemplo e uma lição, e nunca como um assunto doméstico. Homem de estatura histórica, em quem a fé e a política se irmanavam, na piedade e na virtude, em sua boca teriam o mais profundo sentido as palavras de Lamartine, ao afirmar que “o evangelho é democrático, o cristianismo republicano”.

(Discurso na Assembléia Legislativa de M. Gerais.)



DOM
OSCAR
DE OLIVEIRA

UM HOMEM DE FÉ

É inato no coração humano a sede de Deus. Sede esta manifestada mesmo em crassos cultos religiosos. Hoje em dia, procura-se estimar ou ter em conta o que de elevado e benéfico ainda em religiões pagas. O Apóstolo Paulo, em pé, no meio do Areópago, disse: "Homens de Atenas, em tudo vos vejo muitíssimo religiosos. Percorrendo a cidade e considerando os objetos de vosso culto, encontrei também um altar com esta inscrição: *Ao Deus Desconhecido* (Agnosto Theo). O que adorais sem o conhecer, eu vo-lo anuncio!" (Atos dos Apóstolos, 17,22-23).

A negação de Deus procede, ordinariamente, antes da vontade que do intelecto. Donde a exclamação do Salmista: "Diz o ímpio em seu coração: "Não há Deus" (Salmo 13,1).

Diz-se ter alguém exclamado em desabafo: Graças a Deus, não acredito em Deus! Nesta contradição se sente a proclamação da realidade de Deus no fundo do inconsciente.

Pretendem os materialistas que a idéia de Deus não passa de uma criação do homem, pela consciência de sua fraqueza, a qual será de todo diluída, quando a ciência lhe propiciar pleno conforto e bem-estar. Entretanto, os fatos o contradizem rotundamente. Não, a idéia de Deus não advém da impotência ou do medo, pois que, em certas regiões do planeta, não obstante o refinado conforto e o gozo de todos os prazeres da matéria e do espírito, que se oferecem aos cidadãos, muitos deles procuram no suicídio o termo de seu tédio ou desespero.

Falamos do culto de um Deus pessoal, eterno, criador e pai, no qual, como expressou filosoficamente o Apóstolo Paulo, "nós vivemos, nos movemos e existimos" (Atos dos Apóstolos, 17, 28). Cientistas e sábios de todas as províncias do saber, de todos os tempos cultuaram e cultuam com sinceridade de coração ao Deus Incriado, Eterno, Causa das causas. Entoava encantado o americano Walt Whitman: "Creio que uma folha de erva não é menos que a jornada das estrelas".

Constitui-nos, Senhores, honra e gáudio o convite do Exmo. Sr. Antônio Chequer, Prefeito Municipal de Viçosa, para, nesta hora, rememorar um grande Presidente da República, sob o prisma religioso: "*Arthur da Silva Bernardes, homem de fé*".

Não foi o inclito estadista mineiro apenas um crente em Deus ou comum cristão, mas homem de integérrima fé católica. E praticou-a com a finura do espírito e o calor do coração, como uma infinidade de luminosas inteligências, pristinas e contemporâneas, quais um Santo Agostinho, um Santo Tomás de Aquino, que, esteados na rocha da Revelação Divina, da Tradição e do Magistério Eclesiástico, e sustentados pela fé entrelaçada com a inteligência — fides quaerens intellectum — cooperaram com a graça divina. Daí o mérito de sua boa-vontade. Já refletia, há quinze séculos o genial Bispo de Hipona, que, se o homem quer ler fé, tem-na; se não quer, não a tem. "A fé — diz São Paulo — consiste em realizar o que se espera, é uma certeza a respeito do que não se vê" — Est autem fides sperandarum substantiarum rerum, argumentum non apparentium (Hebreus, 11,1). Não há negar, porém, que desde séculos remotos até nossos tempos, homens leais para consigo mesmos lutaram, tempos a fio, na procura da verdade, até alcançá-la, à custa, porém, de suores e lágrimas do espírito. Seria um não mais acabar citar tantos deles, já deste Século XX.

O grande convertido *Chesterton*, falecido em 1939, escrevera: "Tanto quanto um homem possa ter orgulho de uma religião com raízes na humildade, sinto-me muito orgulhoso da minha, e especialmente daquilo que, em tom pejorativo, é



Retrato oficial de Arthur Bernardes quando Presidente de República

chamado de "superstição". Sim, tenho orgulho de estar acorrentado a dogmas "vetustos" (assim falam meus confrades jornalistas), pois sei perfeitamente que são as heresias que morrem, e os dogmas razoáveis que vivem bastante tempo para serem olhados como antiguidades" (F. Lelotte, S.J. — *Convertidos do Século XX*, 2.ª ed. portuguesa, 1966, 1.º vol., p. 174).

No céu escampo da História fulge Bernardes

Foi aqui que viçou esta bela flor de católico e estadista, que foi *Arthur da Silva Bernardes*! Aqui desceu em seu coração criança a graça do Batismo. Aqui aprendeu com o ensino e o exemplo de seus pais o amar e servir a Cristo.

No dia 7 do corrente passou o centenário da morte santa do 7.º Bispo marianense, Dom Antônio Ferreira Viçoso, que lá na sede arquiépiscopal procuramos comemorar condignamente. Justamente no ano em que partiu para a Casa do Pai o "Apóstolo de Minas", como o chamava o povo mineiro, justamente nesse ano, um mês após, nascia um luminar brasileiro — *Arthur da Silva Bernardes* neste formoso rincão que iria mudar o topônimo Santa Rita do Turvo para Viçosa, em homenagem ao anjo da Igreja Marianense, que foi Dom Viçoso.

Fora o então Padre Antônio Ferreira Viçoso que com o co-irmão lazarista, Padre Leandro Rabelo de Castro, fundaram, em 1820, o Colégio do Caraça, que à Pátria ia dar homens de lei. Pois, o famoso educandário orgulha-se, em perpétuo, de haver coadjuvado na formação humanística e

cristã do talentoso adolescente Arthur da Silva Bernardes. Ali crescerá ele na ciência de Deus, nas letras e civismo, à iluminação e estímulos de solícitos mestres. Ali se retemperou o seu caráter adamantino de homem do dever.

Sua fé em Deus foi-lhe o rochedo contra o qual se debateram em vão procelas de sofrimentos, gerados do despeito, e má-vontade, incompreensão e injustiça dos homens, até de apodos e calúnias. Foi sua fé impertérrita e confiança em Cristo que o nortearam e fortaleceram no compromisso de homem público, no governo de Minas e, depois, do Brasil. Com plena realidade pode dizer dele o saudoso poeta, magistrado e historiador *Marlins de Oliveira*: "Tinha o presidente Bernardes, na sua formação espiritual, um ponto alto, altíssimo, como disciplina de ação... Educado nos Evangelhos desde o berço, conservou invariavelmente a crença, confessando sem vacilação alguma a sua fé católica, apostólica, romana" (*Presidente Bernardes*, Belo Horizonte, 1955, p. 24). Na leitura da Bíblia colhia Bernardes a lição para o reto comportamento de homem público e privado. Ledor entusiasta de Vieira, enriquecia-se o intelectual Arthur e iluminava-se-lhe a alma de doutrinação católica e espiritual.

Nas festivas celebrações do jubileu áureo sacerdotal do primeiro cardeal da América Latina e Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde Cavalcanti, em 1924, o Presidente da República, Arthur da Silva Bernardes, associou-se de vontade àquelas homenagens. Foi então que, no Palácio do Catete o Arcebispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza, em agradecimento a Sua Excelência, acrescentou que, no meio do progresso da Religião em nosso País, era grato ao Episcopado destacar a ação dos brasileiros que, com o Sr. Presidente Arthur Bernardes, sabiam ter a coragem das suas crenças, certos da eficácia da fé na obra do progresso da nacionalidade, dando provas de suas convicções em todos os atos ("*A UNIÃO*", jornal do Rio de Janeiro de 8-5-1924).

O Presidente Arthur Bernardes, quando na idade natal, assistia devotamente à Santa Missa em sua amada Igreja Matriz de Santa Rita, como um simples católico, convicto de que em Cristo Eucarístico hauria força e graça para o viver cristão.

Senhores, *Tomás Merton* que, de ateu e comunista, se fez cristão de prol, e ainda sacerdote e monge na Ordem Cisterciense, nos Estados Unidos (1915-1968), escreveu: "Eu não tinha a menor idéia do que é Cristo... de que Ele é Deus... que existisse alguma coisa semelhante ao Santíssimo Sacramento. Hoje, asseguro-vos que há uma força que emana deste Sacramento, uma força de luz e de verdade, a penetrar mesmo no coração daqueles que jamais ouviram falar n'Ele, e parecem incapazes" (*Convertidos do Século XX*, de Lelotte S.J., 2.ª ed. port., vol. I, p. 217).

Vindo eu, certa feita, a Viçosa em companhia do Saudoso Cônego Francisco Vieira Braga, grande amigo e admirador de Arthur Bernardes, visitei-o em seu leito de enfermo, na própria residência. E desse encontro saímos edificadas com a calma e naturalidade do Presidente, que nos pediu rezássemos por ele.

A 23 de março de 1955, falecia piedosamente no Rio de Janeiro o antigo Presidente de Minas, o ex-Presidente da República.

Testamento espiritual

Todo homem sensato tem consciência de suas falhas e limitações. O cristão, confiante na bondade de Deus, pede-lhe perdão, repousado por inteiro em sua infinita misericórdia. Aconselha-nos o Salmista: "Provai e vede como o Senhor é bom; feliz quem nele põe sua esperança" (Salmo 33,9). Pois, o Presidente Bernardes deixou-nos um breve testamento espiritual, que foram as últimas palavras escritas de seu punho. Um testemunho de fé e de humildade sinceras. Uma reflexão sobre o fim do homem, que é Deus, para quem "devemos preferentemente viver... a quem devemos dar contas". Reconhece-se não se ter dado mais a Deus, ao longo de seu viver. E, cômico de que lhe resta um pequeno tempo de vida, implora aos bons amigos o ajudem com a caridade de suas orações.

Meus Senhores, o que desce ao vale profundo da humildade, recolhe com sabedoria todo o orvalho da graça de Deus. A misericórdia divina supera todos os pecados do homem arrependido. Se no errar patenteia a sua fragilidade, no reconhecer seus erros e arrepender-se deles, com leal propósito, o homem dignifica-se, eleva-se e se enobrece.

Deixemos, Senhores, que o próprio Presidente Bernardes fale de sua fé e esperança cristãs, que tal constituirá formoso fecho deste meu modesto discurso. Na pequena estampa-lembrança de sua morte, anunciada ter sido piedosa, à primeira página vem a imagem de Cristo em agonia no Horto, à segunda a efígie do Presidente e à terceira estas palavras suas, que nos sirvam, agora, de meditação e, sobretudo, de estímulo a mais afeiçoado culto de Deus:

"O fim do homem é Deus, para o qual devemos preferentemente viver. Eu, porém vivi mais para a pátria, esquecendo-me d'Ele. A Ele devemos contas do uso que aqui fizemos da nossa vida, e eu a live longa. Receoso de não poder resgatar minha falta no pouco tempo que me resta, apesar de sua infinita misericórdia, peço aos meus amigos, correligionários de boa-vontade, que me ajudem a supri-la com sua prece."

Meus Senhores, na lonjura do céu livre de nuvens, as estrelas palpitam mais luzentes. Quando densas nuvens de invidias e despeitos, de malquerenças e ódios, de mal-entendidos e calúnias desaparecem, valores e virtudes de proeminentemente personagem podem luzir melhor no céu da História. Assim, Senhores, a estrelas deste homem de fé, que foi o grande Presidente Arthur da Silva Bernardes!



DEP.
CYRO
MACIEL

A ÚLTIMA VITÓRIA: PETROBRÁS

Esta Casa é ponto de referência no longo caminho que Arthur da Silva Bernardes percorreu, no constante serviço do País e que se iniciou numa outra casa legislativa, a Câmara de Vereadores de Viçosa, sua terra natal. Entre 1907 e 1909 aqui exerceu o mesmo mandato de que hoje nos achamos investidos.

A Assembléia Legislativa de Minas representa, assim, na vida do grande brasileiro, cujo centenário de nascimento estamos comemorando, um segmento importante de sua trajetória política, cujos pontos culminantes, a partir de aqui, ele iria escalando, até ao seu degrau máximo, a presidência da República.

Este é, talvez, dos de menor peso entre os motivos da homenagem que hoje prestamos à sua memória, mas a ela acrescenta um toque particular de emoção que, assim penso, não é fora de propósito colocar em relevo.

Ressalte-se que a atuação parlamentar de Bernardes, sobretudo na Câmara dos Deputados, por si só inspiraria a realização desta solenidade, que é um ato de reverência e ao mesmo tempo de gratidão.

Os Anais daquela Casa do Congresso Nacional registram as grandes batalhas que dirigiu e enfrentou, lutando pela soberania nacional e pela independência econômica do país, em lances às vezes dramáticos, em que jogou tudo de si.

Foi, aliás, no amplo cenário nacional que Bernardes se revelou, todo ele, na plenitude de suas qualidades cívicas e na sua participação em lances capitais para nossa evolução política, social e econômica.

Seu ingresso nesse cenário tinha sido precedido como que de um período de preparação metódica, algo silenciosa, grave, responsável, a preparação de um asceta, ao estilo mineiro, de natureza voltado para o lado sério da vida, como diria Alceu de Amoroso Lima.

A origem familiar, em que preponderavam preceitos morais e cristãos; a severa pedagogia doméstica; a quadra vivida no Caraça, tecida

de isolamento, mistério e austeridade; o ambiente social tradicional e conservador de sua província, tudo isto são coordenadas de seu caráter presentes e atuantes em gestos e atitudes, em palavras e atos, tanto na sua vida privada como na pública.

No exercício da vereança em sua Viçosa, onde também incursionou pelo jornal e pela advocacia, no desempenho dos mandatos de Deputado Estadual e Federal, no cargo de Secretário das Finanças e no Governo de Minas, estes seus atributos e mais uma obstinada vocação de liderança a que não faltava o indispensável complemento da capacidade de comando, que lhe parecia tão inata e tão natural, estruturaram o líder que despontava para lutas muito mais largas e mais ásperas, em que libezas e vacilações seriam inadmissíveis.

Justamente aí é que se ostentariam o valor das provisões de que se nutria, a ténpera do caráter, a força de vontade que afinal se mostraria indomável, a coragem e a dignidade pessoais que ninguém então, nem hoje, ousaria contestar.

Sua candidatura à presidência, para suceder a Epitácio Pessoa, terá de vencer dificuldades inéditas na história das sucessões presidenciais, no Brasil da Primeira República.

A oposição a Bernardes explora cavilosamente as susceptibilidades dos meios militares, onde já se manifestavam, desde há mais tempo, inquietações e rebeldias que geraram o tenentismo, e afinal confluíram nos episódios de 22, de 24 e na Revolução de 30.

As "cartas falsas" açulam a animosidade de setores do Exército contra Bernardes e mesmo depois de confessada a mistificação, não se apagam as prevenções.

Da inqualificável burla, acaba todavia por derivar uma conseqüência positiva. É que ela se torna responsável por um dos mais vigorosos pronunciamentos de todo nosso documentário político: o manifesto lançado por Bernardes à Nação, lo-

go conhecida a espantosa deliberação do Clube Militar dando por autêntica a grosseira falsificação. Vale a pena recordá-lo para sentir-lhe a grandeza:

"À Nação:

Devo à Nação algumas palavras sobre esse triste episódio de cartas falsas, exploradas por políticos em conivência com falsários, com tanto aviltamento para os nossos costumes e vergonha para a nossa civilização. Ninguém me fará a injustiça de negar a serenidade de ânimo com que repeli a monstruosa acusação e aceitei todos os exames que me pareceram honestos para a elucidação da verdade. À própria comissão do Clube Militar, composta na sua maioria de adversários meus, não recusei a minha assistência, certo de que a força da verdade havia de exercer sobre eles a impressão que exerce sobre as inteligências desapassionadas, vencendo a cegueira partidária.

Aliás, a própria moção do Clube Militar exclui expressamente qualquer intuito político no exame a fazer-se, o que me dava certa liberdade pessoal, visto como a candidatura, não é minha, mas da maioria das forças políticas do País. Já agora ninguém pode increpar-me o ter esgotado todos os esforços a fim de evitar se consumisse o atestado à verdade e à justiça, do qual acabo de ter conhecimento. Nada me resta senão afirmar que aquilo que é falso, falso há de ser para todo o sempre quaisquer que sejam os laudos proferidos, e manter, agora mais do que nunca, aquela candidatura.

Não o faço por ambição pessoal, que nunca me animou e que, no cenário político atual, tão cheio de decepções e agruras, ainda me não animaria. Faço-o por impulso de patriota e dever de civismo, mais do que em obediência a uma honrosa indicação política. Sobre essa candidatura compete à Nação decidir, nas urnas de 1 de março, dentro das normas constitucionais da República. O povo brasileiro,

na sua soberania, que só a ele pertence, que a ampare ou repudie. Com o seu julgamento me conformarei, bem certo, porém, de que na causa que encarno se reúnem hoje os mais altos interesses de regime e da pátria."

Tenho este documento como bastante definidor do homem Bernardes, sobranceiro e convicto de si mesmo, tal qual o iremos encontrar, no futuro, em oportunidades semelhantes.

Por outro lado a opinião popular, sobretudo a da Capital da República, foi contra ele maliciosamente levantada.

A imprensa de oposição ao candidato buscava, por todos os meios, fazer convergirem, até o ponto de ebulição, os escrúpulos dos militares e a indignação popular, intencionalmente manipuladas. Na vanguarda dessa campanha, surgia um dos grandes diários da época, cujo comportamento encontrei diagnosticado neste comentário de Laurita Pessoa Raja Gabaglia, em uma das páginas do livro que escreveu sobre Epitácio Pessoa: "Parece ter sido preponderante a responsabilidade moral dos jornais, sobretudo o "Correio da Manhã", neste drama de nossa vida política. É inegável, acrescenta a filha do ex-Presidente, que o "Correio da Manhã" aspirava a certa liderança na política brasileira."

A crise assim fermentada, impregna a própria atmosfera do Catete e Epitácio Pessoa, em histórica reunião ali realizada, parece, em certo momento, vacilar e admitir que não havia ambiente para a posse do candidato eleito, ou, porventura empossado, para o exercício da presidência.

Insinua-se a renúncia de Bernardes, mas ele, numa outra de suas atitudes tão auto-reveladoras, reage com desassombro a tal sugestão. A firmeza e a altivez com que a repeliu prenunciavam o estofado do estadista que a nação já sagrara, pela escolha popular, como novo dirigente de seus negócios.

"Se pudesse ouvir, apenas, as inspirações de meu comodismo e de minha segurança, claro está que me apressaria em abraçar com prazer, o alvitre suscitado na reunião do Palácio."

"...Se o sentimento que eu tenho da responsabilidade não se obscurece e não é errada a certeza que alimento sobre as tremendas e irreparáveis conseqüências de semelhante fraqueza, a resposta negativa se impõe ao nosso patriotismo."

"...Se, como foi dito, toda resistência for baldada e o governo deposto, não vejo em que a deposição com luta seja mais nociva aos créditos do País que uma renúncia, agora, ante a ameaça e o temor daquela."

Transpostos todos os obstáculos, Bernardes, eleito, reconhecido pelo Congresso, empossado, venceria atribulações e crises, cumpriria o seu período de governo e transmitiria, intactas, ao sucessor, as instituições republicanas, tal como as recebera.

Exercendo a suprema magistratura do País, numa das fases mais excitadas de sua evolução política, manteve, com energia, a autoridade do seu cargo e as prerrogativas do poder civil.

O que isto lhe custou de incompreensões e críticas, que ainda perduram!

Analistas, provavelmente não muito isentos, acusaram-no de haver levado a extremos o zelo pela própria autoridade ou de sustentar procedimentos já repelidos pela consciência do País.

Bernardes tinha, porém, uma concepção do poder que, vista à distância dos acontecimentos que se sucediam e fora do quadro político em que se moveu poderia parecer descomedida.

Na verdade — releva compreendê-lo — entendia assim defender um princípio cujo resguardo era uma exigência superior da Nação e, por isso mesmo, um compromisso que ao Presidente não era dado descurar.

O que parece certo é que, se tivesse permitido que sua autoridade se diluísse na voragem das crises, o País talvez hoje o lamentasse, sob o coro de outro tipo de censuras.

Permito-me demorar um pouco na apreciação deste aspecto, que tanto singularizou o nosso Presidente, para transcrever palavras suas, contidas em manifesto que dirigiu à Nação, ao terminar o seu segundo ano de governo e nos quais transparece a veemência com que encarava o dever de preservar sua investidura e de fazê-la respeitada:

...*"não defendo por ambição pessoal ou por ambição de mando o posto que me foi confiado. Faço-o porque desertar dele seria um crime de traição à Pátria, que a história não perdoaria e do qual não seria capaz um homem de meu patriotismo. Faço-o por estar sinceramente convencido de que se preferisse minha comodidade pessoal à espinhosa missão do governo, entregaria a pátria ao regime dos pronunciamentos, precursores da anarquia e comprometedores de sua integridade. Não! Defenderei até o último alento de minha vida o prestígio da autoridade que me foi entregue..."*

É quase estranhável, ao observador de hoje, constatar como lhe foi possível manter-se incólume em meio às tormentas que agitavam o seu governo, suplantá-las, garantir a dignidade das funções presidenciais e ainda imprimir dinamismo e eficiência à administração do País.

Mas, na verdade, *apesar das inquietações em que vivia* — o depoimento é de "O Globo" em editorial lançado após a morte de Bernardes — *consagra as suas melhores horas à administração do País. Nunca um homem, tão gravemente atacado, soube conservar melhor as suas atenções voltadas para as coisas públicas, como se a Nação deslizesse sobre um mar de rosas."*

Do que realizou, algumas referências salientes ainda são lembradas no julgamento da Nação, sobretudo no setor financeiro, com o saneamento da moeda; a implantação do Código de Contabilidade Pública; a retomada dos pagamentos da dívida externa e o consequente restabelecimento do crédito externo; a reforma tributária; a implantação do imposto de renda ainda desconhecido na legislação brasileira; o Código de Menores; a obra educacional centrada principalmente no ensino agrícola, com o exemplo sempre lembrado da hoje Universidade de Viçosa; a navegação; as ferrovias construídas com recursos orçamentários; a proteção à agricultura, os saldos na balança comercial conseguidos sobretudo com a política de valorização do café.

Não é objetivo para este momento, a análise e a enumeração de sucessos administrativos, mas gizaria outros pontos que me tocam o espírito, na contemplação da obra do Presidente Arthur Bernardes.

Quanto a um deles, a reforma constitucional de 1926, resulta de uma coerente linha de revisionismo que mostra que Bernardes não era o conservador pertinaz às vezes assim retratado.

Já na mocidade, é interessante ressaltar, a idéia de mudanças contaminava o seu espírito e ele escrevia,

em editorial do jornal que dirigia ("Cidade de Viçosa"):

"Persuadidos como estamos, de que a Constituição de 24 de fevereiro está errada em alguns pontos e cumprindo que não se perpetuem esses erros com o nosso assentimento, dará essa folha encarniçada e impiedoso combate à idéia, propugnada por alguns, de nada se alterar nessa lei fundamental e assumirá, em consequência feição francamente revisionista."

Bernardes, quase um estudante ainda, madrugava nas preocupações com a evolução de nossas instituições políticas e com a correção de rumos constitucionais, deixando assim entrever a vocação pública que o dominaria por toda a vida.

Presidente, Bernardes concretiza os impulsos reformistas do longínquo jornalista e empreende a revisão constitucional, para *"suprimir obstáculos opostos ao progresso do Brasil"*, são palavras de sua mensagem ao Congresso Nacional propondo a reforma e para remover *"obstáculos constitucionais à melhor organização do nosso regime e à mais proveitosa ação dos poderes públicos em bem da República"*.

Os textos sobre que incidiu a emenda constitucional são vários — e diga-se que se mantêm até hoje — mas, saliento pensamento nacionalista e que, por um lado, representa uma projeção de sua atitude anterior no caso da Itabira Iron e, por outro, preludia a luta sobretudo parlamentar, em que depois se absorveria na defesa das riquezas naturais do País, notadamente as da Amazônia e do petróleo. É este o texto incorporado à Declaração de Direitos da Constituição de 91 (art. 72, § 17, b): *"as minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros."*

"O problema da propriedade e da exploração de minas é grave e de permanente atualidade. A exploração de seus produtos, na maioria dos casos, interessa à defesa nacional e pode, sem uma alta superintendência da União, constituir sério perigo para a prosperidade e tranqüilidade do País", é assim que Bernardes justificava perante o Congresso Nacional as alterações constitucionais por ele pretendidas e afinal votadas pelos nossos legisladores da época.

Por outro modo, vários textos de lei, ao tempo inovadores, fixam o lugar de Bernardes na história da legislação trabalhista em nosso País.

"Quando se fizer, com severidade e justiça, a história da legislação social brasileira, disse o Ministro Pereira Lira, em conferência pronunciada na então Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, no ano de 1957, não será esquecido que, no governo Bernardes, foram lançados os seus rumos, através do Conselho Nacional do Trabalho. Os primeiros marcos inapagáveis dessa política assistencial são as 33 primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensão, para concretização do seguro social para ferroviários e suas famílias, constituídos já por milhares de trabalhadores."

Testemunho abonador dessa observação está registrado por Pedro Calmon que recorda, em sua obra de maior fôlego (História do Brasil, volume VI, pág. 2.190) que a primeira referência à legislação do trabalho, no Brasil, surge na Reforma Constitucional de 1926, iniciativa de Bernardes, ao estabelecer como uma das atribuições do Congresso Nacional *"legislar sobre o trabalho"* (art. 34, n.º 20).

Era a visão do estadista, que assim

se adiantava ao seu tempo e que transparece, com limpidez, em outros lances que a História inapelavelmente anotou, ainda que se tente obscurecê-los.

A própria crônica da mudança da capital do País para o planalto central revela-nos que este foi um dos temas das preocupações de Bernardes o que, de certa forma, contribuiu, segundo Assis Chateaubriand, para incompatibilizá-lo com a população carioca, cuja hostilidade ele teve de enfrentar, nos turbulentos dias que precederam sua ascensão à presidência.

Mas, um homem de sua formação não se imporia, na memória dos brasileiros, tão só pelas realizações materiais, senão também pelos valores morais que incorporou à história do País, dos quais a honestidade pessoal, no trato das coisas do Estado e no manuseio dos recursos públicos, é estímulo para os governantes de todos os tempos.

Certos censores de seu governo, exprimindo quem sabe ressentimentos pessoais, debuxam, em traços fortes, atos e atitudes através dos quais a autoridade presidencial de Arthur Bernardes se fez impor em reações duras.

Em debates, na Câmara e no Senado, mais de uma vez, respondeu ele a seus acusadores, acentuando que todas as medidas tendentes a resguardar a ordem pública e a sua própria autoridade, se tinham praticado dentro da lei, com as instituições democráticas em pleno funcionamento e sob a crítica diária de seus adversários no Congresso e de uma imprensa impenitente e inimiga, antes que imparcial.

As próprias murmurações de hostilidade aos militares, lamentavelmente afiançadas, em página infeliz e amarga de Calógeras, em sua obra "Formação Histórica do Brasil", para quem Bernardes olhava para todos os oficiais com "tendência de suspeita e de difidência hostil", não assentam em fatos, antes estes a destroem: ao compor seu ministério, Bernardes devolve ao Exército e à Marinha os postos militares ocupados por civis no governo anterior; envia ao Rio Grande do Sul, para pacificar civis, o seu Ministro da Guerra, o General Setembrino; no aceso de suas lutas nacionalistas, os militares o convocam ao seu grêmio e ele ali comparece para expor suas idéias.

Cumprido o seu mandato, Bernardes depõe em mãos de Washington Luiz, as responsabilidades que recebera de Epitácio Pessoa, com este saldo positivo: com ele, apesar de todas as dificuldades, não se interrompera o ciclo democrático da sucessão presidencial, a ordem fora mantida, a moralidade e a eficiência administrativas foram preservadas, a magistratura suprema da Nação não fora conspurcada, o poder civil sobrepairara às arremetidas de que fora alvo, a República não sucumbira.

E por estes mesmos princípios, voltaria ele às refregas políticas. Emprestando ao movimento uma credibilidade que antes não possuía, entra na Revolução de 30 com "altos objetivos", conforme se expressaria depois, no seu Manifesto "À Nação", de 8 de agosto de 1932.

Decepcionado e como que a querer penitenciar-se de 1930, participa da Revolução Constitucionalista justificando sua atitude com estas palavras que são as iniciais daquele manifesto:

"Os que entraram com altos objetivos na Revolução de Outubro e não desconhecem totalmente as ciências políticas e as necessidades nacionais, certamente estarão decepcionados com os resultados"

negativos daquele memorável movimento cívico. Coroada de sucesso como foi a Revolução, era de esperar que, irmanados em um só pensamento, os acusadores logo cogitassem dos problemas mais urgentes do País, de que o mais instante era então a reconciliação dos brasileiros, sem distinção, entre vencidos e vencedores."

Bernardes afirma que a falta de Constituição tem sido e será o mais importante fator de agravação da crise e de sua longa duração e pergunta:

"Que motivos serão esses que retardam o advento da Constituinte? Se há outras razões ocultas, que não possam vir a público, as invocadas até agora pela ditadura são de improcedência manifesta e não resistem a um debate sério."

E Bernardes fica com São Paulo. Tem talvez a premonição de que a conspiração não logrará êxito e dos riscos que assume, mas para um homem de sua raça, isto não conta:

"Tão pouco indago se a franqueza com que me dirijo à Nação pode ocasionar-me amanhã a perda da liberdade ou da própria vida."

Mais tarde, repetiria gesto de igual destemor, declarando-se, já preso, o único responsável pelo movimento no seu Estado. Rememoremos este trecho de seu depoimento:

"... avoco para mim toda a responsabilidade das ocorrências e preparativos do levante, passando, assim, a não haver em Minas senão um só responsável, que sou eu."

Era com atitudes e exemplos deste porte, que Arthur Bernardes ia marcando sua participação na vida do País e construindo seu conceito de estadista.

Doação total ao serviço de seu País, identificação com os seus problemas, antevisão do futuro, a ousadia das opções, dignidade diante de insucessos, vocação para todos os sacrifícios se a defesa de seus princípios assim o exigisse, se tudo isto compõe a fisionomia dos estadistas, Bernardes é desta grei e se mais fora necessário, mais o provaria na ação desenvolvida, na última fase de sua vida pública, que muitos consideram a mais fascinante, aquela que desenvolveu quando já ninguém lhe reprovaria a retirada da luta para o descanso que ele na verdade mereceu, mas não conheceu, nem desejou.

Foi quando defendeu, com a tenacidade que todos conhecem, os interesses nacionais nos casos do minério, da Hiléia Amazônica e do monopólio estatal do petróleo.

Não me parece oportuno o momento para relembrar todos os desdobramentos da pregação do grande patriota, alertando o povo, as autoridades, a Nação, para os problemas que interessavam nossa própria soberania política e independência econômica. Os fatos estão bem próximos de nós e a opinião do País, a cada momento que passa, vai reconhecendo os méritos da grande luta e a própria evolução dos fatos econômicos, no mundo e no Brasil, vai confirmando, a cada dia, a visão do estadista e o acerto de suas advertências.

É de poucos dias passados, a declaração de Ministro de Estado brasileiro, justificando o otimismo com que encarava a posição do Brasil dentro da conjuntura econômica mundial com estas palavras: "... a prosperidade econômica de qualquer país vai depender no futuro de duas con-



Arthur Bernardes e seu Ministério, após a posse

dições básicas: "espaço útil e minério..."

Como isto nos lembra Bernardes na sua luta contra a concessão da *Itabira Iron*, sem a contrapartida da obrigatoriedade, ainda que parcial industrialização do minério em nosso território; contra os favores por ela peiteados; contra os privilégios constantes do texto do contrato cuja cláusula final, estabelecia que sua interpretação se faria de acordo com a lei inglesa, o que fez Bernardes bradar na Câmara dos Deputados:

"Se há recolonização no Brasil, Senhores, é em contrato como este."

Naquela mesma Casa do Parlamento proclamaria seus receios em relação à soberania brasileira sobre os imensos espaços amazônicos e levantou-se contra a ratificação, pelo Congresso, do Convênio destinado à criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica em que ele via um disfarce para a internacionalização da Amazônia,

"pois abria as mais amplas perspectivas para a colonização estrangeira, desde que o Instituto poderia adquirir e alienar glebas amazônicas, criar serviços, contratar, nesse afã tantas vezes manifesto em reverter a Amazônia ao bem e à utilização universais..."

Bernardes tachou de astucioso o tratado e viu na sua redação enganosa um ardil pelo qual o Brasil alienaria sua soberania sobre o terri-

tório amazônico, em favor de nações mais fortes que,

"perdendo suas colônias, voltam-se, ávidas de matérias-primas, para os espaços vazios do planeta."

Artur Reis, estudioso da problemática da região, em obra recente cujo título é já por si uma definição, "*A Amazônia e a Cobiça Internacional*", lembra que foi Bernardes quem comandou na Câmara a campanha contra o Instituto da Hiléia e pergunta, já ao final de seu livro:

"Há perigos rondando realmente a Amazônia?, para, a seguir, escrever:

"Ora, a grande verdade é que o interesse sobre a Amazônia no exterior não se reduz a querer conhecê-la como espaço exótico ou de produção de alguma matéria-prima, complementar das que o Oriente e a África exportam."

É um interesse muito mais vivo, que esconde outros propósitos, propósitos políticos, a que é preciso dar a devida consideração, pois significam perigo e exigem uma política capaz de impedir que se transforme em realidade muito amarga para o Brasil. A Amazônia está sendo considerada como espaço aberto: a) para receber os excedentes populacionais das áreas que padecem devido àqueles excessos; b) para produzir os alimentos de que carecem aquelas multidões fustigadas pela fome inclemente e mortífera; c) para produzir a matéria-prima vegetal, animal e mineral de que carecem os

grandes parques industriais do mundo."

A primeira edição desse livro é posterior, em dez anos, aos clamores erguidos pelo então representante mineiro no Parlamento Nacional e no Clube Militar.

No Clube Militar, onde em 1922, em assembléia exaltada e sacudida pelas paixões da época, fora ele vítima de uma deliberação injusta, e em 1951 comparece, a convite, para debater problemas básicos do País, declara Bernardes:

"O que de pior acontece, é que o Brasil entrega a Amazônia ao Instituto para uma larga utilização de sua área, imite-o, espontaneamente, na sua posse por um documento escrito e solene, sem sequer marcar prazo para sua duração e funcionamento... Nunca perigo tão grave ameaçou a nossa integridade territorial e a nossa soberania, como o desse convênio."

A admoestação, repetida quanto o pôde ele fazer, acordou a opinião do País e sensibilizou o Congresso, de tudo resultando não ter o Convênio logrado a ratificação exigida pela Constituição Brasileira.

A participação de Bernardes nos debates da questão do petróleo brasileiro seria o grandioso remate de sua atuação na vida pública do País.

Os anais parlamentares, as colunas dos jornais, os recintos de instituições onde se fez ouvir, guardam os

ecos ainda vivos, de sua palavra de combatente pela solução monopolística na exploração dessa riqueza que ele acreditava existir em abundância no Brasil.

Sua campanha residiu, primeiro, na teimosa afirmação, por muitos contraditada, da existência do petróleo em nosso território e, segundo, em que o próprio País deveria explorá-lo, com recursos próprios, como indesviável exigência de nossa independência econômica e de nossa soberania.

O nosso interesse, dizia ele, é o de explorar monopolisticamente o petróleo, para que seus lucros fiquem no País, nele circulem, fomentem o seu desenvolvimento, criem riquezas e proporcionem bem-estar aos brasileiros.

Era uma voz autorizada ecoando no cenário em que se debatia a histórica opção, o Congresso Nacional, onde ele dedicava ao maior problema econômico do País suas derradeiras energias, convencido do grande serviço que prestava ao povo brasileiro.

A votação da lei que criou a Petrobrás, consagrando a exploração estatal do petróleo, foi a vitória final da vida do notável brasileiro. Ainda aí teve de defrontar incompreensões, de ouvir insinuações solertes, de superar resistências suspeitas. Mas hoje os poços petrolíferos (bem haja que tal ocorra no ano de seu centenário!), que vão, a cada dia, revigorando nossas esperanças nesse setor, vão também retificando o julgamento de muitos daqueles que antes o combateram.

Pelas posições que assumiu na defesa das causas mais importantes para o progresso nacional, porque vinculou sua vida e seus esforços aos temas permanentes do País, porque linha fê nas possibilidades do Brasil, porque confiava no seu destino, sua memória só tende a engrandecer-se na gratidão do País.

A cada dia permanece atual. As lutas que enfrentou parecem ser as de hoje e de sempre numa Nação empenhada em devassar os caminhos de seu desenvolvimento e que, a cada êxito conquistado, a cada etapa transposta de sua emancipação, haverá de lembrar a ação precursora de seu grande filho.

Como dirigente partidário, Bernardes deixou não só na crônica política brasileira, como na lembrança de seus comandados, o mesmo exemplo do austero combatente e do democrata. Rompidas as comportas da ditadura em 1945, alista-se na luta pela redemocratização do País. É já um septuagenário, mas mistura-se aos mais jovens e com eles arrosta os trabalhos da campanha. Em seguida, reagrupa os velhos companheiros e reergue, em âmbito nacional, o seu PR, escola de seriedade política em que tantos de nós aprendemos e exercitamos o sacerdócio da vida pública e que para ele era uma outra forma através da qual cumpriu, até o último dia de vida, sua missão.

Ao dizer dele estas coisas, tão distantes de seu mérito, recordo-lhe a figura extraordinária, harmoniosa na postura física e na fidalguia do trato, a contenção dos gestos, o raro sorriso, a palavra firme, séria e exata, no falar e no escrever, o conselho da experiência, a liderança incontroversa, a firmeza das decisões e a autoridade do comando, a implacável honradez, a bravura pessoal, o arrebatado patriotismo, sentido e vivido como uma segunda natureza, a coerência integral, o chefe ao mesmo tempo circunspecto e polido, a grandeza no infortúnio, a discrição nas vitórias, o cristão temente, o mineiro incontaminado, o estadista cuja memória se fixou para sempre na alma da Nação, como aqueles que, na louvação do Grande Poeta, "por suas obras valorosas, se vão da lei da morte libertando".



PEDRO
CALMON



Arthur Bernardes e sua esposa, Dona Clélia

VISÃO, REVISÃO DE UM PRESIDENTE

A visão que tivemos da presidência de Arthur Bernardes, foi de um homem cercado, que brava e discretamente se defendeu na sua trincheira, o Palácio do Catete. A revisão que dele fazemos no-lo apresenta sustentando com autoridade e silêncio, isto é, poucas palavras e serena força, os princípios essenciais ao governo. A estabilidade, o nacionalismo, a coerência. Quando esses elementos básicos se impuseram à desordem como a última linha de resistência da República velha, entendida como tal a República que possuíamos, contra a que desejávamos.

Caracterizava-se Bernardes pelo sentido pessoal da ação, como se sobre os seus ombros de probo chefe municipal pesasse o destino inteiro do País. Conta-nos Afonso Arinos o que profelizou a seu respeito Carlos Peixoto, vendo-o calado e atento na bancada mineira, sem iniciativas nem impaciências, acompanhando o trabalho parlamentar como o coajutor acompanha a missa, sobretudo crédulo, que era a sua maneira de ser disciplinado. — Este aí será presidente da República. De fato, presidente não seria o afoito, não seria o ambicioso, não seria o loquaz; mas o sedentário, o aplicado, o silencioso. Tinha fora isso uma qualidade decisiva: a memória. Positiva para a escalada, foi-lhe negativa no Poder. Exatamente porque não esqueceu, chefe de Estado, a luta travada para conquistá-lo. Cumpriu um designio, superior ao seu arbitrio; mais tarde, uma missão, acima de sua conveniência. Pela primeira vez, foi no Brasil o governo que se fecha, exatamente para não ser o que se rende. A reação absorveu-lhe quase todo o tempo. Reação contra os resultados da campanha presidencial; contra a revolução em São Paulo, na marinha, no sertão; contra as situações implantadas no Rio Grande do Sul e na Bahia; contra os erros da Constituição — mediante a reforma — e contra os efeitos da crise externa — mediante a intervenção no mercado. Até então, ungiu o poder político no Brasil a sacralidade do fato consumado. O próprio marechal Floriano, nos piores dias, quando os canhões da armada rugiam no porto, saía tranquilamente do palácio para a

sua casa no Acurra; de bonde; como o funcionário que se recolhe burguesamente, depois do serviço. Epitácio Pessoa mostrava-se de carro aberto, atravessando a multidão hostil como o bom capitão as águas agitadas, sem receio e sem cautela. Bernardes, não. Havia no seu temperamento calmo extremos de decisão que exigiam a prudência e o mistério: tornou-se um solitário. O Catete deixou de ser uma casa, para ser uma fortaleza; e o governo — um organismo para uma vontade. Precisava de paz para deliberar. Instalou-a, como o seu recurso para vencer. Dominou assim as forças que contra ele se organizaram. Na verdade, adiou para o final do mandato seguinte — o de Washington Luiz — a queda dessa velha República que a seu modo renovou; como se renova, mudando o mobiliário, o lar querido. Não subverteu o regime; afeiçãoou-o à dupla eficácia, da administração vigorosa, primeira de suas realizações, e do primado da ordem, obsessão do seu programa. Porque, ao contrário de vários de seus antecessores, Bernardes trouxe de Viçosa e Belo Horizonte o seu programa. Timbrava-se de austeridade. No estrangeiro, a lônica da independência, que nos fez romper com a Sociedade das Nações em 1925; no interior, a soberania federal, que lhe revelou as possibilidades desconhecidas (ou o potencial iminente). A visão do presidente era em todo caso enigmática para os contemporâneos. Toldava-a a penumbra em que, nas fases de inquietação, se rebusca o governo que golpeia — em vez do governo que manobra. Tem-se a idéia de uma continuidade inalterável, comparando os atos com as intenções, o quadriênio com a campanha presidencial, o Catete com os precedentes, que em 1921 e 1922 fizeram estremecer a pátria. O presidente levava para a ação diuturna a sua conta de contrariedades e obstáculos. Não pretendia anistiar a política, que lhe fora inimiga. Procurou anquilá-la, sem lhe dar quartel. Habitado ao combate — e por ele tantas vezes ferido — prosseguiu-o com uma placidez ajustada ao isolamento e à energia. Dizem que poderia apaziguar. Dizemos que pôde impor-se, depois de negado e inju-

riado nas mais estranhas circunstâncias.

Impos em seguida a sucessão lógica, ou seja, a do governador paulista que o apoiara.

Inclui-se entre os sentimentos apostólicos, a confiança tenaz no seu plano de vida. Viamos o comandante encerrado no seu baluarte; não julgávamos o estadista rodeado de problemas. A emoção pública era sua adversária. Continuávamos admirando os heróis e esquecendo os políticos, como se a solução das questões nacionais dependessem de impeto e não de pensamento: porque, desde 5 de julho de 22, a motivação por excelência era o desafio; o belo desafio da minoria diminuta à maioria inerte. A visão de Bernardes acabava por isso mesmo acanhada e difícil. Salvava o sistema mas perdia a popularidade. A revisão absolve-o: porque se verificou que não se limitara a defender as instituições, por menos que valessem; projetara no tempo a imagem do idealista cuidadosamente oculta na sua fisionomia pragmática. É a diferença que vai entre a verdade e o sonho. A verdade da sua presidência; o sonho do seu espírito. Porque só se conhecerá devidamente o homem, quando fora do poder, e sem as lantejoulas da ocasião, se nos surge límpido na sua fé, autêntico na sua simplicidade, real na sua posição: a nobre posição de quem ainda briga para perder — como brigara para triunfar.

Esse o presidente Bernardes de 1932; e como o encontrei, em 1935, na Câmara dos Deputados, de novo cheio de silêncio e atenção, mas preso, sempre, pela pertinácia de seus compromissos. O maior deles, a nacionalização dos bens industriais, a sua antiga batalha com os ingleses da Vitória-Minas, a sua bandeira certa contra a Hiléia Amazônica, o seu patriotismo profundo e consciente. Revi-o nessas dimensões e nessa importância no dia em que pediu, ao plenário saturado de agressividade partidária, a inesperada sessão secreta. Que nos queria informar o velho Bernardes, naquela assembleia em que também figurava o velho Borges de Medeiros — quando todo o interesse convergia para a política, e se dividia a Câmara em duas colunas

inconciliáveis, amigos e contendores de Getúlio Vargas? Que segredos tinha para nos dizer o ex-presidente da República?

Foi uma decepção para as bancadas; foi uma lição para as gerações.

Bernardes requerera a sessão secreta para ocupar o tempo do expediente chamando a atenção dos representantes do povo para as armadilhas do imperialismo. O seu discurso, ou antes, a sua exposição, era um longo trabalho de pesquisa e desabafo. Pedía que cerrássemos fileiras — e as cerramos facilmente — em torno do nacionalismo que fora permanentemente a sua palavra e sua promessa.

Baixou da tribuna entre palmas. Recolheu-se de novo ao seu mutismo. Os olhos brilhavam-lhe na face pálida como vidraças do passado, que fechava instintivamente a irreverência do presente. Conservava apesar da idade o mesmo físico enxuto, a mesma gravidade natural, a mesma dignidade de outrora. Assim passou pelo mandato legislativo; como passara pelo poder nacional. Extraordinário nele, não era a transformação, mas, pelo contrário, a continuidade. Pensava, na velhice, o que na mocidade sustentara, com a auréola do desinteresse sobre a aspereza do litígio. Dir-se-ia que reivindicava no fim os direitos à sinceridade, que lhe contestaram no princípio. Não se aproximara das fileiras que rijamente combatera. Foram elas que dele se acercaram, nos fluxos indispensáveis à movimentação e à exigência da História. E tanto foi assim, que, no dia de seu enterro, no saguão do Palácio Tiradentes erigido em câmara fúnebre, uma coroa havia, diferente das outras, no meio de tanta flor e tanta pompa. Uma pequena coroa, em cuja fita se lia, que era dos tenentes de 1922 arrependidos — a Arthur da Silva Bernardes.

A visão separou-se. Uniu-os a revisão.

De fato, quem a História revê depois de tempo escoado e dissolvido, quem se ergue em face da posteridade, quem lhe recebe o julgamento, é um grande brasileiro, que teve a desdita de ser candidato contra a opinião, e a glória de ser presidente a bem do Brasil.

PADRÃO DE HOMEM PÚBLICO



SENADOR
MAGALHÃES
PINTO

O Congresso Nacional reúne-se, hoje, em Sessão Solene, para comemorar o Centenário de Nascimento do insigne brasileiro Presidente Arthur da Silva Bernardes.

A Presidência, por si, e em nome da Mesa, associa-se às justas homenagens.

O Presidente Bernardes foi, no curso de sua vida, padrão de homem público na mais exata acepção.

Dele podemos dizer ter sido um lutador incansável, forrado de sólidas convicções.

Iniciou-se jovem, como Vereador na Câmara Municipal de Viçosa, nela exercendo a presidência e, a partir de então, jamais abandonou a vida pública, alcançando, através de lutas e afirmações, a suprema Magistratura da Nação, e, mesmo após esta, continuou na liça, tanto que se elegeu Deputado Federal em 1945, sendo um dos mais destacados constituintes.

Esses dados que relaciono, e que certamente serão desdobrados e aprofundados pelos oradores, citei-os só para registrar a linha fun-

damental da personalidade do Presidente Arthur Bernardes, a de incansável batalhador, visto que presidiu, até a data de sua morte, com oitenta anos, o Partido Republicano.

Conseqüentemente, as homenagens que hoje lhe prestamos não são gratuitas. O eminente mineiro as merece em toda linha, seja por seu altivo espírito, seja por sua expressiva força moral.

Distinguiu-se, ainda, pelo civismo e acendrado patriotismo, assim como por suas virtudes humanas. Dedicou-se de forma ininterrupta à vida política, em busca sempre de um Brasil melhor e mais independente e soberano.

O nome do Presidente Arthur da Silva Bernardes poderá ser, sem favor, legítimo símbolo do movimento nacionalista brasileiro.

A Presidência agradece a presença, nesta Sessão Solene, das ilustres autoridades convidadas, ou de seus representantes.

Ao formular este agradecimento, permito-me registrar, nominalmente, a presença de nosso eminente colega, Senador Arthur Bernardes Filho, que, ao longo de sua vida pública, procurou mirar-se nos exemplos de seu ilustre pai.



SENADOR
ITAMAR
FRANCO

UMA ETERNA LIÇÃO

Toda avaliação histórica é, simultaneamente, uma avaliação do presente. Quando colocamos em debate um problema ou uma personalidade do passado, fazemo-lo com a ótica específica do presente. É por isto, em última instância, que não há juízos históricos conclusivos: em cada julgamento, o sujeito como que se identifica com o objeto, e o que de fato realiza é uma auto-avaliação. Neste sentido, toda a tradição histórica com que dialogamos é contemporânea.

Introduzir estas considerações, na evocação de Arthur Bernardes é imperativo: já sabemos que a história não é um simples exemplo — a história é uma lição. Mas ainda: a sua avaliação é prismática. Como um cristal que faz em torno de seu eixo uma rotação infinita, a interpretação redescobre e redimensiona, também infinitamente, sob o foco do presente, a riqueza do tecido social sobre que incide. Eis por que Bernardes salta da galeria dos construtores da nacionalidade, sob esta lente, e se concretiza singularmente como um contemporâneo nosso, situado numa problemática de cujo desfecho depende o projeto nacional brasileiro para o qual ele investiu significativamente.

Com efeito, este se me afigura o adequado enquadramento de Bernardes na hora presente. Pelo seu próprio testemunho público, trata-se da nossa figura republicana menos apta ao símbolo do morto de sobrecasaca, de que fala Drummond. Pela sua própria vocação histórica, Bernardes recusa necrológicos e apologias póstumas: requer mesmo o comprometimento em sua vinculação patriótica e a restauração renovada de seu credo político-social.

É ilustrativo observar como, no decorrer do tempo e das batalhas políticas, têm variado as interpretações de Bernardes, na medida mesmo em que variam as interpretações do Brasil. Os defensores de uma ordem política autoritária apegam-se ao período presidencial do estadista mi-

neiro, erguendo-o em modelar etapa de conservação da ordem. Por seu turno, os adeptos das molduras mais flexíveis se detêm apenas no exercício parlamentar do último Bernardes, onde localizam o núcleo de um nacionalismo lúcido e conseqüente.

Qualquer das duas perspectivas deforma e mutila o itinerário vocacionalmente socio-cêntrico do filho de Viçosa. Recusar estas imagens esquemáticas é defender a integridade coerente de um trajeto político que resume, nas suas contribuições imanentes, a essência de uma etapa da nossa vida republicana.

Não há dois Bernardes. A coerência do grande mineiro nunca reduziu-se ao esquematismo das fixações. Coerência, para ele, nunca significou um ponto no espaço: significou uma linha ascendente. Coerente ele o foi com as necessidades concretas da Nação, medularmente dinâmicas e mutáveis.

Para chegar à Presidência, Bernardes enfrenta a mais sistemática campanha de vilipêndio e calúnia, encetada sobre o tristemente famoso episódio das cartas forjadas. No topo do Poder, ele herda um conjunto de fricções que atesta a emergência de uma crise estrutural. A efervescência do tenentismo que nascia, as inquietações culturais que decorriam do evento modernistas, a decadência de uma economia monocultora em face de um mercado internacional crescentemente problematizado, as expectativas de novos segmentos que afloravam na sociedade brasileira — tudo isto configurou um pano de fundo que prenunciava a modernização de 1930. Coube à mão de Bernardes o leme da nau que se aproximava da borrasca. Timoneiro indômito, ele manteve rijo o eixo de um poder em desagregação.

Não se discute o ônus desta tarefa. Todos o sabemos. O autoritarismo — veio crônico de uma vertente da nossa formação política, e que

ainda hoje cumpre erradicar — subiu à tona com vigor. A intervenção no Estado do Rio foi capítulo de triste memória. Como de triste memória foram as arbitrariedades cometidas, as violências perpetradas em nome de uma legalidade que se deteriorava.

No entanto, o apego de Bernardes ao jogo constitucional é exemplar. Pessoalmente, fez valer o dispositivo da Carta Magna, o estado de sítio. E se foi insensível aos apelos da consciência nacional para a alta grandeza da anistia, teve a coragem moral de, anos depois, arrogar a si os erros cometidos. Deve-se ressaltar que ele desconhecia a existência da horrenda Clevelândia — o que, como ele mesmo o frisou para conhecido historiador, não o isenta de culpa. Mas a dinâmica do autoritarismo também o envolveu a ele: a partir de certo nível, seus mecanismos tornam-se incontroláveis. O que é uma dramática lição a ser meditada.

De qualquer forma, há o reverso da medalha. Saneou-se o câmbio, inaugurou-se a preocupação com o ensino profissional voltado para a agricultura e — singularmente se esqueceu disto — Bernardes lançou as bases para uma legislação social moderna: coube-lhe a criação do Conselho Nacional do Trabalho e, sobretudo, a implantação das primeiras caixas de pecúlio e aposentadoria, sementes da nossa previdência social.

Um balanço de seu período presidencial, pois, deve excluir visões maniqueístas. Bernardes representou, à época, o máximo de consciência social real — para usarmos o conceito de Goldmann — a que podia ter acesso um homem da elite brasileira. Não há como separar seus erros de seus acertos: neste amálgama fundiam-se as próprias condições do exercício do poder no Brasil.

Sua adesão ao Movimento de 1930 não encerra, portanto, nenhum oportunismo. Ator de

um processo em rápida precipitação, ele foi capaz de assimilar a sua necessidade e a sua urgência. E o seu desassombro, ao solidarizar-se com os constitucionalistas de 1932, custando-lhe a prisão e o exílio, apenas sublinha a dinâmica coerência que sempre travejou os seus combates políticos.

Coerência que se tornaria translúcida no seu trabalho no Parlamento. Dispensamo-nos de evocar detalhadamente as grandes causas de que foi o paladino, por demais conhecidas por todos os que conservam as páginas da crônica parlamentar.

Interessa-me ressaltar que a sua resistência às pressões da Itabira Iron, a sua intransigência diante do mal-famoso intento do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a sua calorosa ação em favor do monopólio estatal do petróleo expressam, tão-somente, a sua concepção global de nacionalidade. O nacionalismo de Bernardes nunca foi uma questão meramente política, quer na defesa dos interesses brasileiros, quer na assunção das legítimas aspirações de Minas Gerais (e recorde, rapidamente, que foi Bernardes quem despertou a sensibilidade de seu Estado natal para as implicações de uma justa e racional exploração de minérios).

Este ponto é de capital importância. O nacionalismo de Bernardes não se esgotava na palavra de ordem da salvaguarda das riquezas brasileiras. Esta era a sua consequência imediata. Mas em Bernardes o nacionalismo derivava de algo mais profundo e mais inclusivo; ele possuía — e nisto reside a sua estatura de estadista — a mais ampla consciência da especificidade da Nação. Em termo mais explícitos: para Bernardes, a idéia de Nação implicava um complexo de valores e comportamentos tendentes a desenvolver os seus traços típicos e irredutíveis. Nação, para ele, não era o Estado ou aquilo a que a Sociologia moderna chama de sociedade civil. Bernardes entendia como Nação um conjunto de valores que se encarnava em atitudes que se dinamizavam na criação de uma comunidade real.

É a esta altura que ele se distancia do anacronismo da xenofobia e, em igual medida, dos que confundem razões de Estado com razões nacionais. Bernardes visualizava a Nação dentro de parâmetros históricos concretos: nunca uma idealidade, mas a conquista de um estatuto de soberania mediante a ação de cidadãos livres.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas: esforço-me por desvencilhar-me de uma imagem convencional de Bernardes. Estou convencido de que nosso patricio se recusaria a ser homenageado como peça de um museu histórico, embora a mais digna. Já fiz referência a Drummond, e retorno à sua simbologia: Bernardes não é um retrato na parede. E retorno, intencionalmente, às observações introdutórias que desenvolvi sobre o julgamento histórico.

Elas são tanto mais procedentes quanto se aplicam a um homem público que teve o raro descortino da sintonia com as exigências da realidade que viveu. O roteiro político de Bernardes, do Governo mineiro ao exílio, da Presidência à Câmara dos Deputados, do autoritarismo dos anos vinte ao constitucionalismo de 32 — este roteiro só é tortuoso sob o prisma do imobilismo. É meridianamente reto e dinamicamente coeso se considerado à luz da petição maior da prática política, ou seja, a percepção das virtualidades e a sua atualização.

Nesta abordagem, o legado de Bernardes fala eloqüentemente ao nosso tempo, a este agora cheio de dilemas e que reclama alternativas.

Trata-se mesmo da lição genuína que se extrai do percurso público de Bernardes: a modalidade de ação política que insere no possível o socialmente desejável.

É isto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas: a dimensão do socialmente desejável, a perspectiva do *dever ser*. Não formulo especulações filosóficas; ao contrário: penso que a exemplaridade de Bernardes radica no fato de ele ter sido capaz — um dos únicos estadistas brasileiros, aliás — de apreender, no cotidiano social, os movimentos catalisadores de novas situações. Bernardes contemplava os fatos como passíveis de serem alterados — concepção sem a qual a ação política se esvazia. Era no fato que a política se legitimava, nunca apenas coonestando-o, mas aceitando-o para transformá-lo.

Isto significa que Bernardes não era dogmático. Encarnou a qualidade máxima do ator político: a flexibilidade. Sabemos que não era hábil em matéria de princípios, âmbito em que jamais permitiu concessões. Mas diuturnamente assumiu seu papel com a certeza das alternativas. Não sacrificou no altar de pretensas verdades absolutas as mutáveis exigências da vida social.

Anima-me a convicção, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de que Bernardes é, sob este aspecto, exemplo e lição vivos que nos compete tornar prática. Periscópio de futuros, antena de eventos a se cumprirem, Bernardes apostava no porvir.

Julgá-lo hoje é julgar-nos.

Na mesma escala em que o pensamos monumento de brasilidade, requisitamos um novo estatuto de convivência sócio-política. Na exata proporção em que o atualizamos, emitimos sobre o presente um juízo de valor.

Aquele estatuto e este juízo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, asseguram-nos que Bernardes, dos brasileiros mortos, está mais vivo do que nunca.

E nos asseguram, prioritariamente, o largo espaço a percorrer, entre o Brasil que temos e a Nação que desejamos. Espaço social de que não estão ausentes declives e limbos, mas no qual — legatários do grande mineiro — se exercitará a nossa capacidade de fazer, das razões conjunturais e episódicas de Estado, as razões estruturais e duradouras de um povo livre e responsável por seu próprio destino.

Este, Srs. Congressistas, é o Bernardes que vejo: uma eterna lição de história. (*Palmas prolongadas.*)



DEP
JORGE
FERRAZ

A SERVIÇO DA NAÇÃO

Não pretendo, nem me parece adequado o momento, traçar, mesmo em suas linhas fundamentais, a biografia do eminente brasileiro e mineiro Artur da Silva Bernardes, mas desejo, respeitoso e comovido, dizer, sobretudo às novas gerações de políticos nacionais, quanto pôde realizar um homem público contra quem se armou o mais vasto arsenal de intrigas e de injúrias, jamais oposto a quem quer que, na vida partidária, houvesse seguido o rumo do serviço da Nação.

Sobrepondo-se a todas as misérias e vencendo, um a um, todos os empecilhos solertemente criados para embaraçar-lhe os passos, Artur Bernardes, cujo centenário de nascimento hoje e aqui celebramos, ganhou a batalha contra a insídia e a ma-fé e, agora, vem-se firmando na História do Brasil a sua invejável reputação.

Com rara emoção falamos e exaltamos a figura deste grande brasileiro que foi o Presidente Artur Bernardes. Pelas suas mãos ingressamos na vida pública ainda jovem, gozando de sua relativa intimidade e de sua confiança, quando pudemos auferir os ensinamentos de sua ação pela honradez, austeridade, espírito público, solidariedade aos seus amigos e correligionários e sobretudo o acendrado amor à sua Pátria, a quem dedicou todos os instantes de sua vida.

Nascido nas Minas Gerais, Bernardes incluiu no tipo rural definido por Paulo Pinheiro Chagas no seu estudo sobre a formação do povo mineiro, o minerador e o rural.

Diz Paulo Pinheiro Chagas:

“O espírito de aventura, o amor à liberdade, o gosto pelas sedições, o culto da arte, a intemperança, o jogo, a alegria, a facúndia, a indiscrição, a forma, o sonho, o ímpeto, pertencem aos homens da primeira espécie. Definem os da segunda a afeição à estabilidade, o respeito à autoridade, o senso grave da ordem, o apego da ciência, o comedimento, a economia, a severidade, a palavra curta, o bom-senso, a substância, a razão, o método. Lá, o indivíduo extrovertido, de espírito comunicativo, um tanto trêfego e inconseqüente, com ares de espadachim e poeta. Aqui, o introvertido, ensimesmado e formalista, cioso de seu patriciado rural, com atitudes de fidalgo e filósofo. E em ambos, sem embargo das diferenças, a mesma pureza de costumes, a mesma lhanza no trato, o mesmo acatamento à palavra empenhada, a mesma tradição hospitaleira, o mesmo horror ao arbítrio, tudo aquilo, em suma, levaria Saint



*Instantaneous tirado no recinto do Senado, a 6 de 7 de
de 1929, quando fazia o 2º discurso em resposta ao
Senador A. Aguiar. Rio, 8-7-29.
Arthur Bernardes.*

Hilaire a evocar "os meus bons mineiros" e Torres Homem a defini-los como "varões singelos e grandes."

E após considerações de vária ordem, Paulo Pinheiro Chagas traça este paralelo com que a cultura — tomada a palavra em seu sentido sociológico — diferenciaria duas figuras representativas daqueles tipos humanos em que se divide a gente de Minas, Bernardes e Juscelino:

Em Bernardes, o povo é quase uma questão de forma; em Juscelino, quase uma questão de fundo: assim como se Bernardes o adivinhasse e Juscelino o compreendesse. Para Bernardes, já Parlamentarista, o ideal seria a democracia inglesa, com sua pragmática; para Juscelino, ainda presidencialista, o modelo seria a democracia americana, em sua linhagem revolucionária. Bernardes, pautando a vida com o método e a sistemática dos cafezais de Viçosa, Juscelino, orientando a sua com o tumulto e a inquietação das lavras de Diamantina. Bernardes, sem esquecer a indústria, concentrando-se nos problemas da lavoura; Juscelino, sem esquecer a lavoura, concentrando-se nos problemas da indústria. Bernardes, mais voltado para o céu; Juscelino, mais voltado para a terra. Bernardes, como Maomé, antes preferindo curar a alma do povo; Juscelino, como Roosevelt, antes preferindo enriquecê-lo. Em Bernardes, a rigidez de um sistema; em Juscelino, a plasticidade de uma teoria. Bernardes, grave como um teorema; Juscelino, alegre como uma janela aberta."

Presidente do Estado de Minas Gerais quando faleceu Rodrigues Alves, a quem o País conferira a honra insigne e inédita de reelegê-lo para o Supremo posto, Arthur Bernardes foi sondado para ser o sucessor a quem compôs terminar o quadriênio do grande paulista. Austero e grave, Bernardes recusou o convite, sob a alegação de que ainda não houvera cumprido os seus deveres para com a terra natal. A verdade, porém, é que o jovem chefe da política mineira não nascera para ser substituído, fosse lá de quem fosse. Seu sonho, como Presidente de Minas, era mesmo a Presidência da República; mas só admitia chegar ali como expressão majoritária nacional, e para cumprir integralmente o mandato havido.

Foi essa firmeza no objetivo predeterminado, por parte de Arthur Bernardes, que ensejou o interregno nordestino, tão lúcida e tão brilhantemente preenchido por Epitácio Pessoa. Bernardes sabia, com certeza absoluta, que São Paulo não poderia aspirar à sucessão de Epitácio, pois o ilustre paraibano fora eleito para completar o tempo do paulista Rodrigues Alves. Bernardes sabia, com certeza absoluta, que, chefe do Governo e da política de um grande Estado, se diminuiria politicamente se chegasse ao Catete como simples substituído. Bernardes sabia, com certeza absoluta, que só empolgaria o poder, para dirigir de fato, conquistando a Presidência como um direito da política mineira, de que ele era o legítimo chefe e guia.

Ninguém, no Brasil e então, com a subida de Epitácio Pessoa ao Governo da República e, logo depois, com a ascensão de Raul Soares à Presidência de Minas Gerais, duvidava de que Arthur Bernardes seria, fatalmente, e dentro das regras do jogo político que então vigiam, o futuro chefe da política nacional. Tão óbvio era a ascensão de Bernardes ao primeiro posto, que os eternos insatisfeitos, capitaneados por um jornal que sempre se arrogou o direito esdrúxulo de indiciar os futuros Presidentes, desde logo começaram a tramitar todas as infâmias e todas as torpezas para invalidar a justa pretensão de quem já marcara sua presença insigne na vida pública.

Enganaram-se todos quantos viam no habilíssimo político montanhês, nada mais do que um advogado de província, cuja boa estrela, e apenas a boa estrela, lhe iluminara a já gloriosa caminhada.

Filho de família da melhor estirpe, mas família desprovida de recursos materiais, o menino de Viçosa cedo amanheceu no trabalho e no estudo, conscientemente alertado pela vigília paterna, de que só um e outro lhe abririam as primeiras picadas, que ele haveria de transformar nas ensolaradas e largas avenidas que tão brilhantemente construiu.

Rivalizava, na meninice e na juventude, o estudante com o laborioso auxiliar de contabilista. Enfrentando os mestres de Ouro Preto e a legenda do Caraça com a mesma firmeza e com o mesmo empenho com que se havia perante o "Caixa" e o "Razão", o jovem montanhês ia se abeberando dos segredos das humanidades e dos mistérios das finanças, a umas e a outras dominando com método, disciplina, engenho e cuidados exemplares. Chegou a São Paulo, em cujas tradicionais "Arcadas" ingressaria, bem servido de vivida experiência comercial e bem arrimado nos preparatórios que conquistaria, sobretudo servido de dois grandes amparos: o conhecimento da língua e o sentimento da liberdade, tão grato aos mineiros.

Todos os contemporâneos registram, sem discrepância, que Arthur Bernardes foi sempre austero e grave, sendo ao mesmo tempo suave e acolhedor. Sua austeridade não animava à intimidade; sua gravidade não fazia sequer concessões à gíria. Mas a doçura com que a todos tratava, dentro de sua amável linha de compostura física e moral, aliada à sua infinita capacidade de ouvir, assinalavam nele a presença do chefe, do guia, do líder que ele sempre foi.

Estudante de Direito, em São Paulo, Arthur Bernardes firmou logo reputação de bom estudante e de soldado ativo da República. O jornalismo, acadêmico ou não, teve-o como um de seus cultores, mesmo em temas excessivamente polêmico. E seu nome se inscreve, como uma legenda, na grande sociedade secreta dos estudantes pau-

listas. Foi com esses adendos laterais que o rapaz de Viçosa venceu o curso jurídico e regressou às bases municipais, sua terrada eleição e onde forjaria as armas com que conquistar, na carreira política, todas as posições que só o regime democrático permite ao homem comum.

Novamente plantado em Viçosa, suas raízes se aprofundaram, e o arbusto, que se transformara em árvore nova, iria transmutar-se no imbatível Jequitibá venerável. A semente do estadista fora plantada, e a sua germinação, como o florescimento e a frutificação, seriam apenas obra do tempo.

Militando na Oposição — a quem tudo se negava — Arthur Bernardes assinalou o seu primeiro triunfo na carreira política, elegendo-se Edil. Sua forte personalidade, embora em tão verdes anos, levou-o à chefia executiva do seu município, espantando tanto os seus quanto o Governo, pela sua perícia nos assuntos financeiros e econômicos, em que se aprofundara, e pela obra de administrador que empreendeu e realizou.

O passo seguinte era óbvio: a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Arthur Bernardes seguia todos os degraus que fazem, e só eles fazem, o verdadeiro mestre na política e na administração. A cultura acadêmica e a experiência contábil seriam pouco, se lhes faltassem as etapas que formam o estadista. Sempre austero e sempre grave. Artur Bernardes impôs-se no seio do parlamento estadual. Forjava-se, naquele centro tão político, o futuro chefe incontrastável. Moço ainda, muito moço mesmo, sempre vestido com apuro e com esmero, gestos sóbrios e palavras sempre medidas e pesadas conscienciosamente, o jovem político de Viçosa assentava uma reputação que só fazia crescer. Cumprindo o currículo da vida pública, como Vereador, como Deputado, estadual e federal, como Secretário de Estado, Arthur Bernardes foi-se identificando como natural predestinado ao comando do legendário Partido Republicano Mineiro.

Era o tempo da "Tarasca", onde dominava, absolutos, os legendários condutores da política mineira. Ali tinham assento os Bias Fortes, os Buenos Brandão, os Andradas, os Braz — toda a velha cepa montanhês de tantas e tão ilustres tradições na vida pública do Brasil e de Minas Gerais. Amadurecido no trabalho e no estudo, escutado de uma já longa vida partidária de militante assaz ilustre, Arthur Bernardes, numa idade quase insólita para as tradições mineiras — pois era homem apenas entrado nos quarenta anos — empolgou o Partido e se projetou como o natural candidato ao Governo do Estado, que conquistou quando terminava, na Europa, a primeira grande guerra mundial.

Foi então que se tornou brasileiroamente conhecido o grande nacionalista que sempre foi Arthur Bernardes.

Convenhamos, com a verdade, que Arthur Bernardes é o primeiro grande nacionalista do Brasil republicano! Convenhamos igualmente, que o fenômeno das multinacionais, hoje em moda, nem é recente nem é novo.

Relembremos um episódio, deveras edificante. Reinando Epitácio Pessoa no Catete, onde sucedia à legenda em que se transformara, e muito justamente, Rodrigues Alves, e tendo, antes de sua posse, largamente tratado com potências políticas e financeiras da Europa, pretendia o Governo da União aumentar o volume das exportações dos ricos minérios das Alterosas, forma rápida de adquirir divisas fortes para o País. Os compradores concordavam com o desejo de Epitácio Pessoa, mas impunham uma medida: que Minas Gerais diminuísse de três mil réis para trezentos réis o imposto que gravava a exportação do minério. Consultado, Bernardes não tergiversou: Minas concordava com a diminuição do imposto, sim; mas exigia, como contrapartida, que os exportadores passassem a produzir, em terras mineiras, 150 mil toneladas, por ano, de ferro forjado.

Parecia-lhe, então, que Minas Gerais não podia dedicar-se à indústria de "abrir buracos", sem o prêmio de ganhar, como compensação, a sua indústria siderúrgica.

E ainda hoje, nos dias atuais, a história se repete.

Uma multinacional — a HANA — apoderou-se, de maneira inexplicável, nos últimos dias do governo Castello Branco, de cinco jazidas em nosso Estado, e que o então Governador Magalhães Pinto lutava para assegurar o ato do saudoso Ministro Gabriel Passos, que cassara a concessão destas jazidas requeridas pela antiga São João del-Rei, Mine Company. Hoje exporta em massa nosso minério, com uma tributação irrisória que é o Imposto Único sobre Minério, quando também hoje entendemos que a exportação de minério deve constituir "um meio e não um fim" para evitar que continuemos com o estigma de país exportador simplesmente de matéria-prima, e por isso mesmo, preso a esta característica de país subdesenvolvido.

Dessa posição nacionalista, indormida defensora dos interesses maiores do Brasil, nada ou ninguém jamais afastou o combativo e tenaz líder montanhês.

Escuso-me — porque me repugna recordar — relembrar à Casa ou dizer aos moços o que foi a mais vil e a mais torpe de todas as campanhas políticas jamais havidas no Brasil. Apenas insisto em que aquele de quem se dizia "eleito", não toma posse; empossado, "não governa", foi o mesmo homem que entrou no Catete sob vaias e apupos e foi levado à última morada entre as bênçãos e os louvores dos que o destratarem, mas que se restarem do mau momento fazendo-se acompanhar de seus filhos e de seus netos, mostrando-lhes o corpo inanimado do grande batalhador pela soberania e pela independência do Brasil.

Presidente da República — Arthur Bernardes dignificou o cargo e honrou a Nação. Herdeiro de crises civis e militares, triste legatário de uma infeliz realidade econômica, tendo contra si as resultantes nefastas de uma sórdida exploração publicitária, que eu não temo de definir como criminosa-

mente dirigida, nem por isso o homem de Viçosa se intimidou. Sequer mesmo vacilou no cumprimento de seus deveres. A parte sadia do País — que é a maioria — logo indentificou no prócer mineiro o guia seguro e firme, o "Homão", para servir-me de uma expressão assaz definidora de Gilberto Amado.

No Presidente Bernardes corporificou-se o estadista.

Com a mesma mão ferrea com que impôs um fim, imediato e rapidíssimo, às obras irrealísticas no Nordeste, que o bairrismo de Epitácio Pessoa bem justificava, com aquela mesma mão férrea implantou dois mil quilômetros de ferrovia, que tanto beneficiaram a economia brasileira. Hoje — em plena "Revolução desenvolvimentista" — todos estão acordos em que a política ferroviária do grande mineiro, se continuada, teria dado outro destino ao País.

Deve-se a Bernardes — e é bom que se recorde a história — a implantação oficial da política social. Foi ele o inspirador, e, mais do que inspirador, o autor das leis que criaram os primeiros Institutos da Previdência Social, cuja direção, registre-se, era, por lei da competência exclusiva dos próprios beneficiários.

Sempre se falou — e nunca ninguém foi além das palavras — na imperiosa necessidade de reformar-se a Constituição de 1891. Rui Barbosa, o oráculo, ele mesmo se dizia revisionista desde o dia 25 de fevereiro de 1891. Mas Rui, em verdade, nunca foi Governo! Pois bem: Bernardes fez a reforma.

— E por que fez?

Quem quer que conheça um tanto de nossa história política, sabe bem das "caudas orçamentárias", talvez o maior escândalo público de nossa primeira República. Era ali — nas "caudas orçamentárias" — que cabiam todas as impertinências. Negócios e "negocistas", nomeações de parentes e amigos, demissões de inimigos, tudo cabia naquele item, objeto de todos os acordos, de todas as composições, acordos e composições que eu sublinho, para não acrescer-lhes adjetivos que me pungem.

Era tão pungente mesmo o triste espetáculo que Epitácio Pessoa, jurista e afeito à lei, não trepidou em vetar todo o Orçamento, num gesto inédito no Brasil, raríssimo em todo o mundo.

Quase em meio de seu Governo, quando já realizara obra robusta e duradoura, foi Bernardes acometido por um outro Cinco de Julho. Velhas brasas dormidas se reacenderam para morrer, gloriosa mas tristemente, nas areias de Copacabana. Foi fazendo o rescaldo do incêndio que a insânia de certa imprensa indesejada novamente fizera lavrar sobre a jovem oficialidade do Exército, que Arthur Bernardes prosseguiu na sua tarefa de estadista.

Dedicado à recuperação do crédito brasileiro e ao saneamento de suas finanças, do mesmo passo que cuidadoso de pacificar a família nacional tão largamente malferidas por duas revoluções cruentas, o estadista que Minas deu ao Brasil avançou-se sobre si mesmo. Debruçou-se, sobretudo, no esforço maior de recuperar o Brasil para os brasileiros; de acalmar a política, para que o País progredisse.

Para tanto, teve que usar o dispositivo constitucional do Estado de Sítio.

E Dario de Almeida Magalhães, velho companheiro do ex-Partido Republicano, teve a oportunidade de afirmar:

"no quadriênio 22/26 não se fechou o Congresso e todos os discursos ali proferidos por uma Oposição combativa, foram divulgados pela imprensa, não se aposentaram Ministros do Supremo Tribunal Federal; mantiveram em funcionamento as nossas instituições representativas."

E nós acrescentariamos hoje: — apesar de todas as dificuldades, a ordem pública e a soberania nacional foram resguardadas.

Foi Bernardes amado e odiado. Amado pelos seus seguidores muitos até fanáticos, e pelos conservadores, porque representava a garantia da ordem e a estabilidade das instituições; e odiado pelos que dele divergiam, e os que foram punidos implacavelmente pela polícia do Governo, o inventor das prisões políticas. (Hélio Fernandes, na História da República Brasileira.)

E esta citação me faz lembrar, há perto de um mês, na Cidade de Serro, num convívio de três dias com o referido historiador Hélio F. Silva, nas homenagens prestadas ao jornalista José Aparecido, da qual participaram dezenas de jornalistas e intelectuais de todo o Brasil — confidenciava-me Hélio Silva: "Deputado — em certa época, ainda adversário de Bernardes e jornalista na Câmara Federal, interpelei o ex-Presidente a respeito da "Clevelândia" — e a resposta foi essa: "vim a saber, a posteriori, de que presos políticos foram levados a presídios. Se o soubesse, na época, não o teria permitido. Mas como tais prisões foram feitas por autoridades do meu Governo, assumo toda a responsabilidade sobre tais atos — pois era o chefe do Governo — apesar de condená-los."

Austero e grave, como de seu feito, não promovia festas, não angariava presenças estrangeiras ilustres, não se mostrava homem de sociedade. Artur Bernardes não tinha o gosto das doces amenidades do poder, amava o poder para realizar o futuro de sua Pátria. Era um rude trabalhador, que fazia trabalhar também aos outros.

Daí por que, ao fim do seu agitado, mas imensamente profícuo quadriênio, pôde entregar o Governo a Washington Luiz, que encontrou a Casa em ordem e as finanças sadias.

Mas para falar sobre as realizações de seu Governo no Estado e na República seria necessário um vasto compêndio que o momento não comportaria. E para falar na vida e na obra do Presidente Arthur Bernardes nós nos perdemos no tempo e no espaço, vindo à memória fatos de matrizes



excepcionais de ordem política, filosófica, econômica, social e histórica, pois foi ele, sem dúvida, um grande, um brasileiro, que colocou todos os momentos de sua vida a serviço da Pátria.

Os homens públicos, os verdadeiros líderes, sofrem o julgamento da história. Mas este julgamento só pode ser feito após o decorrer do tempo. Assim também se expressou em conferência realizada em Belo Horizonte o ex-Governador de minha terra, o Professor Clóvis Salgado, dizendo:

“só o tempo, trazendo à cena novas gerações não comprometidas e esvaziando os acontecimentos de seus aspectos secundários e enganosos, permitirá que a verdade surja em plenitude, incontestável, com o selo da autenticidade histórica.”

No caso do Presidente Bernardes, a falta de perspectiva é evidente. Os vinte anos decorridos após a sua morte ainda não apagaram as chamas das paixões desencadeadas contra o seu agitado quadriênio. Muitos de seus amigos incondicionais, e também de seus adversários declarados, continuam vivos e irredutíveis em suas posições. A personalidade forte e as convicções firmes, que nortearam a ação política do Presidente, haveriam de cavar um profundo fosso entre ele e seus constantes. Fosso escavado por lutas sangrentas e mantido aberto pelos princípios que animavam as facções, o tempo ainda não pôde, de todo, preenchê-lo. De todo, não mas em parte sim. A justiça da História já reconheceu a honestidade de propósitos dos contendores, nas revoltas militares de 1922 e 1924. Os erros cometidos, de um e outro lado, não o foram por motivos subalternos. Ao contrário, as razões superiores, pelas partes invocadas, justificavam a disputa inglória e lamentável.

As famosas cartas falsas, como tais posteriormente reconhecidas, no começo foram por muitos consideradas verdadeiras. As paixões cegavam os espíritos de homens de boa-fé. A oficialidade jovem, generosa e brava, ofendida em seus bríos, levantou-se em armas para defender o que acreditava ser a honra do Exército. Historicamente, ou seja, em suas conseqüências danosas, as cartas falsas funcionaram como se verdadeiras fossem. Por seu lado, o Presidente Epitácio Pessoa — 1922 — e, depois, o Presidente Bernardes — 1924 — entendiam de seu indeclinável dever a defesa da autoridade legalmente constituída e a manutenção

da paz e da ordem pública. A revolta dos tenentes, marcada para sempre pelo sangue dos heróis do Forte de Copacabana, não encontrou ressonância no seio do povo nem apoio nos comandos militares. Por isso, teria de fracassar, perdendo-se na aventura inconseqüente da Coluna Prestes. Ninguém, entretanto, deixou de reconhecer, à rebelião dos Tenentes, o sentido da honra e dignidade a que a juventude inespiciente e confiante dava um toque de contagiante simpatia.

De 1927 a 1930 — já eleito e empossado Senador por Minas Gerais — Arthur Bernardes conheceu o único período relativamente calmo de sua longa existência. Relativamente calmo, sim, porque, regressado da Europa e em pleno exercício de seu mandato senatorial, teve de se medir — e sempre com vantagem — com os gratuitos acusadores, que eram, como não podiam deixar de ser, os mesmos que outrora freqüentavam o Catete em busca de favores e benesses, pessoais e partidários.

Com a Revolução de 1930, começa a última, e talvez a mais brilhante etapa do velho lutador. Inconformado, como quase toda gente, ante a decisão unipessoal de Washington Luiz, qual a de fazer um outro paulista Presidente da República, repudiando, na sua teimosia e no seu ânimo pré-concebido a antiga solução da “política do café-com-leite”, Bernardes animou a Aliança Liberal, de que resultou o lançamento do nome de Getúlio Vargas, fato gerador da maior cisão jamais conhecida pela política do Brasil.

Está na memória de toda gente os fatos de então. Contestada a vitória de Júlio Prestes, só havia o recurso das armas. E quando Borges de Medeiros já aceitava, oficialmente, o fato consumado, Arthur Bernardes, falando por Minas Gerais, animou a insurreição, que se fez vitoriosa, como, e ainda, foi o redator final do famoso telegrama que decidiu a Junta Militar a entregar o Governo ao prócer rio-grandense.

Góes Monteiro, no Mundo Ilustrado de 04-12-30, dizia em entrevista:

“não fossem Borges de Medeiros, no Sul, e Arthur Bernardes, em Minas, não teria havido a Revolução — 1930 — e para completar o triângulo que se forma sempre ao recordarmos a epopéia libertadora vem a figura de Oswaldo Aranha, com traço de união entre o Sul e o Centro.”

Depois, foi a ditadura gaúcha, que levou São Paulo às armas, sempre com o apoio de Bernardes. E veio a Constituinte de 1934 com o grande mineiro na Câmara Federal e veio o golpe de 37, com Bernardes exilado e perseguido. Mas o tempo correu, a democracia se impôs ao fascismo e ao nazismo, e o Brasil se reencontrou com a liberdade, elegendo ainda uma vez Arthur Bernardes Deputado Federal.

O grande estadista, já avançado nos anos da vida, uma vez ainda alçou-se às alturas onde só podem pairar os bem-dotados, os esclarecidos e os patriotas.

Austero e grave, como sempre, foi o grande capitão da luta parlamentar em defesa de três princípios nacionalistas, hoje formosas realidades. O moço nacionalista de Viçosa reafirmou-se no velho batalhador do nacionalismo insubstituível.

E era de ver-se o ardor e o entusiasmo com que Arthur Bernardes se atirava contra o projeto da PETROBRÁS não monopolista; e era de admirar-se a combatividade do mineiro ilustríssimo na defesa da soberania do Brasil e na salvaguarda da Hiléia Amazônica; e era de aplaudir-se o calor e a bravura de seus pronunciamentos em favor do resguardo das riquezas minerais do subsolo. Moços, e não muitos moços, todos ouviam com respeito e com admiração a palavra oracular de Arthur Bernardes na sustentação lúcida, firme, robusta e convincente dos princípios nacionalistas por que sempre se batera.

O Vereador Municipal, o Deputado Estadual, o Secretário de Estado, o Senador, o Governador de Minas Gerais e o Presidente da República — aquela soma imensa de experiência, de cultura e de patriotismo — tudo se corporificou no combativo Deputado, encanecido e venerando, mas sempre o estadista posto ao serviço das melhores causas do Brasil de então, e do futuro.

Só então, vendo àquele pelejador sem medo e sem mácula, do alto de sua velhice ilustre, freqüentado esta tribuna parlamentar e concedendo suculentas entrevistas aos jornais — sempre na defesa do que o seu sentimento nacionalista impunha ao seu caráter e ao seu dever de homem público — se pôde fazer justiça ao compatriota que fora, outrora, a mais violentada de todas as vítimas já conhecidas na prática da política brasileira.

Velhos e moços puderam, então, bem compreender a enormidade dos sofrimentos impostos àquele que tivera a surprema coragem de parecer duro apenas para salvar a ordem pública e as finanças nacionais.

Arthur Bernardes, pelo respeito que infundia, pela legenda que era, aguçou o interesse coletivo em favor da causa nacionalista. O Parlamento apoiou-o, como o apoiou o povo, do esforço hercúleo do grande estadista das Alterosas, já no crepúsculo da vida, resultou a legislação que hoje fundamenta a proteção de todas as grandes riquezas naturais do Brasil e que é, fora de dúvida toda a base da política nacionalista dentro da qual haveremos de afirmar a nossa presença na convivência mundial.

Arthur Bernardes, batido pelos anos, viu a hora de encontrar-se com o seu Criador. Católico, praticante e crente, sempre lamentou haver dado mais aos homens do que a Deus. Nunca escondeu seu dissabor entre o fato de que a vida pública lhe exigia todas as horas, deixando-lhe raríssimos instantes para o serviço da sua fé e do seu Senhor.

O povo — o povo mesmo, como massa e como elite — compreendeu o grande homem e festejou, nele, o estadista que Minas deu ao Brasil. Seu sepultamento, no Rio, foi uma apoteose. É que sabiam os humildes, como sabiam os ilustres, que Arthur Bernardes serviu, com amor e com entusiasmo, com dedicação e com coragem, ao Brasil que tudo lhe merecia, e tudo lhe mereceu. O Ministro Pereira Lima, outro velho companheiro na época de sua morte, teve a oportunidade de dizer:

“ainda estava em ascensão a sua vida pública quando parou o seu coração; mas o espírito nunca fraquejou, porque ele não sabia capitular. Seu esforço não foi estéril e se projeta sobre nós, em plenitude, e cita Carlyle em conceito maravilhoso: quando a nosso lado, viveu um homem bom e nobre — nunca é ele, a nós, completamente arrebatado; deixa atrás de si um vestígio luminoso, semelhante a essas estrelas apagadas que da terra ainda se vêem, depois de muitos séculos.”

Evocando-o, como velho companheiro e chefe, eterno admirador, felicito-me da honra de fazê-lo nesta Casa, em nome do meu Partido — do Movimento Democrático Brasileiro.

Terminando, nunca seria demais reproduzir aqui aquele documento sublime de humildade e de fé e de beleza de sentimento que nos legou nos últimos momentos de sua existência:

O fim do homem é Deus, para o qual devemos preferentemente viver. Eu, porém, vivi mais para a Pátria, esquecendo-me Dele. A ele devemos contas do uso que aqui fizemos de nossa vida — e eu a tive longa.

Receioso de não poder resgatar minha falta no pouco tempo que me resta, apesar de sua infinita misericórdia, peço aos meus amigos, correligionários e brasileiros de boa-vontade, que me ajudem a supri-la com a sua prece.

E a minha prece mais ardente, como os meus votos mais puros, são no sentido de que o grande Presidente Arthur Bernardes, o grande crente, o religioso puro, haja encontrado o seu justo lugar à sombra da infinita misericórdia de Deus.



DEP.
JOÃO
NOGUEIRA
DE REZENDE

ACIMA DAS PAIXÕES

Quem se der ao trabalho de examinar a vida pública de Arthur da Silva Bernardes, quando ainda muitos de seus opositores estão vivos, terá que repetir o apelo de Maquiavélli em sua tertúlia com Francesco Vettore:

"Peço-vos que ouçais com paciência as minhas razões, tanto as que me fazem duvidar que estejais certo, como as que me fazem ter a certeza de que estejais errado"...

Quando em 15 de novembro de 1922, Epitácio Pessoa transmitiu a Arthur Bernardes a faixa presidencial, lamentou que ele não se agüentaria 24 horas no poder. Ameaçado pela revolta Armada, devido ao convite de civis para as pastas militares, Epitácio os desafiou a perturbarem a ordem contra o uso incontestável do seu direito de nomear.

No dia seguinte, o *Diário Oficial* publicava a nomeação dos dois civis, Pandiá Calógeras, para a Pasta da Guerra, e Raul Soares, para a Pasta da Marinha. Apaziguados os ânimos, surgiu a Questão Militar, envolvendo o Marechal Hermes da Fonseca. A sucessão dos Estados do Norte, especialmente a Bahia, num clima de rebelião, levou o Governo Epitácio Pessoa a decretar a intervenção federal. Não menos violenta foi a situação em Pernambuco. A sucessão presidencial da República complicou ainda mais o agitado triênio do grande Epitácio. O episódio das cartas falsas, cuja falsidade foi posteriormente confessada pelo seu autor, que atribuía a Bernardes injúrias jamais feitas por ele às Forças Armadas, transformara-se numa grande arma política, na tentativa de impedir o reconhecimento e a posse de Arthur Bernardes na suprema magistratura do País. O Clube Militar, onde pontificavam adversários de Bernardes, tornou-se o centro da agitação. Reagiu o Governo, fechando o Clube e prendendo seu Presidente, o Marechal Hermes da Fonseca. Em seguida, a revolta dos 18 do Forte. Segue-se ainda a tentativa de sedição por parte de elementos da Aviação Naval. Desafiado por essa situação, Epitácio pediu ao Congresso Nacional o Estado de Sítio, que vigoraria até 31 de dezembro. E depois resolveu intervir no problema do reconhecimento pelo Congresso Nacional da eleição de Arthur Bernardes.

Aos líderes políticos mais entusiasmados pela candidatura Bernardes, Epitácio afirmava:

"... A situação é grave. Acabamos de sufocar uma insurreição em seu começo. Apesar de nosso triunfo, a agitação continua. Continuam a conspirar. Mas consegui organizar a guarnição com elementos de confiança, de modo que é possível, com grandes cuidados, levar as coisas até 15 de novembro. Infelizmente é certo: o Arthur Bernardes

não se agüentará 24 horas no Catele. Teremos, pois, a revolução, a anarquia e o mais que se pode prever. A desistência do Bernardes seria a solução..."

A proposta era para que Bernardes fosse reconhecido pelo Congresso, renunciasse depois, abrindo campo a nova eleição Presidencial.

A resposta de Arthur Bernardes veio dar relevo à sua grande personalidade. Disse ele em carta a Raul Soares, feito intermediário das mensagens:

"... Mais que ninguém você sabe que não ambiciono postos de Governo, cujas glórias efêmeras só podem seduzir aos que não lhe conhecem as agruras e dificuldades, máxime nesta hora de deliquescência moral, de anarquia mental, de dissolução política, de gravidade da situação financeira e econômica, e de contínuas ameaças à ordem pública e à estabilidade do regime. Se, portanto, eu pudesse ouvir apenas as aspirações do meu comodismo e de minha segurança, claro está que me apressaria em abraçar com prazer o alvitre suscitado na reunião do Palácio. A hora excepcional que estamos vivendo não comporta, porém, aspirações egoístas e deliberações de ordem pessoal; impõe, ao contrário, o sacrifício das pessoas em prol dos interesses viscerais que se acham enpenhados na contenda. E o sacrifício pessoal, no caso, não consiste, evidentemente, em uma renúncia diante do perigo, mas em uma serena resistência patriótica, na qual as pessoas correm grandes riscos, mas, ainda quando sacrificadas, não se subvertem princípios da nossa existência política.

Eleito como fui, por inequívoca e incontestável maioria do eleitorado brasileiro, no mais disputado e livre dos pleitos presidenciais, posso eu — sem traição ao mandato de tamanha significação — consentir que se anule o pronunciamento da Nação? Posso eu fazê-lo, quando o único argumento para tal passo é que a ilegalidade e a anarquia entenderam de vetar a vontade nacional? Se o sentimento que eu tenho das responsabilidades não se obscurece e não é errada a certeza que alimento sobre as tremendas e irreparáveis conseqüências de semelhante fraqueza, a resposta negativa se impõe ao nosso patriotismo. Renunciar o presidente eleito, por ato espontaneamente seu, em bem de interesses superiores, sem imposição e sem condições, é coisa compreensível, que pertence ao foro íntimo do interessado, ao sentimento pessoal de seu dever para com a Nação e às correntes políticas que o tenham apoiado e continuem leal-

mente ao seu lado. Mas negociar o reconhecimento pelo Congresso, mediante o compromisso de uma renúncia ulterior, e isto sob pressão revolucionária, seria ato que toda a Nação profligaria como um arranjo político, em que se afogavam as liberdades públicas e se subtrai o mandato presidencial das mãos do povo para as dos promotores da desordem.

Não tomo sobre mim o encargo de aprovar o alvitre sugerido em tal sentido e prefiro o não reconhecimento, puro e simples como uma deliberação do mundo político, a uma renúncia aconchavada nos termos propostos.

... Se a ordem periga, se elementos militares e políticos contra ela conspiram, conforme foi dito na última reunião, melhor seria que isso fosse dito à Nação, ao seu eleitorado e ao seu povo, para que se precavenham e se preparem para defesa do regime contra as revoluções.

Não faltarão aqui, nem nos demais Estados, assim como no Distrito Federal, legiões de brasileiros prontos a sacrificar-se pela ordem constitucional e pela das forças armadas que se conservam fiéis aos seus deveres constitucionais. Floriano assim venceu.

De minha parte e do Estado que governo, não faltará ao Governo da República o apoio político, ainda quando para isso tivéssemos que arrastar a impopularidade, como por vezes sucedeu.

... Diz-me você, finalmente, que o Dr. Epitácio assegurou que tem tomado as providências para a posse do Presidente eleito, e que a 15 de novembro lha assegurará, mas não acredita que ele se mantenha 24 horas. Atenta-me a esperança de que o futuro governo não demereça do atual, no firme propósito de cumprir com o mais elementar de seus deveres. Se, como foi dito, toda resistência for baldada, e o governo deposto, não vejo em que a deposição, com luta, seja mais nociva aos créditos do País, do que uma renúncia agora, ante a ameaça e o terror daquela.

... Não posso ainda crer que as forças armadas da Nação se sobreponham à vontade desta e confio que no seio delas haja em maioria elementos de ordem, em que o senso dos nobres deveres falem mais alto que quaisquer antipatias pessoais.

Se, por desgraça, se desmentir essa esperança patriótica fique cada qual com a sua responsabilidade no que vier acontecer ao País. Não confundamos transação no seio dos Partidos, que sei da essência da vida política, e estou longe de desaconselhar, com a capitulação diante da projetada desordem, como

seria insofismavelmente, o caso do recuo. Acrescento, porém, como já o disse ao Senador Azeredo, que pessoalmente nada tenho a ver com as resoluções do Congresso, em sua soberania de deliberar, antes do reconhecimento e a propósito dele. Acatarei as suas deliberações como me cumpre.

Não posso, porém, entrar em combinações que, diminuindo a autoridade do poder executivo e a minha própria dignidade, seriam a negação da estabilidade do regime e dos inauferíveis direitos da Nação. Abraços do Arthur."

Bernardes, no Governo, prorrogou o Estado de Sítio até 30 de abril de 1923 e o Congresso Nacional se encarregou de conceder-lhe os períodos seguintes, até que triunfasse a ordem e o respeito à autoridade. Ele saiu vitorioso sobre as desordens. Pacificou o Rio Grande do Sul. Dominou a revolução dos tenentes deflagrada em São Paulo, em 5 de julho de 1924, sob a chefia do General reformado Izidoro Dias Lopes. Dominou, ainda, a revolta chefiada pelo Capitão Luís Carlos Prestes. Resistiu estoicamente a todas as hostilidades e chegou ao fim de seu quadriênio, desmetendo a previsão do Epitácio Pessoa, remando o barco da Presidência em mar tranqüilo, impondo seu sucessor no maior clima de respeito à autoridade do Presidente da República.

Acusam-no de ter fechado um jornal por alguns meses mas esquecem-se de que esse periódico se transformara em veículo de cartas falsas para intrigá-lo com as Forças Armadas e agitar a Nação, além de injuriar, caluniar, difamar o Presidente da República em termos de baixo calão. Acusaram-no de governar em Estado de Sítio, mas não podem ignorar os seus críticos que ele, ao assumir o Governo, já encontrara o Estado de Sítio como instrumento constitucional para manter a ordem indispensável à tranqüilidade do povo. E não podem ignorar que os Presidentes Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Marechal Hermes e Epitácio Pessoa também governaram sob Estado de Sítio, quando se defrontaram com agitações semelhantes.

Acusaram-no de ter exilado agitadores e subversivos para a Clevelândia, nos confins da Amazônia. Entretanto, a Fortaleza de Clevelândia, às margens navegáveis do Rio Oiapoque, dentro do Território Nacional não seria pior exílio do que lhe deram em 4 de dezembro de 1932, quando o mandaram, por um ano e meio, a viver na Europa.

E os membros do Congresso Nacional, em seu Governo, sempre gozaram de todas as imunidades, e tribuna livre, o que não acontecera em períodos presidenciais anteriores, demonstrando assim o respeito de Bernardes às instituições democráticas.

Seu Governo, forte, resultava das contingências que o homem público, dotado de pulso firme, teria de enfrentar.

Ninguém melhor do que o Presidente Epitácio, senhor de todas as informações, poderia definir a crise político-militar em que se debatia o País e que o levaria a duvidar da capacidade de seu sucessor para manter a ordem e consolidar-se no Poder.

Nenhum biógrafo poderia melhor definir a personalidade de Arthur da Silva Bernardes do que descrever as condições desfavoráveis em que assumiu o governo, as dificuldades da economia brasileira, atingidas em cheio pelas conseqüências do 1.º grande conflito mundial, e concluir mostrando a serenidade com que, em 1926, transferiu o Poder a Washington Luís, no mais desejado clima de ordem e de respeito à autoridade constituída.

O início de seu mandato presidencial assinalou-se pelas providências para minorar as conseqüências do grande conflito mundial.

Entretanto, a crise econômica e as revoluções políticas e sociais dominavam o mundo, a instabilidade do câmbio e a inflação perturbavam a vida

pela enérgica repressão de fraude nas transmissões de propriedades *inter vivos* e *causa mortis*, e por outros atos administrativos...

Com esta orientação financeira, aliada às grandes obras realizadas na sua administração estadual, Arthur Bernardes projetou-se em todo o País como um grande Chefe de Estado. Foi nessa época que Epitácio Pessoa, Presidente da República, em carta a Washington Luís, Presidente de São Paulo, confessava "formar elevado conceito do Dr. Arthur Bernardes pelo que ouvia dizer de sua administração em Minas..."

O Governo Bernardes destacou-se no setor econômico-financeiro. A conseqüente crise universal provocada pela guerra, levava os Governos anteriores a largas emissões de papel-moeda, com reflexos no custo de vida, através da desvalorização da moeda e do aviltamento da taxa cambial.

As providências do Governo Bernardes, apesar dos tropeços opostos pelos revolucionários de São Paulo, sanaram as finanças do País e ele pôde manter a taxa cambial ao nível

deixou marcada a sua atuação por sadio nacionalismo.

A ele já o País ficara a dever a negativa da exploração predatória das jazidas do Itabira, por empresa alienígena, o que tornou possível a implantação da Companhia do Vale do Rio Doce, grande fator de divisas para o País.

Para isso, tiveram ele e a Nação o respaldo dos pareceres favoráveis dos Estados-Maiores do Exército e da Marinha, dos quais deu conhecimento ao País no seu notável discurso proferido neste Parlamento, em 10 de setembro de 1948.

E nesse discurso ele afirmava categoricamente:

"A esta altura devo dizer o motivo por que me tornei nacionalista. O meu nacionalismo resulta da experiência adquirida no trato de negócios com alguns estrangeiros e da necessidade de defender interesses nacionais quase sempre em perigo, em face de interesses alienígenas. Fraquejar é trair a Pátria."

Defendeu o monopólio na exploração do petróleo, considerada única solução acertada para o nosso País.

necessidade da mudança da Capital da República:

"Outra medida que a experiência exige é a mudança da Capital da República, em boa-hora prevista pela Constituição. Os poderes públicos, para atuação proveitosa ao país, precisam de uma atmosfera de completa liberdade moral, de grande serenidade de espírito e de perfeita tranqüilidade de ação, isenta de preocupação locais e de solicitações de classes, que, em seu proveito, podem, mesmo involuntariamente, causar danos ao interesse geral da Nação. Não foi por outro motivo que o senso prático dos fundadores da grande república norte-americana colocou a sede de seu Governo em uma cidade de pequena população, não agitada pela intensidade da vida dos grandes centros comerciais e industriais.

O Rio de Janeiro, cidade populosa e cosmopolita, centro industrial do País e seu grande empório comercial, tem uma vida tumultuosa e agitada, de vantajosa influência na vida econômica do Brasil, mas de preponderância inegável na orientação dos governos, assim por vezes impedidos de atender aos interesses e necessidades mais gerais do nosso vasto território. Urge, pois, realizar a mudança da Capital da União, entregando ao Distrito Federal a ampla autonomia que a Constituição lhe outorga e elevá-lo à categoria de Estado. "É certo que a situação financeira do País não permite ao Governo construir agora a nova Capital, às expensas da União. Parece, no entanto, que não lhe seria difícil, embora solução para o futuro, se por editais publicados dentro e fora do país, capitalistas fossem convidados a apresentar propostas naquele sentido, mediante pagamento em concessões de luz, água, esgotos, viação e terrenos na futura Capital, consoante os termos de um projeto em andamento no Senado."

É este o extraordinário homem público que hoje o Congresso Nacional reverencia.

O Governo de Minas fez questão de que este centenário de seu nascimento fosse comemorado em todas as escolas públicas do Estado com uma preleção sobre a sua vida pública, o que tem o significado de uma aula de instrução moral e cívica.

E nós, seus contemporâneos, já lhe fazemos justiça quando outros esperavam, passadas as paixões, a justiça de Deus na voz da história.

Bernardes foi um homem sincero, cordial, amável chefe de família, inimigo de canalhas e traidores, homem circunspecto, sóbrio de atitude, austero, de extraordinária sabedoria política, insuperável no seu amor e dedicação à Pátria, gigante na defesa de seus princípios, inabalável na sua fé, sereno nos seus atos e firme em suas atitudes.

Conseguindo manter a ordem no País, a coexistência das liberdades individuais, e assegurando o respeito à autoridade do Presidente da República, revelou-se perante a Nação como um de seus maiores estadistas, legando um exemplo de amor à Pátria e à moralidade dos costumes políticos, que ele considerava necessário aos moços, conforme o conceito de Rousseau, segundo o qual "a primeira de todas as utilidades é a formação moral e cívica dos homens". A ele a Pátria, agradecida, tributa a sua homenagem.

Finalizando, usemos suas próprias palavras na última Mensagem ao Congresso Nacional, em 1926:

"De nós, nada temos a dizer, senão que nos votamos sem reserva ao serviço da República, e, qualquer que seja o juízo dos contemporâneos sobre os atos do cenário político nos dias atormentados que ainda não passaram, temos fé em que, sobre o Presidente deste período, o juízo dos vindouros será que cumpriu patriótica e lealmente o seu dever para com a Nação."



Chegada de Arthur Bernardes ao Rio de regresso da Europa, a bordo do Alcântara

de todos os povos. Bernardes conseguiu evitar a especulação e a carestia.

Segundo um de seus biógrafos, desde Deputado Estadual, no início de sua carreira pública, tinha como maior preocupação a situação financeira do Estado.

Bueno Brandão, Governador de Minas, o chamou para Secretário das Finanças, com o pensamento na frase de Low, economista inglês do Século XVIII: "Dai-me boas finanças, que vos darei boa política!"

Bernardes era contrário às emissões de papel-moeda. Enquanto o Governo Federal emitia para satisfazer às necessidades do Tesouro, Bernardes, no Governo de Minas Gerais, ativava a arrecadação dos tributos, e já no seu primeiro ano de Governo conseguia um *superavit* de 50% — fato até então desconhecido da história administrativa do Estado.

Qual era o fator desse milagre?

Ele próprio se encarregou de explicar na sua mensagem ao Congresso Estadual em 1920:

"A fiscalização das rendas, pela imparcial aplicação das leis e regulamentos fiscais, pelo inflexível castigo dos exatores desidiosos ou infieis, pela remoção dos fiscais de rendas para outras circunscrições,

e incinerar o excesso de papel-moeda, quase liquidando volumosa dívida flutuante que encontrara quando assumiu o Governo.

No setor de obras públicas realizou numerosos projetos: incentivos à produção do algodão e reflorestamento, fundação de patronatos agrícolas. Criou-se o Conselho Superior da Indústria e do Comércio para incentivar essas atividades.

Criada foi a Diretoria-Geral da Propriedade Industrial, para estimular e garantir os inventos industriais.

Em 30 de abril de 1923 criou o Conselho Nacional do Trabalho, para organização do Trabalho e da Previdência Social.

Pode-se dizer que seu Governo foi o berço da legislação trabalhista. Por um decreto garantiu a estabilidade dos ferroviários e por outro instituiu férias a empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários.

No Setor dos Transportes construiu 3.000 quilômetros de ferrovias.

No Setor da Justiça, da Educação e Saúde Pública registraram-se numerosos empreendimentos, assinalados pelos seus biógrafos.

Como Senador e Deputado Federal neste Parlamento, Arthur Bernardes

Com ele convivemos durante vinte anos, ouvindo os seus conselhos, preocupado em incutir aos moços dedicados à vida pública o sentimento do sadio nacionalismo e invulgar patriotismo. Jamais conhecemos alguém mais dedicado às causas do País. Vivia para a Pátria.

Pregando contra a internacionalização da Hiléia Amazônica, tentada no exterior a pretexto de valorização da área, Bernardes parecia ter o faro divinatório quando já 20 anos atrás exclamava contra as pretensões alienígenas: "O que eles querem é o petróleo da Amazônia!"

Tivemos a honra de colaborar com o Partido Republicano para que ele continuasse na Câmara Federal na Legislatura de 1951.

Solicitamos licença e posteriormente renunciemos ao mandato porque Bernardes, por bondade, havia transferido a votação de seus municípios para outros candidatos — seus amigos — e era imperioso que ele retornasse à Câmara para continuar na liderança da campanha pelo monopólio estatal do petróleo, vitorioso na Lei n.º 2.004, de 1953.

Bernardes, extraordinário no seu patriotismo, tinha ampla visão de todos os problemas nacionais.

Em sua mensagem Presidencial, de 3 de maio de 1925, ao Congresso, Bernardes falava sobre a imperiosa



DEP.
AÉCIO
CUNHA

A FIBRA DE UM HOMEM DE LUTA

Em certos homens, tão íntimo e tão fácil é o seu contato com a realidade circundante que se permitem reservar e empregar forças capazes de lançar suas vidas e suas obras além do tempo em que se desenrolam.

O Presidente Arthur da Silva Bernardes, que ora reverenciamos pelo transcurso do centenário do seu nascimento, é um exemplo marcante deste tipo de homens que, a despeito da morte, não se desfazem no esquecimento, por atingirem a postura dos seres privilegiados, que trazem o sinete da imortalidade.

Reencontra-se o Congresso Nacional consigo mesmo, no momento em que evoca, para cultuá-la, a memória do grande brasileiro, cuja presença neste recinto lhe conferia uma grandeza maior.

Nenhum local mais adequado do que este para o reconhecimento e a proclamação dos méritos do patriota invulgar.

A preocupação constante com o futuro da Pátria, o estudo e o debate das grandes causas nacionais, a identificação com os anseios e os problemas de seu povo, o caráter ilibado e o dom inato de liderança são alguns sinais que distinguem e denunciam o estadista que mobiliza o respeito e a admiração dos seus concidadãos.

A história republicana há de apontar poucos homens de sua estatura moral, de maior bravura cívica e de maior devoção à vida pública, pois que a sua virtude capital — ninguém o poderia negar — era o seu acendrado espírito público.

Espírito modelado no ambiente severo do lar mineiro, humanista formado na austeridade das salas e corredores do velho Caraça e das Faculdades de Direito de Ouro Preto e de São Paulo, tivera o Presidente Bernardes aquela adequada preparação para os altos destinos a que o conduziria a sua férrea vontade de servir.

Infenso à técnica do aulicismo, havia de seguir o rumo de suas convicções pessoais, fortalecidas no permanente e meditado exame dos já então variados e complexos problemas nacionais.

Não buscava os cargos. Estes é que lhe vinham ao encontro, sempre num crescendo de responsabilidade. Assumia-os com desassombro, e cada nova posição parecia ajustar-se por inteiro à sua personalidade.

“É que em suas mãos os cargos, quaisquer que fossem, passavam a ter cunho majestático, severidade e grandeza. O antigo Presidente da Câmara de Viçosa iria, assim, por força de vocação irresistível, passar pelo *curriculum* da experiência, iluminada de devoção à coisa pública, até atingir a suprema magistratura do País” (Martins de Oliveira).

Ao assumir o Governo, com o País em estado de sítio compete-lhe o indeclinável dever de resguardar a ordem civil e o prestígio da autoridade legitimamente constituída. Cumpre-o com religioso sacrifício.

Preservaria a Pátria do despenhadeiro, do aventureirismo político, certo de que a anarquia, como sustentava Rui Barbosa, profeticamente, “sucede e procede às ditaduras, nasce delas, e as gera”.

Arthur Bernardes, de alma simples e convicta, investido das responsabilidades do mando, teve de fazer apelo às suas reservas de energia, de estoicismo, para sustentar, naquela quadra de perigosas tensões e constantes ameaças, a supremacia do poder civil e o seu prestígio de chefe do governo.

A Nação presenciara a campanha mais brutal, desumana e impiedosa que se articulara contra um candidato à Presidência da República.

“A calúnia, a injúria e a perfídia deram-se as mãos para essa espessa investida do ódio, na vã tentativa de fazê-lo recuar pela intimidação. E foi até salutar que tudo isso acontecesse, porque o Brasil ficou conhecendo a fibra desse homem de luta, cuja força voltava repercutida pela verdade, emersa dos pântanos da má-fé cínica e demolidora.”

A permanente preocupação com a segurança nacional e com a defesa da autoridade de chefe de governo não impediu que o quadriênio Bernardes apresentasse uma obra administrativa de grande significação para o progresso do País, em todos os setores da vida nacional.

“Nele tivemos dois códigos do Processo para a Capital Federal; o saneamento do Tribunal do júri; a criação do Conselho e a reforma penitenciária; a reforma do livramento condicional e a adoção do instituto liberal da suspensão condicional da pena; o código de menores; inovações várias no Código Civil e na instituição da família; amparo à infância desvalida e à juventude delinqüente, num conjunto de

providências concretas de assistência e proteção à menoridade, traduzidos em abrigos, patronatos e reformatórios.”

Também a criação do nosso primeiro juízo privativo de alistamento eleitoral; de Escolas de Agricultura, algumas delas ainda hoje modelares, como a de sua cidade natal.

A construção e entrega ao tráfego de quase dois mil quilômetros de linhas férreas, custeadas com verbas orçamentárias, viabilizou-se, pelo saneamento das finanças, preocupação obstinada de sua vida de administrador.

“Quando se fizer, com serenidade e justiça, a história da legislação social brasileira, não será certamente esquecido que, no Governo Bernardes, foram lançados os seus rumos, através do Conselho Nacional do Trabalho.”

Marcos inapagáveis dessa política assistencial são as trinta e três primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões para os ferroviários e suas famílias. E, digno de nota, para a época, é que as administrações dessas caixas foram então confiadas exclusivamente aos nela interessados.

No domínio internacional, a firmeza de suas atitudes, a independência, ativa e serena, diante das potências maiores, contribuíram, sem dúvida, para a elevação da estatura do poder nacional.

Levou a efeito o reexame da carta de 1891 em hora conturbada, entre rumores de uma inquietação de amplas dimensões. E, não obstante os uivos das cassandras, que nele anteviam a agonia de nossas liberdades, não há hoje publicista que não aplauda a grande maioria das emendas vitoriosas. Não fora relator geral da comissão o grande jurista Herculano Freitas.

É digno de registro também a sua preocupação em melhor preparar a nossa juventude para os embates da vida, habilitando-a a melhor servir à Pátria.

Bruno de Almeida Magalhães relembra que, ao final de seu governo, Arthur Bernardes dirigia ainda um apelo aos Presidentes e Governadores dos Estados no sentido de pugnarem pela elevação do caráter nacional. O telegrama circular que lhes dirigiu estava redigido nos seguintes termos:

“A consagração, em todas as escolas brasileiras de ensino primário de um dia da semana para a educação moral, cívica e social, principalmente moral dos nossos jovens patricios, parece-me o melhor ponto de partida para a cruzada da formação dos homens, cuja arte constitui, no avisado conceito de Rousseau, a primeira de todas as utilidades. Seria de grande vantagem que os ensinamentos fossem ministrados no último dia dos trabalhos escolares, a fim de que cada estudante levasse para o lar e para o trato exterior, bem vivas na memória, as lições recebidas do mestre, concorrendo assim, conscientemente, para a universalidade do espírito de crença nos destinos superiores da Pátria.”

E que grande autoridade tinha Bernardes para fazer este apelo por ter sido a sua própria vida pública um hino de confiança na grandeza do futuro do Brasil!

Consciente do intenso trabalho desenvolvido em favor do povo brasileiro, o grande Presidente, em sua última Mensagem enviada ao Congresso, em 3 de maio de 1926, afirmava:

“De nós, nada temos a dizer senão que nos votamos sem reserva ao serviço da República, e qualquer que seja o juízo dos contemporâneos sobre os atos do cenário político nos dias atormentados que ainda não passaram, temos fé em que, sobre o Presidente deste período, o juízo dos vindouros será que cumpriu patriótica e lealmente o seu dever para com a Nação.”

E no discurso pronunciado em Viçosa, por ocasião da inauguração da Escola de Agricultura, completava:

“Tenho a consciência tranqüila.

Obedecendo às imperiosas circunstâncias, tenho procedido como exigem os interesses da Nação, dentro da órbita legal, exercitando as faculdades e atribuições da presidência. Estou seguro de que salvando o País da anarquia e as instituições dos golpes que lhe foram desferidos, cumpri o meu dever e não desmereci da confiança de meus concidadãos.”

Como se compreende que, sendo um defensor intransigente da ordem legal, viesse Arthur Bernardes torna-se um dos Chefes, em Minas, da Revolução de 30?

Por uma questão de dignidade e de amor a Minas, afirma Clóvis Salgado.

Mas, com coragem e altivez, opõe-se aos des-caminhos do movimento de outubro de 1930.

Não poderia consentir, com o silêncio, vingasse o atentado contra os postulados que informaram e deram substância à revolução que objetivava renovar os padrões da nossa República.

E, convicto, redigiu a frase que se tornaria histórica:

"quanto a mim, fico com São Paulo, porque para São Paulo se transportou a alma cívica do Brasil."

Revolucionário autêntico em 30, para a implantação da ordem no regime e reconstrução do País, revolucionário em 32, para a restauração dos princípios pelos quais se batera inflexivelmente dois anos antes, pois como Victor Cousin, estava convencido de que "O dever e o direito são irmãos, sua mãe comum é a liberdade. Nascem ao mesmo dia e crescem, desenvolvem-se e morrem ao mesmo tempo".

Pagando no exílio e na proscrição dos direitos políticos o preço de sua desassombrosa conduta, Bernardes escrevia, para a história, mais uma página edificante, que viria incorporar-se ao patrimônio cívico do Brasil.

Ficara, ainda uma vez, dentro da disciplina moral em que vivera desde a mocidade. "Linha reta entre o dever que não esmorece e o ideal da Pátria que não morre".

Vencida, embora, pela força, a revolta paulista acaba por impor sua mensagem.

Mas o débil regime representativo de 34 não resiste à sucessão de 37.

Fecha-se, *manu militari*, o Congresso Nacional.

Arthur Bernardes, ao lado de outros bravos cidadãos, não se rende à ditadura.

A queda do Estado Novo vai encontrá-lo na linha de frente da redemocratização do País. Retornam os partidos políticos, agora nacionais.

O ex-Presidente é aclamado chefe do Partido Republicano.

Após uma longa ausência, o grande mineiro visita a Capital de seu Estado. É recebido nos braços do povo. Apesar da idade avançada, empenha-se a fundo em sucessivas campanhas eleitorais, dando aos mais novos um admirável exemplo de civismo.

Deputado à Constituinte de 46, e nas Legislativas seguintes, desenvolve, nessa fase, duas memoráveis campanhas: a do Petróleo e a da Hiléia Amazônica.

A visão do estadista, colocada a serviço dos superiores interesses do Brasil, traçara, em 30 anos de intensa atividade, uma linha de inflexível coerência.

Suas convicções são as mesmas que o levaram, quando no Governo de Minas, a não aceitar às pretensões descabidas da Itabira Iron.

Bate-se denodadamente pelo monopólio estatal. A campanha que empreende, da tribuna parlamentar, pelas colunas dos jornais, nos salões de conferência e, nos palanques dos comícios, sensibiliza a Nação.

Emocionado, não teve dúvida em procurar o Presidente da República, seu tradicional adversário, para cumprimentá-lo pela assinatura da lei instituidora do monopólio estatal do petróleo.

A sua alma de patriota viria inflamar-se novamente quando o Congresso foi chamado a ratificar o tratado pelo qual se criava o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

Arthur Bernardes descobre-lhe secretas intenções, denunciando-o à Nação como atentado à sua soberania e ameaça à sua integridade territorial. Desta tribuna, com sua oratória austera e grave, declara com patética veemência:

"O Instituto da Hiléia não é caso de ninguém, nem é questão partidária, mas nacional! É o Brasil em causa! Aprovar o convênio é consumir o desmembramento da Amazônia, ferir a soberania brasileira e separar do Brasil mais de um terço do seu território."

O tratado é rejeitado, vitória que não foi de um homem, mas da consciência de toda a Nação, por ele mobilizada.

Em 15 de setembro de 1953, perante a Câmara, cita Rui Barbosa, em apoio de sua posição nacionalista:

"Agora, o que a política e a honra nos indicam é outra coisa. Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas."

Mas Arthur Bernardes jamais se preocupou em obter, com o seu esforço e a sua luta, a popularidade fácil e fugaz:

"Sou um político que imolou a sua popularidade no serviço do seu País. Não me arrependo, porém, disso. Creio que por esse preço lhe terei prestado serviços de alguma valia."

A discutida figura do Presidente há de aplicar-se, por certo, a advertência de Kennedy:

"Se o povo americano compreendesse plenamente as pressões terríveis que desanimam atos de coragem política, que levam um Senador a abandonar ou contrariar a própria consciência, talvez fosse menor o seu aplauso àqueles que preferem o atalho mais fácil e maior o aprego aos que se mostram capazes, ainda, de seguir o caminho da coragem."

Paulo Pinheiro Chagas, em recente pronunciamento, e com o brilhantismo de sempre, retrata a figura de Arthur Bernardes, de quem fora grande amigo. São suas palavras:

"Augusto Frederico Schmidt pertenceu à roda mais íntima de Jackson de Figueiredo. Discorrendo do grande escritor e líder católico, disse-me certa vez: "Jackson era um homem afirmativo. Com ele não podia haver meio-termo. Depois de ouvi-lo vinte minutos, a gente ficava nas pontas de um dilema: ou era pró-Jackson ou contra Jackson". Ora, nunca um conceito veio ajustar-se tão bem à personalidade de Bernardes, como este do poeta Schmidt sobre o pensador Jackson. Na verdade, Bernardes era um homem desse tipo, positivo, vertical, definido, inteiriço, inconsútil."

Impossível imaginá-lo faltando à verdade ou iludindo alguém, com meias palavras ou meios pensamentos. Ou era ou não era. Sem embargo, essa inflexibilidade de princípios como se desmanchava através de um trato finíssimo, revelando o *gentleman* polido, atencioso, solícito.

Patriota extênuo — continua Pinheiro Chagas — acreditava no Brasil e tinha fé no seu destino. E era de tal ordem esse patriotismo que, em busca de soluções endógenas para os problemas brasileiros, iria, mais tarde, na Câmara dos Deputados, a que ambos pertenciamos, encontrar-se lado a lado com os marxistas na propositura e na defesa das idéias nacionalistas.



Arthur Bernardes, Borges de Medeiros, João Neves da Fontoura, em 1934: retorno do exílio

Homem culto, em permanente estudo dos temas e dos assuntos nacionais, sabia que o Brasil vale a pena.

Daí o seu nacionalismo, que não era fruto da moda, nem nascia da improvisação. Vinha da década de vinte, quando, presidente de Minas, se opusera virilmente ao monopólio e aos privilégios que a Itabira Iron pleiteava, com o apoio de grande parte da opinião pública. Tudo a mostrar que sua filosofia política não era um pensamento sem dia seguinte."

E são ainda palavras do tribuno mineiro:

"Era com profunda emoção cívica que o víamos, de cabelos brancos, ir de bancada em bancada, falando, pessoalmente, a cada um de nós, numa exaustiva catequese individual, a lutar, absurdamente fiel aos cânones de sua formação, com a obstinação de um Savonarola, na intransigente defesa da integridade de nosso território e na preservação de nossas reservas de ferro e petróleo. Até os comunistas, que ele sempre combatera, passaram a acatar esse intemerato homem de Estado, carregado de dias, que se dava de corpo inteiro a uma política que tinha o nacionalismo por princípio e o Brasil como finalidade."

Sr. Presidente, Srs. Congressista, não poderia também, neste momento, silenciá-lo meu testemunho sobre a veneranda figura que conheci, por considerar dever indeclinável que a nós incumbe cultivar a memória dos que honraram e dignificaram a vida pública em nosso País.

Quando muito jovem ainda comecei a militar na política, nas hostes do Partido Republicano, o Presidente Bernardes era, como foi sempre, o prestigioso chefe do tradicional e glorioso Partido, a que estava ligado indissolavelmente o seu nome. Das vezes em que o vi guardo aquela impressão do chefe nato, de alguém predestinado para ser condutor de homens. Era então já um homem idoso, mas conservava aquela presença grave e erecta que havia de acompanhá-lo até o fim. À sua sombra nos sentíamos protegidos.

E não só os partidários do PR. Por essa época, os antigos ódios já estavam arrefecidos. O Presidente Bernardes ganhara a estima de antigos adversários e a admiração de todos pelo seu patriotismo, por sua energia em defender o que acreditava ser o bem da Nação.

Hoje, ao recordar-me de sua imponente figura, transpirando espírito público e amor ao Brasil, não posso deixar de associá-lo ao meu pai, o Deputado Tristão da Cunha, que com ele convivera, numa admiração recíproca, por toda uma existência, e que ao falecer, com 83 anos, ainda na Presidência do Conselho Administrativo da Defesa Econômica, teimava em convencer Ministros de Estado a darem melhor apoio à utilização da legislação antitruste, na defesa dos interesses nacionais.

A lembrança desses vultos que, ao lado de tantos outros ilustres brasileiros, se recusaram, até o último alento, a parar um dia sequer de pensar no Brasil e de lutar pelo seu progresso faz que entenda cada vez menos o que se convencionou chamar, modernamente, "conflito de gerações". E no momento em que a palavra *renovação* — não sei se por apreço aos jovens, ou despreço aos mais velhos — é utilizada como uma panacéia, a insinuar que se faça tábua rasa da incomensurável contribuição que os homens mais experientes deram e continuam a dar ao desenvolvimento nacional, não resisto ao desejo de incluir nesta desprezível evocação uma página admirável em que D. Julián Marias, o lúcido filósofo espanhol, exprime o reconhecimento devido aos homens de idade dedicados à causa pública e que desempenham a sutil mais íntima função de dar-nos companhia e ajudar-nos a confiar no futuro:

"Encontramo-los já ao nascer, vinham de antes, perduraram ao longo de todas as vicissitudes; são, além disso, algo que tivemos em comum com os nossos pais, com nossas devoções particulares e acaso polêmicas.

Ligam-nos ao passado, são fios que nos enlaçam silenciosamente com o subsolo da história em que estamos implantados, onde se inserem nossas raízes.

São o já sabido, o sabido por todos, o consabido. No horizonte limitado de nossa breve vida, fingem uma ilusão de perenidade; estão ali desde sempre, como as montanhas acolhedoras que cerram os horizontes de nossa terra.



Essas figuras venerandas têm sempre um não sei quê de paisagem. São o órgão da continuidade; sobre o fundo de sua permanência vêm e se vão as coisas.

À devoção transpersonal aos pais chamavam os latinos "pietas", piedade. E pensavam que sem ela não haveria cidade, estado, convivência, ou seja, "pátria". Com os pais não se tem que estar de acordo, não se está nunca de acordo. O que se deve ter com eles é concórdia, e esta só nasce da cordialidade. Quando uma e outra faltam, sobrevêm a discórdia; já nada se recorda, pretende-se apagar com mão torpe e rancorosa o passado, renega-se dos pais, e tudo isso quer dizer que se perdeu a cordura. E não nos devemos esquecer de que a impiedade ("impietas") costuma ser a máscara cínica com que o nada encobre o seu medo ao real."

A lembrança da veneranda figura de Arthur Bernardes tem para nós mineiros um sentido particular, o de símbolo, por excelência, de nossa cultura política.

Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Viçosa, Deputado Estadual, Deputado Federal, Secretário e Presidente do Estado, Senador e Presidente da República, foi única e simplesmente político, em toda a sua intensa e enolada vida.

Alberto Torres frisava que as instituições políticas de um povo não se copiam nem se improvisam, "porque a ordem natural é estável, vivendo de si mesma, sem o amparo da força, porque não é imposta, e sem o conselho dos doutrinários, porque é naturalmente aceita."

Abria o grande mestre o debate que ainda hoje perdura sem que se possa antever sua conclusão: o do conflito entre o apriorístico do nosso arcabouço jurídico-constitucional e a incercível realidade geográfica, social e econômica do Brasil.

A propósito e com a acuidade de sempre, declarava Afonso Arinos:

"O Governo Arthur Bernardes foi o desesperado esforço para a manutenção de uma diretriz retilínea na rota do Estado balida por todos os tufões. Era um

governo que não representava senão a etapa final de um processo do nosso sistema político que se desagregava graças ao embate de novas forças sociais e econômicas.

O que ali se defendia como sendo a ordem, o que ali se procurou sustentar como sendo a lei não era senão e afinal, Sr. Presidente, do que uma estrutura, uma moldura legal para um conteúdo social que se estava esborçando.

O que o Governo Arthur Bernardes significa ou significará para o historiador do futuro é, exatamente, essa força de inércia das instituições políticas e essa capacidade de resistência das instituições constitucionais em face da profunda transformação do meio social."

Com a revolução de 30 uma nova geração surgia, uma outra mentalidade se impunha.

"As ideologias irrompiam ruidosamente, toda a problemática nacional era revista e novas equações se armavam na busca incansável de solucionar as nossas angústias e na procura de critérios novos para a interpretação de nossos enigmas."

Os políticos deixaram aos sociólogos a abertura dos caminhos e estes prepararam o advento dos economistas, que são hoje o elemento predominante no quadro político.

Mas não poderá jamais vingar uma democracia sem políticos. Incompreendidos, subestimados e mesmo marginalizados, não de ser eles sempre os mediadores entre o arbitrio e a democracia, o conduto entre governantes e governados. Os patronos dos ideais do povo junto aos poderes da Nação. Os intérpretes inarredáveis das suas aspirações na Justiça, na Administração e no Parlamento.

Portanto, nunca é demais repetir que Arthur Bernardes foi única e simplesmente político, e creio que disto se orgulhava. Político como tantos outros que vivem identificados com o sofrimento das comunidades que representam, assistindo-as nas suas decepções, aquietando-as nos seus desesperos, reacendendo-lhes as esperanças, orientando-as nas horas de crise, sem visar a outra recompensa que a de atender às imposições do seu espírito público.

Fazia do civismo uma religião. Da probidade um culto. Na sua exemplar existência, contruiu as suas alegrias nos sacrifícios cotidianos, enfrentando ódios, paixões, injustiças e incompreensões.

Em "Depois da Política", diz Gilberto Amado, referindo-se a Washington Luis, "Se muita coisa em Washington continua inexplicável — confiança na literalidade das declarações, fé na aparência lógica dos termos — para mim tudo cede em inexplicabilidade ao olvido em que deixou Bernardes em Minas, a sem-cerimônia com que prescindiu do homem, dos conselhos, avisos, advertências e conhecimento inato de tal mestre em política brasileira."

Meus caros colegas, hoje, serenados os ânimos que tanto se exaltaram no seu governo e alongado o painel da perspectiva histórica, o vulto de Arthur Bernardes vai adquirindo contorno mais nítido, com o reconhecimento do seu pioneirismo em abrir os caminhos da esperança, em ensinar-nos a confiar na grandeza dos nossos destinos no mundo de amanhã, não como uma dádiva divina, mas como o efeito natural do nosso esforço continuado e consciente, movido por um amor à Pátria, de natureza superior, de maior profundidade, verdade e exigência.

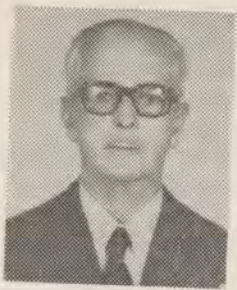
Assim viveu, pensou e agiu, recolhido na simplicidade, que é outro atributo que só os privilegiados de Deus conseguem atingir.

Quem, a tais alturas, alçou a atividade política e a própria condição humana, projetou-se, em feição definitiva, no respeito da posteridade, como os heróis camonianos que, "por obras valorosas, se vão da lei da morte libertando".

E todos nós, seus amigos, seus discípulos e admiradores, sentimos que a ninguém melhor que a Arthur Bernardes, ao estadista e ao cristão, se aplicaríamos estes versos de Fernando Pessoa:

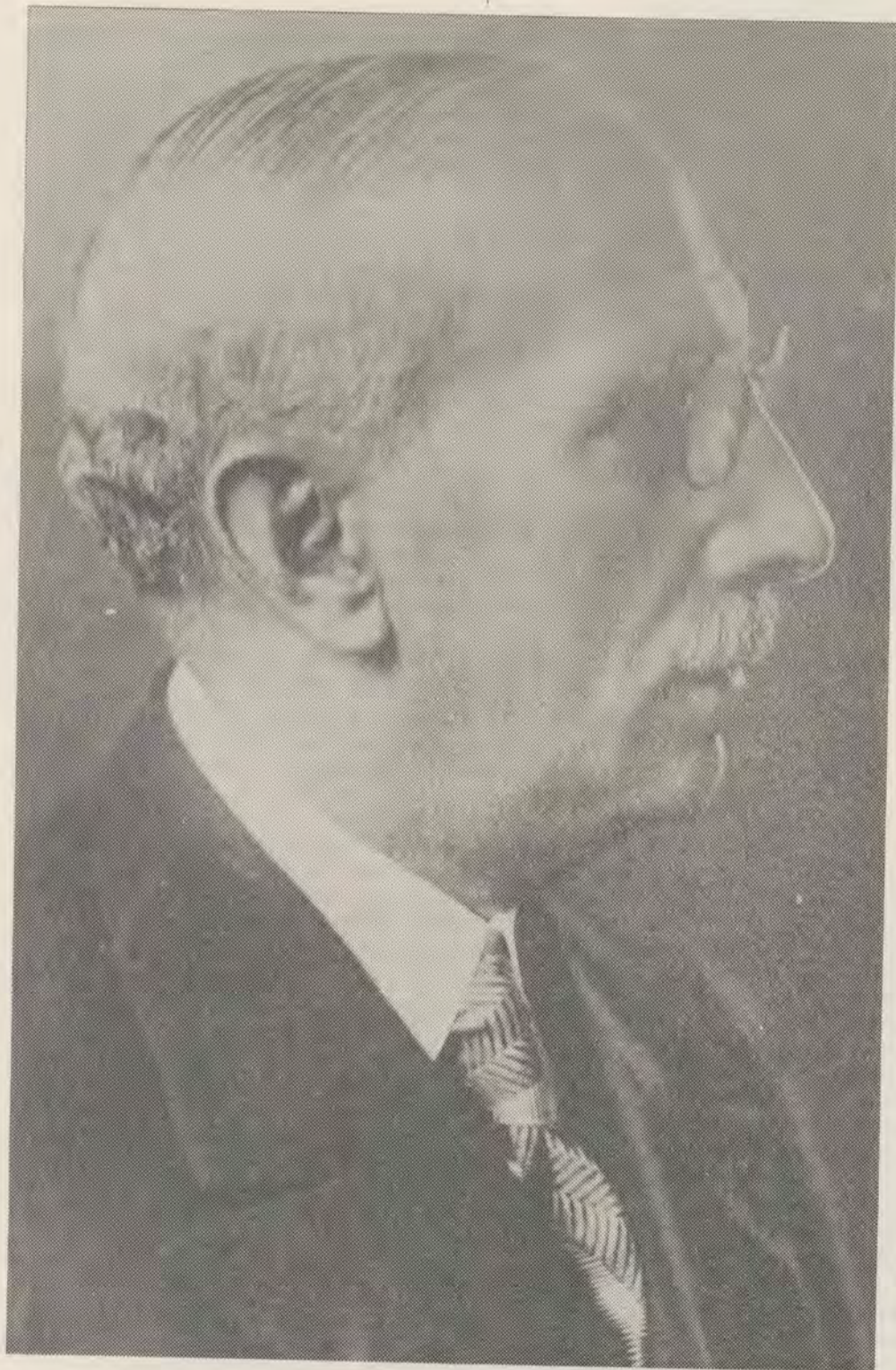
"Claro em pensar, e claro no sentir,
É claro no querer;
Indiferente ao que há em conseguir
Que seja só obter;
Dúplice dono, sem me dividir.
Do dever e de ser.

Assim vivi, assim morri, a vida,
Calmamente sob mudos céus
Fiel à palavra dada e à idéia tida
Tudo mais é com Deus!"



PAULO
AMORA

O RETRATO



Alto, esguio, de nariz aquilino, testa larga. Olhos castanhos, pequenos e inquietos lhe boiavam no rosto comprido. Fixavam-se no interlocutor, ora em lances rápidos, ora com reflexos de doçura, como a lhe espelharem as reações da alma.

Na mocidade, bigodes à Guilherme de Hohenzollern, que não lhe conferiam, não obstante, nenhuma arrogância. Apenas sorria, não ria. Apesar da austeridade do seu físico, era ele afável e ameno, acessível e cortês. Vestia-se com esmero e certo requinte de elegância. Porte erecto, atitude impecável, em qualquer circunstância. A sua prosa era agradável, porém, severa, a dicção perfeita, escandindo bem as palavras, a voz cheia. Não admitia gíria. Impassível, frio mesmo, sobretudo nas horas graves, em que o seu olhar se fixava em um ponto distante. Possuindo dom inato de comando, não praguejava, e transmitia ao interlocutor absoluta confiança. Bravura cívica inigualável, sem jactância nem bravatas.

Educado e cavalheiro, deixava sempre à vontade os que o procuravam, pois herdara a arte rara de saber ouvir. Não cochilava, nem fingia que o fazia, numa dessas manifestações tão comuns de estupidez com que certos políticos, após as eleições, costumam brindar as pessoas que os procuram...

Ofendido, não devolvia agravos. Imitava, destarte, a *Richelieu*, para quem "os homens de Estado devem ser como os astros, que, apesar do ladrar dos cães, os iluminam e seguem o seu curso"...

Espírito forte, caráter inteiriço, era comovente observar-se com que entusiasmo, septuagenário já encarava ele o futuro...

Uma personalidade desse porte haveria de forçosamente empolgar os seus concidadãos, nos sentimentos opostos, que gerem entusiasmo e repulsa.

Eis o retrato físico e moral do homem.

De RUI BARBOSA afirma com felicidade JOÃO MANGABEIRA haver sido o Estadista da República. ARTHUR BERNARDES foi, sem dúvida, o Estadista de Minas na República. Tenaçidade, bravura cívica, pugnacidade são características orgânicas do homem, que foi, nas últimas décadas, o mais injuriado e combatido estadista brasileiro de todos os tempos. É verdade que ele teve a felicidade de sentir, nos últimos anos, mudança completa no julgamento e na apreciação de seus concidadãos, a respeito de sua pessoa e de seu governo. Verdade é que as injúrias passadas, as incompreensões inevitáveis, que geram paixões, às vezes violentas, não lhe deixaram, no espírito equilibrado, nenhum amargor, nem o mais leve ressentimento.

É que o político jamais se sentiu atingido em sua moral, em função do exercício da causa pública. Cumpria defender o regime que o povo, em seu direito impostergável, lhe havia confiado, e, nesse particular, não foi igualado e jamais será excedido.

Queria à sua Pátria com misticismo, com aquele sentimento de posse, que gera ciúme. Não admitia *segundo* na preferência de seu afeto, enquanto detentor de sua tutela.

A firmeza de seu caráter se ilustra com a ocorrência narrada pelo insuspeito Virgílio de MELLO FRANCO, no seu livro *Outubro de 1930*. Contamos ele que FRANCISCO CAMPOS e JOSÉ BONIFÁCIO escreveram uma carta, que deveria ser assinada pela executiva do PRM, destinada a conferir ao Presidente ANTÔNIO CARLOS, em nome de Minas, plenos poderes, com vista à sucessão presidencial.

Depois de haverem obtido aquiescência de todos (ANTÔNIO CARLOS era o Presidente de Minas), buscaram a de BERNARDES, que se achava em Viçosa. "O ex-Presidente leu o documento e, agastado, recusou-se a assiná-lo, por considerá-lo diminuição. Em vista disso, desistiram. Apesar de não ter nenhum compromisso, escrito, ARTHUR BERNARDES ficou firme ao lado do Partido, até às últimas e mais extremadas conseqüências". (1)

A sua inteligência será posta em relêvo quando se estabelecer paralelo entre a sua personalidade vigorosa e a dos vultos que marcaram as páginas da nossa História. Assim, sua trajetória no firmamento político do Brasil, tanto na órbita estadual como na federal, obedeceu a um diagrama ascensional, cujo curso jamais oferecia remissões. Possuía todas as virtudes dos estadistas e dos homens assinalados, que compuseram e honraram a fisionomia política de seu Estado, no Império e na República.

Vulto exponencial de uma fase, como exponenciais foram o Tiradentes, Lino de Abreu, Bernardo de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão e Afonso Celso.

Reunia em si as virtudes do Alferes da Liberdade, na afirmação de compromissos livremente assumidos; de Abaeté, no escrúpulo com que estudava os problemas coletivos; de Paraná, na defesa de seus objetivos, sem fechar, contudo, a porta ao entendimento; de Ouro Preto, na bravura cívica, de que dera mostra, no resguardo da autoridade de seu governo. Compunha com Raul Soares um *duo* magnífico, a que a fatalidade do destino impediu uma atuação mais duradoura em benefício da República. Legou às novas gerações o nobre exemplo de uma vida toda pautada pelos mais rígidos princípios morais.

(1) V. MELLO FRANCO, *Outubro de 1930* — págs. 159-60.



BRUNO
DE ALMEIDA
MAGALHÃES

PETRÓLEO E HILÉIA AMAZÔNICA

PETRÓLEO E HILÉIA AMAZÔNICA

Bruno de Almeida Magalhães

No melhor discurso sobre o contrato da Itabira Iron, pronunciado na Câmara dos Deputados, aos 18 de junho de 1937, declarou Arthur Bernardes: "É ilustrativa, no mundo, a luta pelo petróleo." E adiante continuou: "O Brasil não tem ainda petróleo, como não tem carvão de boa qualidade..."

Um ano antes o petróleo tinha começado a ser cogitado no Brasil. A suspeita de sua existência tinha sido denunciada no Estado de Alagoas. Os pessimistas, porém, passaram a desiludir os prospectores, sustentando que se tratava de xisto betuminoso e não do que eles estavam pensando... Monteiro Lobato, conhecido escritor paulista, cujo nome se nacionalizou com a impatriótica ficção do "jéca-tatú", em interessante livro mostrou ao povo brasileiro, os inescrupulosos meios de que usavam as grandes empresas alienígenas para manterem o monopólio do ouro-negro.

O governo federal, pelo Decreto-lei n.º 395, de 29 de abril de 1938, criou o Conselho Nacional do Petróleo, com a finalidade imediata de controlar o consumo do combustível, e com atribuição mediata de promover sua prospecção.

No ano seguinte rebentou a II.ª Grande Guerra, e por não possuir petróleo, o Brasil viveu um drama pungente com a diminuição da importação e a conseqüente redução do consumo em mais de cinquenta por cento. A constatação das jazidas de petróleo no Estado da Bahia, no lugar denominado Lobato, foi saudada como o da emancipação econômica do Brasil. Terminado aquele evento, o Conselho Nacional do Petróleo abriu concorrência para concessão de usinas de refinação. Paralelamente surgiu o temor de que as poderosas companhias estrangeiras viessem sugar

o petróleo brasileiro, e que fosse se reproduzir o drama da borracha. O temor penetrou nas massas surgindo espontaneamente a campanha do "Petróleo é nosso".

Nessa ocasião, Arthur Bernardes, deputado federal e Presidente do Partido Republicano, prestigiado pelo governo federal com um seu ilustre correligionário ocupando o Ministério da Agricultura, envolveu-se em tão patriótico movimento, juntamente com outros brasileiros, tais como Matos Pimenta, Marechal Juarez Távora e Marechal Leitoão de Carvalho que escreveu um livro cujo título equivalia a um apelo dramático: "Petróleo salvação ou desgraça do Brasil". O movimento se cristalizou na formação do "Centro de defesa do petróleo", ao qual aderiram brasileiros de todas as camadas, e para o qual Arthur Bernardes foi eleito presidente.

Aos 28 de março de 1948, Arthur Bernardes concedeu entrevista aos Diários Associados, em que manifestou o pensamento do Centro, e sobretudo de que só os brasileiros natos e casados com brasileiras é que poderiam ser sócios das entidades que explorassem o petróleo brasileiro — que teve grande repercussão. Cinco dias depois, ou seja dia 2 de abril, foi divulgada pela imprensa, uma carta assinada por dezenas dos mais prestigiosos jornalistas, apoiando o ponto-de-vista de Arthur Bernardes no tocante à defesa do petróleo brasileiro.

Impressionado com a atitude de Arthur Bernardes, o Clube Militar convidou-o para realizar uma conferência em sua sede, e que teve lugar no dia 7 seguinte, em que assim salientou a importância da defesa do petróleo: "Com o petróleo, seremos amanhã uma poderosa nação, sem ele seremos figura decorativa no palco mundial e satélite das grandes potências."

Noticiaram os jornais do dia seguinte que terminada a conferência, as numerosas pessoas presentes entoaram o hino nacional, e que ao re-

tirar-se Arthur Bernardes foi calorosamente homenageado.

Esta conferência publicada dia seguinte por vários jornais, foi transcrita dia seguinte no Diário do Congresso Nacional, a requerimento de vários deputados de mentalidade e tendências diversas, tais como Hermes Lima, Amando Fontes, João Mangabeira, Agamenon Magalhães, Leite Melo, Juraci Magalhães, José Esteves Rodrigues, Tristão da Cunha, Flores da Cunha e Mário Brant, e tornou Arthur Bernardes líder da defesa do petróleo na Câmara dos Deputados.

Na Câmara, Arthur Bernardes, durante as discussões em torno do projeto-de-lei que se converteu na de n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953 (Petrobrás), viu vitoriosos todos seus pontos-de-vista acerca de tão relevante assunto.

Em retribuição aos serviços prestados, a Petrobrás mandou denominar um de seus estabelecimentos de "Refinaria Presidente Arthur Bernardes".

Não ficaram aí os grandes serviços prestados por Arthur Bernardes ao Brasil.

A UNESCO adotando as conclusões da Conferência de Iquitos, criou o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, com sede em Manaus, composto de representantes de todos os países, com a finalidade de explorar as riquezas lá existentes, o que equivalia na abdicação pelo Brasil de sua soberania em relação à região mais rica de seu território.

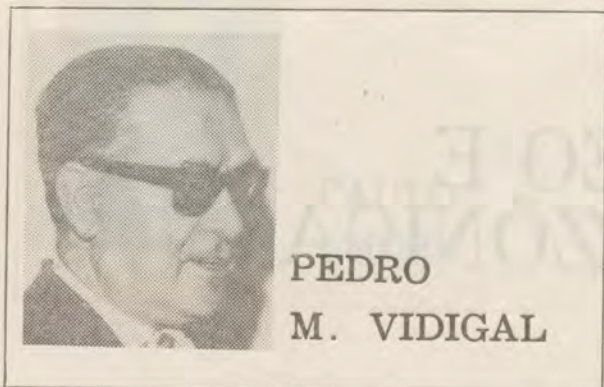
Antes da aprovação do Tratado ser submetida ao Congresso Nacional, Arthur Bernardes, chamou atenção sobre os malefícios do mesmo, com grande repercussão pela imprensa.

Impressionado com o fato, o Clube Militar convidou-o ainda para emitir sua opinião, tendo ele pronunciado uma conferência na sede do mesmo dia 27 de junho de 1951 que foi impressa e amplamente divulgada tornando o tratado letra morta.

Bruno de Almeida Magalhães

*Chegada de Arthur Bernardes
a Belo Horizonte, em 1945, pa-
ra a campanha da redemocrati-
zação*





PEDRO
M. VIDIGAL

AS VIRTUDES DE UM POLÍTICO

Sua constante boa presença e sua exemplar compostura em todas as atitudes o fizeram admirado por seus contemporâneos.

A boa presença é uma prenda que faz bem vistos os homens. É um privilégio da natureza (Platão). É uma excelente carta de recomendação: *Facies multa commendatio est* (Sêneca).

Santo Antonino afirmou que a *compostura exterior é argumento da formosura da alma*.

Faz muito tempo que filósofos e médicos vêm ensinando e esforçando-se por provar que a natureza põe e cria, na compostura dos homens, certos sinais e notas extrínsecas das virtudes intrínsecas.

Não se interessava em ter numerosos amigos. À quantidade preferia a qualidade deles.

De capital importância para qualquer pessoa é poder contar com amigos sinceros, de todas as horas, sempre os mesmos assim de perto como de longe, no verão e no inverno, na bonança e na tempestade. E estes não são muitos. São raros. Raul Soares, Clodomiro de Oliveira, Daniel de Carvalho, Ovídio de Andrade, Freitas Castro, Tristão da Cunha, Clóvis Salgado, Bruno de Almeida Magalhães figuravam entre os que lhe eram mais dedicados.

Pitágoras recomendava que não devemos ser amigos de todos. Grande, aquela lição de Eclesiastes (Capítulo 6), quando nos aconselha que não confiemos nos amigos sem primeiro os experimentarmos por muito tempo.

Não serve para amigo quem o pretende ser, mas aquele que o merece. A reciprocidade é a característica da amizade. Para haver reciprocidade é necessário que haja semelhança entre os amigos. A amizade só pode existir entre iguais. É o que dizia Quinto Cursio: *Firmissima nisi inter pares amicitia*.

Suas diversas qualidades de espírito e de coração, suas notáveis virtudes domésticas, sociais, cívicas e religiosas, sua grande inteligência e sua vasta cultura lhe construíram a boa fama que sempre teve, em vida, e que está sendo mantida, depois que entregou a sua alma a Deus. A boa fama é uma sombra, que segue necessariamente o corpo sólido das virtudes.

Quando escrevo estas linhas, à minha memória chegam aquelas palavras do Estobeu: *Da boa fama devemos fazer o máximo possível para muito enriquecer-nos, porque sobre ser para todos os homens a coisa mais preciosa, que podem possuir, é para os seus filhos a maior riqueza, que podem herdar*.

Todas as cousas desta vida, quando muito duram, acabam com ela. Mas a glória de um bom nome ou de uma boa fama compete igualmente com a mesma eternidade.

Boa é a saúde, mas termina quando exalamos o último suspiro. Boa é a vida mas "é curta demais para ser breve". Bom é o entendimento claro, mas há muitas ignorâncias com que lutar. Boa é a liberdade, porém o seu fruto demora a ser colhido, mesmo com os maiores sacrifícios. Boas são as riquezas, mas estão sujeitas aos assaltos e aos grandes prejuízos nos empréstimos de dinheiro a parentes e nos maus investimentos. Só a boa fama está livre destes perigos e sairá por toda a terra para semear, através dos tempos, a glória do morto.

Qual é a vida, tal é a fama, escreveu Petrarca.

Foi homem da verdade, porque ela alumia a terra, sustenta a justiça, governa a República,

confirma o que é claro e aclara o que é duvidoso. Segundo Esquines, *é uma força sem a qual a firmeza é fraca, a prudência é málicia, a paciência é fingida, a humildade é traidora*.

Quanto mais oprimida, a verdade mais direita se levanta. Bernardes pôde sentir o acerto destas palavras, por ocasião do episódio da *carta-falsa*, escrita com a malévola intenção de intrigá-lo contra o Exército Nacional. Então, verificou que aqueles, que a verdade defende, tarde ou cedo os salva. E, conhecedor profundo da História, deveu ter voltado a sua lembrança para certos casos acontecidos, séculos atrás. Por exemplo, com Cícero e com Aristóteles. Cinqüenta vezes, em diversas ocasiões e por diferentes delitos, Cícero foi acusado entre os Romanos, mas em todas saiu livre. Noventa vezes, Aristóteles foi submetido a julgamento, entre os gregos, e, em todas, foi declarado sem culpa.

Lutador, vendeu todas as dificuldades que encontrou nos dias de sua abençoada existência. Lutar, lutar sempre foi a sua razão de ser. O seu lema.

Aprendera, de Herbart, que *"a luta é o trabalho eterno do direito"*. E, de Goethe, que *"só deve merecer a liberdade e a vida quem para as conservar luta constantemente"*.

Mas sobressaiu foi mesmo na luta pelo direito, considerando o direito como "a condição da existência moral da pessoa", conforme a lição de Rudolf Von Jhering.

Sempre armado com a verdade e com o direito, foi um homem corajoso. A sua coragem não se confundia com a temeridade. Procedia da tranqüilidade de espírito e de consciência de quem não tinha contas a ajustar com ninguém, aqui na terra. Não tendo medo algum, nunca se atemorizou diante de ameaças, partissem de onde partissem.

O seu destemor em enfrentar as dificuldades que, cada dia, lhe eram antepostas, me desperta a lembrança para aqueles famosos varões da Bretanha, os quais tinham, do dever, uma noção sagrada, tão sagrada que ninguém achava prematura a morte quando se morria no cumprimento dele.

Candidato à Presidência da República, dele diziam que não seria eleito. Vitorioso nas urnas, gritavam seus rancorosos adversários que ele não tomaria posse do cargo para que fora escolhido pela maioria do eleitorado brasileiro. Epitácio Pessoa chegou a falar que ele seria deposto 24 horas depois de assumir o governo. Empossado, a gritaria foi maior: ele não governaria o Brasil. E o governou com aquela extraordinária superioridade moral, que o levava a enfrentar as asperezas da campanha eleitoral e a desafiar os ataques do "Correio da Manhã", jornal que, com as suas mentiras, pretendeu jogar as Forças Armadas contra ele.

Acossado de tempestades e vergastado de impérios, sitiado por tremedais e precipícios, guardou, em todas as provações, a linha vertical. E nunca se curvou diante das exigências e das imposições de alguns militares presunçosos, que, metidos a "heróicos" salvadores do Povo, partiram para a ignorância e expuzeram ao ridículo seu inqualificável "heroísmo". Pois fugiram, uns, para a Argentina, no encouraçado "São Paulo", e outros foram organizar aquela "Coluna Prestes", precursora desses bandos de terroristas que perturbam a ordem no Brasil, a qual levou o medo e pânico ao Nordeste.

Homem da verdade e do direito, gozando de boa fama, dono de um grande nome, conhecido pela compostura de suas atitudes e pela verticalidade do seu caráter, lutador, contando com a solidariedade de amigos sinceros e de todas as horas, a política tinha mesmo que atraí-lo a fim de trabalhar pela promoção do bem-comum durável, para a promoção do bem-humano da Comunidade a que pertencia.

Advogado na sua Viçosa, vivia sem ambição, sem o desordenado apetite de chamar a atenção do povo sobre a sua pessoa, de lograr postos, de subir a mandos e de chegar ao governo, ainda que fosse o municipal. Mas possuía todas aquelas qualidades que os Antigos exigiam de um cidadão para bem governar a República: *que tenha sido de vida justa, desde a infância* (Platão); *que seja vigilante guarda das leis* (Cícero); *que seja varão forte* (Filon); *que tenha experiência* (Terêncio); *que seja diligente* (Homero); *que tenha boa presença* (Lucrecio); *que seja apto para o ofício não o ofício para ele* (Isócrates); *que não seja ambicioso* (Clemente de Alexandria); *que não seja tímido* (Xenofonte).

Administrando, com escrúpulo, a coisa pública, no seu Município, habilitou-se para merecer a confiança do eleitorado mineiro, que o elegeu para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, de onde saiu para dirigir a Secretaria da Fazenda do Estado.

Nenhuma ocupação necessita de mais experiência, exercício e aptidão, que a do governo. Tendo todos esses requisitos, Arthur Bernardes deveria chegar, um dia, como realmente chegou, ao Governo do nosso Estado. E, do Palácio da Liberdade, caminhou para o Palácio do Catete, de onde presidiu a República. Não corria atrás das honras. Elas é que o perseguiram.

De degrau em degrau, foi subindo as escadas do Poder, sem que pretendesse conquistar as posições, que lhe foram confiadas pela soberana vontade popular.

Ele bem sabia que os que pretendem devem ser totalmente excluídos, porque nenhum mais incapaz do governo que aquele que, com maior ânsia, o procura. Basta pretendê-lo para não merecê-lo. É mais digno de ocupar um alto posto quem o não procura. Quem o roga, se faz indigno dele. Ladrão é de dignidades quem não entra nelas pela porta do merecimento e espera entrar por intercessões.

Se conhecessem melhor a responsabilidade e o peso dos altos cargos públicos, muitos homens os não pretenderiam nem os apeteriam com tanta fome de vanglória.

Muitos políticos são ambiciosos, soberbos, néscios, cobiçosos, imprudentes, jactanciosos. E, por isso mesmo, se perdem. Principalmente porque não têm o conhecimento de si mesmos.

Raras vezes teve feliz sucesso a ambição de governar: *Dominandi cupido raro bonus habet eventus* (Cícero, in Lib. 3 De Officiis).

Enérgico no cumprimento de seus deveres, de uma retidão no usar os meios para chegar aos fins, ele foi o grande defensor do princípio de autoridade, alma do governo e vida da República e fiador dos respeitos devidos aos detentores do Poder. Sua fortaleza de ânimo foi mesmo extraordinária. Exposto a muitos perigos, foi intrépido e firme. Se o princípio de autoridade não fosse tão bem defendido por ele, como foi, a

anarquia se instalaria nos quartéis e reinaria no Brasil.

Não é para presidir a República aquele a quem o receio embarga essa defesa.

Ninguém pode nem deve desestimar seu ofício, nem deslustrar o esplendor de sua dignidade. É omissão vergonhosa deixar indefesa a autoridade.

Poucos, como ele, foram vítimas de tantas calúnias, objetivando o escurecimento de seu nome honrado. Mas elas não o impediram de cumprir, com brio e altivez, os mandatos, que o povo lhe outorgou. Bem sabia que as mais herçadas setas das murmurações e das calúnias são atiradas contra quem governa o Estado ou a Nação. Quem ocupa os postos mais altos sempre está exposto a censuras injustas e imerecidas. Por mais que cuide de acertar nos seus atos ou nos seus pronunciamentos, não conseguirá evitar as mais salgadas diatribes dos inimigos gratuitos e rancorosos.

Cousa impossível é consumir todas as maldades. O dente venenoso da maledicência não crava as suas iras nos pequenos. Sempre aspira infeccionar os mais bem situados neste mundo.

O gênios mordazes não encontravam em que ofendê-lo, mas o ofendiam assim mesmo. Procuravam manchas nos raios do sol ou derramavam uma noite de trevas sobre as luzes flamantes do meio-dia.

Foi ultrajado, foi vilipendiado, foi apedrejado, foi crucificado. Mas venceu todos os impiedosos adversários, que lhe moviam guerra sem trégua.

Feito à imagem e à semelhança de Deus, à imitação de Cristo viveu dias de grandes sofrimentos, durante sua atribulada carreira política.

Aqueles que lhe armaram o calvário, em que padeceu ultrajes e sofreu vexames, eram tão estúpidos que nunca pensaram que a posteridade lhe votaria uma extraordinária e admirável veneração. É isto mesmo: a cada *sexta-feira da paixão* sempre sucedeu um *domingo-da-ressurreição*.

Todos os dissabores, que tanto o magoaram, foram copiosamente recompensados por esplêndidas vitórias conseguidas no trabalho, sem pausa nem descanso, a favor do desenvolvimento e do crescimento econômico da Pátria, que ele muito amou e bem serviu, inspirado pelo mais puro e mais sadio nacionalismo.

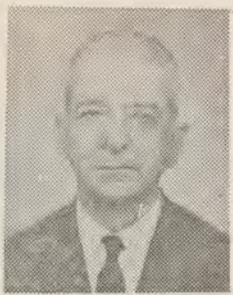
No seu tempo de Presidente da República, a nossa moeda era forte. A agricultura, nossa principal fonte de riqueza, cresceu na produção, abastecendo o mercado interno e pesando consideravelmente na balança da exportação. O café atingiu alturas impressionantes no preço com que era comercializado.

No tempo de Bernardes... foi a expressão que, por decênios e decênios, significou uma época de euforia para os brasileiros. De um modo particular para os agricultores.

ARTHUR BERNARDES! Elogiá-lo "*seria como acender pálidas lucernas para que apareça mais esplêndido o sol meridiano*", conforme o pensamento de Latino Coelho.

Esta advertência me não impede de, a ele, consagrar aquelas palavras com que me referi a Juscelino Kubitschek, em um discurso, que pronunciei, na Câmara dos Deputados, dia 13 de outubro: de 1964: enquanto houver homens, o aclamará a Fama. Enquanto houver Brasil, se ouvirá seu nome, que viverá para sempre. *Et nomen illius erit vivens in aeternum (Eccli. 37-29)*.





GEN.
J. C. CAMPOS
CHRISTO

DO CARAÇA AO EXÍLIO

Em 6 de novembro de 1887, Arthur da Silva Bernardes transpunha os umbrais deste já então afamado Colégio do Caraça. Tinha apenas 12 anos e trazia do lar paterno inspirações e exemplos que encontrariam alimento e estímulo nesta muito famosa casa do Irmão Lourenço de Nossa Senhora. As suas portas se lhe abriam acolhedoras e promissoras para o fortalecimento da fé em Deus e a desejada inteligência das coisas humanas, sob a orientação de sábios mestres, no convívio de seus novos colegas de estudo. Aqui, encontraria Raul Soares, Afonso Penna Júnior, Clodomiro de Oliveira, Mello Vianna, Arduino Bolívar e tantos outros que tiveram no Caraça o marco inicial de sua formação.

Destas cumeadas, em que o Irmão Lourenço praticou a meditação e a oração, ensinou a hospitalidade e deixou os alicerces do Colégio que Pe. Leandro e Pe. Viçoso fundariam, foi deste alcantil que o menino Arthur Bernardes pôde partir para o futuro.

Parodiando Napoleão, que alertava os seus soldados para as Pirâmides do Egito, dizendo que, de suas alturas, 40 séculos os contemplavam, dir-se-ia que os cimos do Caraça ofereciam aos olhos e aos sentimentos de Arthur Bernardes a visão do que ele queria e procurava.

Daqui se lhe desdobravam os horizontes e ele, à medida que crescia e estudava, pôde abranger, com os olhos e a mente, a terra de seu berço, alongando-se por este Brasil imenso de encantos e riquezas que sua adolescente imaginação vislumbrava.

Daqui, consolidando o caráter, de firmes raízes, recebendo as lições de humanidades, com especial interesse pela Língua Pátria e pelo Latim e enriquecendo a formação religiosa trazida do lar, partiu ele para a realização de um destino.

Daqui, viu e sentiu o seu povo, a extensão e profundidade do patrimônio que devia zelar e empregar para viver e progredir, assegurando a todos o trabalho e a prosperidade.

Daqui partiria para a planície, para as lutas do dia-a-dia, para o despertar dos sonhos que acalentava e a conquista dos ideais que o inspiravam.

Desceu do Caraça forte e lúcido, preparado e revestido da coragem, da confiança e da energia que este céu, esta montanha, esta casa souberam sempre transmitir àqueles que aqui vieram buscá-las, ao longo dos dois séculos da ermida do Irmão Lourenço de Nossa Senhora.

Empreendeu, então, a jornada, que o levaria, de volta, à Viçosa, tão querida, a Ouro Preto e São Paulo, de novo à terra natal, depois a Belo Horizonte e daí à Capital da República.

Empregado no comércio, Guardalivros, Jornalista, Vereador e Prefeito, Deputado, Secretário de Estado, Presidente de Minas e da República, Senador, sua vida esteve sempre a serviço

de sua gente e dos encargos que esta lhe confiou, por via do voto livre e consciente.

Resguardou as Instituições, cumpriu e fez cumprir a Lei, manteve a ordem e a autoridade e não vacilou em pegar em armas para assegurar o prevailecimento dos princípios que legitimam o exercício do Poder e o bem-estar do povo.

Intransigente na defesa deles, sensível à evolução das idéias e dos processos políticos, vigilante e combativo na preservação dos bens morais e materiais de nossa Pátria, pregava com energia, agia com firmeza e não perdia, em qualquer circunstância, a elevação e a serenidade. Do que foram a sua existência e as suas obras, os seus ideais e os seus feitos, já falaram, nesta celebração do centenário, governantes e parlamentares, escritores e jornalistas, sacerdotes e populares, vozes amadurecidas ou ainda jovens, inspiradas estas pelo que dele leram ou ouviram dizer.

Sem discrepância, mesmo com a ressalva de divergências políticas ou doutrinárias, todos lhe exaltam o patriotismo de um nacionalista verdadeiro, a bravura e coerência do homem público, a imaculada probidade, a fidelidade ao lar e à família, a profunda convicção religiosa.

Se assim foi, grande, clarividente e viril, nos embates vitoriosos da vida pública, não deixou de o ser na adversidade política.

Esta não faltou e veio, como que a completar-lhe o holocausto à Pátria, a que tudo quizera oferecer, inclusive a vida.

Rebelando-se contra a onipotência ditatorial, chefou, nesta libertária Minas de sempre, o Movimento Constitucionalista de 1932, integrando-se na luta desencadeada em São Paulo, para onde, como ele disse, "se transportara a alma cívica do Brasil".

Vencido, foi aprisionado para ser banido, só não sendo eliminado graças à nobreza e autoridade do jovem

comandante da Fortaleza que lhe serviu de prisão, a partir de onde teve a guarda protetora a conduzi-lo até o navio que o levou ao exílio.

Contudo, do tombadilho do mesmo, ele e sua admirável esposa viram desencadear-se sobre o filho a fúria dos sicários, frustrados na inacreditável empreitada do assassinato político.

A cena selvagem ficou-lhes no coração e nos olhos, em que a traziam estampada, convictos de que fora abatido o filho empenhado na defesa da própria vida e de seus familiares.

Na manhã de 16 de dezembro de 1932, aporta a Lisboa o casal ilustre, que se vê cercado de compatriotas, também desterrados, e da boa e hospitaleira gente portuguesa.

Os primeiros contatos não foram bastante para dissipar dúvidas sobre o desfecho do atentado, pois a censura aqui exercida não permitia aos correspondentes de imprensa o esclarecimento completo do que ocorrera no Cais do Porto do Rio de Janeiro.

Somente algumas horas depois, uma chamada pelo telefone internacional coloca o Presidente Bernardes em ligação com o Brasil, o que lhe permite ouvir a voz do filho, vivo, graças a Deus, mas ainda hospitalizado em consequência dos graves ferimentos de balas assassinas.

Do que foi a sua vida no exílio, há o testemunho dos que dele participamos. Discreto, tranqüilo, objetivo, morava com sua família em casa modesta, sempre aberta aos compatriotas também distantes da Pátria e sofrendo inquietações e incertezas.

Exilados eram antigos Chefes de Estado, Ministros, Senadores, Deputados, Generais, homens do Comércio, da Indústria e das profissões liberais, Jornalistas, Oficiais do Exército, da Marinha e da Polícia de São Paulo, combatentes civis ou militares da Revolução de 32. Todos pagando, com dignidade e firmeza, o tributo que se deve à luta por um ideal.

Mal refeito de fadigas e atribulações, o Presidente Arthur Bernardes, como era de seu feitio, passou, desde logo, a liderar os anseios e os esforços dos que, embora proscritos, não se davam por vencidos.

Convocou os chefes militares e os líderes políticos para a união de vontades, indispensável ao prosseguimento da luta, pois a batalha perdida não arrefeceria o ânimo dos combatentes e tampouco os induziria a interromper a jornada constitucionalista.

As forças políticas se comporiam, sob sua inspiração, na Frente Única de São Paulo e as forças militares se reagrupariam no Sul do Brasil, onde, na fronteira Argentina, se concentrava outro numeroso contingente de exilados brasileiros.

Em breve, num entendimento geral e gerador de novas esperanças, renascia a confiança no futuro e as energias se retemperavam para alcançá-lo.



Com Arthur Bernardes Filho, na Praça Stiviano Brandão, em Viçosa

A palavra de conselho e experiência de Arthur Bernardes era por todos ouvida e em sua casa, que também foi o abrigo acolhedor de quem vos fala, se trabalhava, dia-a-dia, para manter, partindo de Portugal e da Argentina, as ligações que assegurassem a continuidade do Movimento Constitucionalista.

Se grande era o apreço em que o tinham os compatriotas, menor não seria a consideração de que o cercavam os nossos irmãos portugueses.

A fidalguia de seu trato e o desejo de bem conhecer a terra que o hospedava, levou o Presidente Bernardes a percorrê-la, visitando aldeias, vilas e cidades, dentre estas o Porto de Coimbra, de tão famosas tradições.

Estendeu-se, na sua peregrinação, a Castanheira de Pera, berço de seus ancestrais, onde se reuniram, para vê-lo e festejá-lo, parentes oriundos de várias gerações, que assim lhe proporcionaram um verdadeiro reencontro com as origens portuguesas.

No seu roteiro, estaria o Santuário de Nossa Senhora de Fátima, onde foi, com a sua família e conosco, orar e meditar.

Coincidiu essa peregrinação com notícias dos jornais sobre lamentável desastre em que fora atingido o Chefe do Governo do Brasil.

Para o fato estavam voltadas as atenções gerais e fora comentado, antes que os peregrinos se ajoelhassem aos pés de Nossa Senhora. Terminadas as preces, já no exterior do templo, a saudosa Dona Célia, na suavidade que lhe era peculiar, procurava com o olhar interrogativo saber se, como o fizera, haviam os demais incluído alguém que, naquele instante, tanto precisava do benefício da oração.

Em resposta afirmativa, quem por todos falou foi o próprio Presidente Bernardes, num testemunho de verdadeiro amor ao próximo, embora neste se enarnasse aquele que o desterrara.

Em Portugal, Arthur Bernardes foi defrontar-se com dois ilustres chefes militares que divergiram de sua orientação política, vindo, mais tarde, encontrar-se ao lado dele em horas de luta e, por fim, no exílio.

Assim acontece com os homens que se desentendem por amor à Pátria e se compreendem sempre que é preciso servi-la e honrá-la.

Um desses generais era Isidoro Dias Lopes, Chefe de duas Revoluções, a de 22 e a de 24, responsável a última pela formação da Coluna Prestes, que percorreu o Brasil nos derradeiros dois anos do Governo de Arthur Bernardes.

Com este, entretanto, veio encontrar-se na Revolução de 30 e mais tar-

de na de 32, coerentes ambos com as inspirações que os levaram a rebelar-se contra a violação e o desprezo da Constituição pelos que então nos governavam.

Foram adversários, não se conheciam, mas tinham em comum um sentimento maior: a preservação da Constituição e da integridade do Brasil.

Arthur Bernardes e Isidoro, afinal, se conheceram em Lisboa num encontro que durou algumas horas, após o qual o velho General nos dizia, confiante e feliz: "Acabo de conhecer um grande homem, com quem repassei dias idos e vividos advertindo-o porém de que, para nós, a luta ainda não terminou". E dele ouvi esta decidida e bela afirmação: "Vamos prosseguir na luta, pois o homem público é como o cavalo de corrida — morre na pista!"

É um homem, dizia Isidoro, é um Chefe, comentava Bernardes.

Iriamos longe, se pudessemos contar tantos episódios da vida de exílio do saudoso Presidente que, naquela quadra de incertezas e amarguras, era, como sempre foi, resoluto, desprendido e bom.

A sua mesa de exilado vinham sentar-se os companheiros, sem distinção de hierarquia, partilhando com ele e sua família a nostalgia da Pátria, as aspirações comuns e o pão do exílio.

Tal como previa Arthur Bernardes, as repercussões do Movimento Constitucionalista, dentro e fora do País, e o reagrupamento dos brasileiros em torno da bandeira que sustentava, imporia ao governo ditatorial a convocação de eleições e o retorno ao regime democrático, através da Constituição de 1934.

Com ela, vieram a anistia e o término do exílio, permitindo a volta à Pátria e a retomada de atividades daqueles que desfaleciam os quadros civis e militares.

Recomeça, então, para Arthur Bernardes, a luta de sempre, agora voltada, não só para os problemas de reorganização política e administrativa do País, como ainda para aqueles que nunca deixaram de ser sua constante preocupação: a defesa do patrimônio moral, cultural e econômico do Brasil.

Este último, mais descuidado que os outros, levou Arthur Bernardes a uma verdadeira cruzada, na preservação de nossas riquezas e na mobilização delas para a prosperidade do Brasil e de seu povo.

O veto ao Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, a pregação do monopólio estatal do petróleo, a nacionalização das riquezas mineiras e a sua industrialização, dentro do território nacional, foram, dentre tantos ou-

tros, episódios magníficos na luta que, desde moço, empreendera para que o Brasil fosse grande e dono daquilo com que Deus o aquinhoou.

Essa pelega, entremeada de outros acontecimentos políticos de que participou, havia de ocupá-lo até o fim da vida.

De seus frutos são beneficiárias as gerações do presente e o serão as do futuro, pois ele soube construir para a eternidade.

E o fez com tanta paixão e devotamento que, ao avizinhar-se a morte, possuído da humildade de penitente, escreveu este testamento de fé, que é o legado maior de sua alma cristã à posteridade: "O fim do homem é Deus, para o qual devemos preferentemente viver. Eu porém vivi mais para a Pátria, esquecendo-me Dele. A Ele devemos conta do uso que aqui fazemos da nossa vida, e eu a tive longa. Receoso de não poder resgatar a minha falta no pouco tempo que me resta, apesar de Sua infinita misericórdia, peço aos meus amigos, correligionários e brasileiros de boa-vontade que me ajudem a supri-la com sua prece".

Meus amigos: juntemos a essa edificante oração a nossa prece pelo homem de fé, pelo brasileiro exemplar e pelo amigo inesquecível que foi Arthur da Silva Bernardes.



Bernardes, em Viçosa, conversa com um antigo companheiro nas lides de comércio em Rio Branco



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GOVERNADOR DO ESTADO: ANTÔNIO AURELIANO CHAVES DE MENDONÇA

SECRETÁRIO DE ESTADO DO GOVERNO: MÁRCIO MANOEL GARCIA VILELA

DIRETOR DA IMPRENSA OFICIAL: HÉLIO CAETANO DA FONSECA

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO: ACYR LUZ DE FARIA

DIRETOR INDUSTRIAL: JOSÉ ARTUR GONÇALVES DE ALMEIDA

SUPERVISOR DA DIVISÃO DE EDITORIA: GERALDO LOPES DE MAGALHÃES

COMISSÃO DO CENTENÁRIO DO PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES

PRESIDENTE: CLÓVIS SALGADO

MEMBROS: ABGAR RENAULT

PAULO CAMPOS GUIMARÃES

ORLANDO DE CARVALHO

CYRO MACIEL

JOÃO NOGUEIRA DE REZENDE

GENERAL J. C. CAMPOS CHRISTO

CADERNO ESPECIAL DO CENTENÁRIO DO PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES

DIAGRAMAÇÃO: LUCAS RAPOSO